



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JONES MANOEL DA SILVA

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: um estudo crítico sobre a
estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho

Recife

2018

JONES MANOEL DA SILVA

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: um estudo crítico sobre a
estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em
Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

Recife

2018

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586e	Silva, Jones Manoel da Em busca da revolução brasileira: um estudo crítico sobre a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho / Jones Manoel da Silva. - 2018. 150 folhas: il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018. Inclui referência 1. Estado e democracia. 2. Revolução brasileira. 3. Processo de dominação política. I. Souza, Marco Antonio Mondaini de (Orientador). II. Título 361.1 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2018 – 124)
-------	--

JONES MANOEL DA SILVA

**EM BUSCA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: um estudo crítico sobre a
estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em
Serviço Social.

Aprovado em: 11 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Mondaini de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr^a. Soraia de Carvalho (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Nessas linhas, pretendo realizar um agradecimento verdadeiro pela execução dessa dissertação e não apenas cumprir uma formalidade. Nesse sentido, em primeiríssimo lugar, agradeço a minha mãe, Dona Elza, por ter, sozinha, criado minha irmã e eu, sendo a responsável pelo desenvolvimento de todos os valores éticos de solidariedade, honestidade, perseverança e inconformismo que carrego. Sem seu exemplo, dedicação e luta pela sobrevivência nunca teria chegado aonde cheguei. Se eu sigo vivo, não sigo a mística, tenho 28 anos, contrariando a estatística, é graças a você, Dona Elza. Muito obrigado por tudo!

Essa dissertação não estaria pronta sem meus amigos e camaradas. O número de pessoas que me ajudaram de diversas formas pode ser contado na casa das várias dezenas. Arriscar-me a citar o nome de todas as pessoas é uma tarefa ingrata. A chance de esquecer o nome de alguém e cometer uma injustiça é enorme. Recebi ajuda financeira para continuar estudando, dado que na maior parte dos dois anos de mestrado estive sem bolsa e desempregado; em inúmeras oportunidades fui presenteado com livros indispensáveis para a pesquisa que não poderia comprar; vários amigos/as e camaradas corrigiram desde o anteprojeto de mestrado até os capítulos da dissertação; e nos momentos mais difíceis dessa trajetória, como quando fui notificado de um processo de expulsão do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, fui acolhido, abraçado e confortado por várias pessoas queridas.

A música diz que é necessário sempre acreditar que o sonho é possível, que o céu é o limite. Toda essa rede de solidariedade e ajuda me fizeram acreditar que sim, é possível. Citando alguns anjos em minha vida como representativo de todos que me ajudaram, agradeço, em primeiro lugar, a Júlio Santos: você foi a primeira pessoa que me apresentou o marxismo e ensinou o que é mais-valia (quando eu era zelador no Colégio Elo e sentia na pele o que era a exploração sem entendê-la) e foi fundamental no tortuoso processo de aprovação no mestrado.

Maxuel França é, talvez, a pessoa que mais acredita em meu potencial como intelectual comunista, o ser humano que mais me ampara e meu grande amigo: um irmão que a vida meu deu. Obrigado por tudo! Ainda falando dos camaradas, nunca tarei palavras suficientes para expressar minha gratidão à Emanuela Nascimento, Paulo Lira, Victória Pinheiro, Lara Aragão, Victória Sonnenberg, Gabriel Landi Fazzio e Beatriz Marques; de formas totalmente diferentes, vocês foram imprescindíveis na conclusão dessa pesquisa. Seria impossível sem a ajuda de cada um de vocês. Vários outros/as camaradas da União da Juventude Comunista (UJC) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) me acudiram de diversas formas (abro um adendo para agradecer ao comunista e grande camarada Luiz Lima). Sintam todos/as o meu mais profundo obrigado – como diria um camarada mineiro: Só Vitórias!

Por falar nos comunistas do PCB, homens e mulheres que unem teoria e prática e fazem do marxismo uma arma viva na luta de classes, agradeço toda formação política e teórica que passei a ter desde que em novembro de 2013, depois de uma viagem à Paraíba, decidi ingressar na juventude do PCB. A UJC foi minha escola de rebeldia e foi onde aprendi a pensar e fazer política e realmente compreender o que é o marxismo revolucionário. É impossível acabar com o Partidão e com nossos sonhos. Enquanto homem coletivo, sinto vontade de lutar, e lutarei até o fim junto a vocês, meus camaradas.

Meus sinceros agradecimentos para as amizades, vocês tornam a vida mais leve e boa de ser vivida. Em especial a Ivana Driele (a minha melhor amiga e uma pessoa que, inexplicavelmente, até hoje nunca falei o quanto amo), Susane Silva, Paula Kelly, Luiza Mahin, Heribaldo Maia, Rafaela Gomes, Carla Guimarães e Isac, Maisa Rocha, Wellthon Leal, Diego Rafael, Paula Nunes, Maria Eduarda (minha prima mais querida) e todos os demais já citados acima e os que não poderei citar.

Registro também os agradecimentos aos grandes mestres que tive em minha vida acadêmica. Na graduação em História na UFPE, destaco a professora Socorro Abreu, Rejane Dias da Silva, José Bento da Rosa e Silva e Luciano Cerqueira. Vocês foram exemplos de profissionais da educação e espero, um dia, ser tão bom professor quanto vocês são. Também devo muito às aulas e debates propiciados pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social da UFPE. A maioria das aulas me ajudou a crescer muito em minha formação acadêmica. Guardo com carinho especial as aulas e debates da cadeira de Trabalho na Contemporaneidade, ministrada pela professora Juliane Peruzzo, e Serviço Social e Questão Social, ministrada pela professora Alexandra Mustafa. Ainda falando de formação acadêmica, meu máximo reconhecimento a todos os funcionários da UFPE por seu diário, indispensável e, na maioria das vezes, invisível trabalho – com destaque para os trabalhadores terceirizados do Centro de Educação, que tive a felicidade de conviver durante a ocupação estudantil desse centro em 2016.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço demais a minha camarada Ohana Meira por ter corrigido o português e melhorado o estilo de escrita da dissertação depois do crivo da banca avaliadora.

RESUMO

Perquirir a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). Carlos Nelson foi um destacado intelectual do movimento comunista brasileiro, tendo sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tradutor de mais de 60 livros, uma das principais interlocuções na assimilação brasileira da obra de Antônio Gramsci e György Lukács e um ativo polemista estando no centro dos debates sobre a estratégia socialista das esquerdas brasileiras a partir dos anos 1980. A pesquisa abordou as formulações do autor sobre a formação social brasileira, a teoria do Estado e da democracia e a articulação entre reforma e revolução, sintetizadas na proposta do reformismo revolucionário - elementos que a pesquisa indicou como centrais na formulação do autor sobre a estratégia revolucionária. O objetivo central desse trabalho é contribuir para a compreensão da obra desse intelectual, que é um dos principais da esquerda brasileira e participe fundamental na formulação da estratégia política hegemônica nos últimos anos nas organizações populares, com vistas a superar seus limites e equívocos e revitalizar o programa de pesquisa dos caminhos da Revolução Brasileira.

Palavras-chaves: Coutinho, Carlos Nelson. Estado e democracia. Revolução Brasileira. Processo de dominação política.

ABSTRACT

This research explored a socialist Strategy in the work of Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). Carlos Nelson was an outstanding intellectual movement of the Brazilian Communist Movement Having Been Making Communist Party (PCB), Workers' Party (PT) and Socialism and Freedom Party (PSOL). Translator of more than 60 Books, one of the main interlocutions NA Brazilian assimilation Brazilian of the work of Antonio Gramsci and György Lukács and for Active mixed pole being for the Center debates about the Socialist strategy in Brazilian leftists from the year 1980. The purpose of this central work and contribute to the understanding of the work of this intellectual, who is one of the main since the Brazilian Left and participates fundamentally in formulation since hegemonic political strategy In the Last year in popular organizations, with a view to overcoming your limits and misconceptions and revitalizing the research program of paths of the Brazilian revolution.

Keywords: Coutinho, Carlos Nelson. Democracy and State. Brazilian Revolution. Political dominance process.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 “QUEM ERRA NA ANÁLISE, ERRA NA AÇÃO”: A imagem do Brasil na obra coutiniana	20
2.1 A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-NACIONAL DO PCB	21
2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DO BRASIL NA OBRA COUTINIANA.....	28
2.2.1 Apontamentos teórico-metodológicos sobre a teoria do Brasil de Carlos Nelson	48
3 “FORA O PODER, TUDO É ILUSÃO”: Estado e democracia na obra coutiniana	55
3.1 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL	55
3.2 A TEORIA DO ESTADO AMPLIADO E A QUESTÃO DO PODER.....	69
3.2.1 A teoria do Estado ampliado e a tradição marxista	74
4 “O DEVER DE TODO REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO”: O reformismo revolucionário e a revolução brasileira	85
4.1 O REFORMISMO REVOLUCIONÁRIO COMO ALTERNATIVA TEÓRICO-POLÍTICA.....	86
4.2 O REFORMISMO REVOLUCIONÁRIO À LUZ DA HISTÓRIA: BALANÇOS E PERSPECTIVAS	93
4.2.1 O papel da socialdemocracia na história do capitalismo	95
4.2.2 Para não esquecer das baionetas: Estado e dominação política .	106
4.2.3 Capitalismo brasileiro: dependência e superexploração da força de trabalho	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134

REFERÊNCIAS 143

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época onde existem poucas utopias que nos fazem continuar caminhando. Há quase 40 anos o mundo não contempla uma grande revolução socialista. No início dos anos 60, aproximadamente 1/3 da população mundial vivia sob Estados de transição socialistas ou democracias populares; o sistema colonial ruía frente a uma revolução anticolonial de proporções mundiais em que os “condenados da terra” quebravam as suas correntes na África e Ásia; a América Latina vivia sua primeira revolução socialista, a Revolução Cubana, e setores da esquerda no continente passavam por um processo de profunda transformação, questionando a estratégia tradicional dos Partidos Comunistas (a estratégia da revolução democrático-nacional ou democrático-burguesa) e colocavam a revolução socialista na ordem do dia (LOSURDO, 2015; MÉSZÁROS, 2004).

Nos países centrais do capitalismo, notadamente na Europa Ocidental, partidos comunistas gigantescos, como o PC francês e o italiano, punham a “grande política”¹ nos embates diários da luta de classe; nos EUA, país hegemônico do mundo capitalista, o movimento pelos direitos civis e organizações como os Panteras Negras, abriam significativas fissuras na dominação burguesa (HOBBSAWM, 2001; LOSURDO, 2015).

Eram os tempos dos grandes debates estratégicos sobre como chegar e qual tipo de socialismo deveria ser buscado. Guevaristas, eurocomunistas, marxista-leninistas pró-soviéticos, trotskistas, socialistas democráticos, socialdemocratas de esquerda, maoistas, conselhistas etc. formulavam suas análises, teorias e conceitos, fazendo política e sendo realistas: exigindo o impossível. O marxismo, como disse Sartre, era a “filosofia insuperável do nosso tempo” e até nas situações mais difíceis, como no auge da ditadura empresarial-militar no Brasil, a geração que fazia política nos “longos anos 60” acreditava no futuro com uma inquebrantável fé revolucionária (COUTINHO, 2013, p. 69).

¹ As categorias “grande política” e “pequena política”, quando usadas no texto, são no sentido gramsciano.

O futuro foi realmente surpreendente. Em uma das viradas políticas mais radicais da modernidade burguesa, as forças do capital passaram à ofensiva nos anos de 1970, ganharam muitas posições nos anos 80 e consolidaram uma esmagadora vitória mundial sobre a classe trabalhadora e os povos coloniais nos anos 90. Indo além de qualquer expectativa, a União Soviética é derrubada², as democracias populares do leste findam uma a uma como um castelo de cartas, os projetos de emancipação nacional anticolonial são, em sua imensa maioria, destruídos e o mundo passa a viver uma nova ofensiva do colonialismo – “enfim volta o colonialismo, estava na hora!” anunciava o título da matéria triunfalista publicada no The New York Times, em 1992, de autoria do historiador liberal-conservador Paul Johnson (LOSURDO, 2015, p. 121).

Em um espetáculo gigantesco de conversões políticas, vários partidos revolucionários “aceitaram” o “fim da história” deixando o ideal comunista, ao passo que uma quantidade infindável de intelectuais, antes ocupados com o tema da revolução, começou a usar todas as suas energias para mostrarem-se arrependidos do seu passado e agora fiéis apóstolos dos “valores ocidentais”: democracia, liberalismo, mercado, OTAN, guerras coloniais em defesa dos direitos humanos etc.

Deixamos de exigir o impossível e aceitamos que não havia alternativa. Porém, no Brasil, esse processo histórico de vitória do capital em nível planetário assumiu forma e temporalidade diferenciadas. Ao fim da ditadura empresarial-militar, emerge em nosso país um grande movimento popular, em que os trabalhadores reconstroem uma série de organizações e fundam outras, forjando um partido político de massa com programa socialista e colocando a “grande política” na ordem do dia. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) e mais uns cem números de outras organizações, põem como temática central para amplos segmentos das classes subalternas a formulação de uma nova estratégia socialista que expresse a superação da estratégia democrático-nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e conduza o Brasil ao socialismo.

²Destacamos o uso do termo *derrubada* e não queda/implosão/desmanche etc., pois ele expressa uma compreensão teórica com amplo significado político sobre a experiência soviética e incide no balanço fundamental das experiências do poder operário no século XX. Sobre o tema, coadunamos com a leitura de (LOSURDO, 2004) e (KEERAN; KENNY, 2008).

O neoliberalismo, compreendido enquanto um projeto político transnacional do capital para garantir patamares de lucratividade satisfatórios através da acumulação flexível, financeirização da produção do valor e uma nova ofensiva do colonialismo no processo de redefinição da divisão mundial do trabalho (LOSURDO, 2015; WACQUANT, 2011), encontra forte resistência em terras brasileiras. Os anos de 1990, contudo, marcam um gradual amoldamento à ordem das organizações fundadas ao fim do ciclo empresarial-militar, a consolidação do neoliberalismo e o domínio da “pequena política” na luta de classe (COUTINHO, 2011; IASI, 2017). A eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2002 coroa o longo processo de transformismo no qual o PT, outrora partido socialista e democrático, passa a ser o operador político da dominação burguesa, confinando sua atuação aos limites do neodesenvolvimentismo (OURIQUES, 2014, p. 70).

O Brasil, tal como a maioria dos países do mundo, conhece o expurgo dos grandes debates sobre a estratégia socialista, as polêmicas sobre a formação social, exploração, imperialismo, dominação de classe e todos os “temas” agora ultrapassados – exemplo curioso desse momento histórico é a transformação de Antônio Gramsci num liberal ou democrata-reformista (COELHO, 2015). O efêmero, o contingente, o olhar, o fragmentado, o discurso; em suma, a ideologia da pós-modernidade que casa com a ideologia da eternidade indelével do “mercado” e da “democracia”: os últimos estágios da civilização humana, o fim da história e, por que não, a vitória dos desígnios divinos expressos no Destino Manifesto³.

As classes dominantes, evidentemente, não mostraram essa vitória como sua. Um dos determinantes centrais da ideologia é apresentar interesses particulares como universais. O neoliberalismo prometia desenvolvimento econômico, eficiência, distribuição de renda, aumento do consumo, democracia, liberdade e todas as possibilidades para desenvolver o potencial humano. A realidade, assim como a história, contradiz a ideologia e ao invés do ápice da civilização humana, temos a reatualização ampliada de todos os dramas fundamentais da modernidade burguesa: as expressões da questão social, para

³O registro de um interessante combate à miséria das ciências sociais e humanas embebidas na ideologia pós-moderna é o livro de Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do iluminismo* (1998).

surpresa de alguns dos intelectuais de maior prestígio das últimas décadas, não só não desapareceram como são cada dia mais dramáticas⁴.

Dentro desse cenário de promessas não cumpridas e abrandamento do triunfalismo burguês dos anos de 1990, o mundo encara a mais longa e profunda recessão capitalista desde o estouro da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, a crise de 2008 e os processos sociopolíticos contraditórios seguidos: resgates bilionários dos Estados em prol dos bancos e seguradoras, imposição de pacotes de austeridade nos países europeus, crises políticas sequenciadas com implosões de esquemas bipartidários que operavam há décadas, ascensão da extrema direita, crise dos refugiados, intensificação das guerras neocoloniais com destaque para a destruição da Líbia e a guerra contra a Síria, aumento das lutas sociais, ressurgir de protagonismo do sindicalismo nos enfrentamentos de resistências e criação/renovação de diversos operadores políticos que se propõem a uma práxis anticapitalista recolocando na cena política os temas da “grande política” e até a questão da estratégia socialista⁵.

Esse momento histórico se particulariza no Brasil com o esgotamento do triunfalismo neodesenvolvimentista. Com o desdobramento – e não abandono – da estratégia democrático-popular, o PT e as organizações associadas do mesmo campo político não só renegam qualquer objetivo socialista⁶, mas também um programa nacional-reformista, reforçando todos os componentes da dominação burguesa e realizando o aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento

⁴Krishan Kumar em seu *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna* (1997) mostra como nos anos de 1980 ganhou força uma tendência nas ciências sociais de considerar que as transformações técnico-científicas em curso, especialmente relacionadas à internet e ao computador, iriam acabar com todos os problemas humanos e, inclusive, com o trabalho e a classe operária.

⁵Na realidade latino-americana, esse balanço sobre as fissuras na dominação burguesa e o novo impulso de projetos políticos anticapitalistas pode ser encontrado na obra de Cláudio Katz (2016, p. 285-365).

⁶ “As mudanças que se verificam não se operam aleatoriamente, mas no sentido de recolocar a consciência que se emancipava de volta nos trilhos da ideologia. Não é, em absoluto, certas palavras-chaves vão substituindo, pouco a pouco, alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária por rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização e finalmente chegamos ao “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por um controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores, por povo, por cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes, vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda. A consciência só expressa em sua reacomodação no universo ideológico burguês, nas relações sociais dominantes convertidas em ideias, a acomodação de fato que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classe” (IASI, 2006, p.435).

capitalista. O “melhorismo” petista, a despeito de sua importância relativa na contração do pauperismo absoluto, tinha como contraface necessária o apassivamento das lutas sociais e a burocratização das entidades da classe trabalhadora⁷.

Em Junho de 2013 começa um grande levante de massas, protagonizado pela juventude trabalhadora e tendo como centro reivindicativo a maior qualidade dos serviços públicos - especialmente saúde, educação e transporte-, que foi o primeiro grande movimento de massas em anos fora do controle do petismo (IASI, 2015; SAMPAIO JR., 2015). Desde Junho de 2013 o país não é mais o mesmo. As diversas frações da classe dominante, associados de maneira subordinada ao imperialismo, passam a paulatinamente abandonar o petismo e renegar sua função como operador político da dominação burguesa, assim como atuar pela constituição de um governo do capital sem qualquer nível de concessão aos de baixo. Nessa linha, o número de greves aumenta em ritmo constante⁸, os atos de rua, ocupações urbanas e rurais, enfrentamentos diretos, confrontos no campo e a polarização ideológica se aguçam.

Abre-se no Brasil um momento de interregno: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”, diria Antônio Gramsci (2007, p. 134). Há uma transição para um novo padrão de dominação política combinado com um reposicionamento do Brasil na acumulação mundial de capital, marcando a crise da supremacia burguesa na forma Nova República do sistema político.

⁷ “A conveniente divisão entre “neoliberais” e “desenvolvimentistas” mantinha a crítica radical cativa do liberalismo político na mesma medida em que tornava prosrita a tradição importante representada pela teoria marxista da dependência. No entanto, na medida em que ambos os bandos executam a mesma economia política, não há mais razões para ilusões de qualquer natureza. No momento em que nem mesmo a famosa ‘questão social’ constitui motivo de divisão entre as distintas frações do capital, e em consequência, todos os partidos da ordem (especialmente PT e PSDB) concordam com a necessidade de continuar ‘programas sociais’ destinados a manter os pobres na condição de pobre (porém sem capacidade de protesto organizado), não resta senão a digestão moral da pobreza representada pela ideologia da emergência de um país de classe média garantida por políticas públicas de transferência de renda” (OURIQUES, 2014, p. 101).

⁸ Segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) o número médio de greves nos anos de Governo Lula foi de 500 por ano. A partir de 2013, o número de greves saltou para a faixa de mais de 2000 mil. Dados podem ser consultados no site da instituição: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>

Esse momento histórico reabre a possibilidade – a ser concretizada ou não – de se recolocar os debates sobre a estratégia socialista, isto é, a revolução proletária, como um movimento de massas nos enfrentamentos à ordem dominante. O esforço de reconstruir uma estratégia socialista exige um rigoroso balanço das experiências políticas, organizativas e teóricas de nossa classe nos últimos anos, seus erros e acertos, e a partir daí, assimilando a experiência histórica, buscar superá-la em um movimento dialético.

É inserido nesse debate histórico que a nossa pesquisa, agora exposta, procurou estudar a estratégia socialista formulada por Carlos Nelson Coutinho. Carlos Nelson nasceu em Itabuna, na Bahia, em 1943 e faleceu em 2012, no Rio de Janeiro. Filho de um deputado da União Democrática Nacional (UDN) que se apresentava conservador por causa das “injunções da política baiana”, mas muito progressista em seu ambiente doméstico (COUTINHO, 2012, p. 388), foi na biblioteca do pai que Carlos Nelson leu pela primeira vez o Manifesto do Partido Comunista e Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico de Engels e, a partir daí, tornou-se comunista. Como comunista, tomando a decisão teórica-política de vincular-se à classe trabalhadora, buscou fazer política enquanto intelectual orgânico dos trabalhadores.

Notabilizou-se entre o final dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970 como crítico literário e pelo uso pioneiro e inovador do arcabouço categorial lukacsiano (WELLEN; CARLI, 2012), produzindo escritos antológicos da crítica literária brasileira – a exemplo de “O significado de Lima Barreto em nossa literatura” (1972) e “Graciliano Ramos” (1965). Segundo Netto (2012), já ao final dos anos 60, a reflexão de Carlos Nelson vai paulatinamente se deslocando para uma reflexão “mais tendencialmente determinada pela política” (2012, p. 63). Esse processo assume feição madura ao final dos anos 70, quando o filósofo baiano lança o seu clássico “A democracia como valor universal”, escrito que provocou uma das maiores polêmicas da esquerda brasileira.

Carlos Nelson em seus mais de 40 anos de militância traduziu mais de 60 livros, participou de várias iniciativas editoriais, como a presidência na editora da

UFRJ entre 2003-2011 e participação no conselho editorial da Editora Graal, Revista Temas de Ciências Humanas, Editora Cortez, e Revista Novos Temas; seu trabalho como tradutor e produção teórica o torna mediação incontornável na assimilação de Antônio Gramsci e György Lukács na nossa cultura política e nas ciências sociais brasileiras,

Na militância político-partidária, foi um destacado intelectual das fileiras do PCB participando, no exílio, da Assessoria ao Comitê Central do PCB responsável por auxiliar na elaboração de documentos e resoluções, do Jornal do Partido, o *Voz Operária* (dirigido por Arménio Guedes que reunia em torno de si uma série de intelectuais, como Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder, conformando o grupo que passou à história como Os Renovadores) e papel de relevo no VII Congresso do PCB.

No PT, começou a militar em 1989 atuando em momentos importantes da vida orgânica do Partido como o seminário programático da campanha de 1989, do “Governo Paralelo”, criado em 1990, exercendo a função de relações internacionais e teve presença ativa nos espaços de formação e produção teórico-política do petismo; rompe com o PT em 2003 devido ao transformismo do Partido e em 2004, ao lado de Leandro Konder, Milton Temer e outras figuras da esquerda socialista, funda o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e assume, novamente, importante papel na formulação teórica do jovem PSOL (partido que Coutinho militou até a data de sua morte).

A obra de Carlos Nelson é a expressão de um momento histórico-político das classes subalternas na luta de classes e ganha maior relevo por ser um dos pilares teóricos fundamentais na formação da estratégia e do programa democrático-popular (IASI, 2017)⁹. Portanto, a obra coutiniana se configura como uma produção teórica historicamente localizável em suas mediações concretas, condensando um

⁹A tese desenvolvida por Mauro Iasi (2017) é de que as obras de Caio Prado Jr. (especialmente o Caio Prado de *A Revolução Brasileira*), Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho foram os pilares fundamentais da conformação da estratégia democrático-popular: “as críticas empreendidas por intelectuais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho e outros, constituem a matéria-prima a partir do qual uma nova formulação estratégica podia ser edificada. Deve-se destacar que não é possível, nem pertinente, atribuir a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma estratégia nem de seu desdobramento a outro intelectual; no entanto, os elementos das diversas formulações teóricas que buscavam acertar contas com o período que se encerrava guardam os germes daquele que se desenvolveria como formulação determinante no período que se abria” (IASI, 2017, p. 291).

momento teórico e político da classe do qual era um intelectual orgânico e, ao mesmo tempo, uma estratégia revolucionária entendida como “a articulação entre diversas frentes e modalidades de luta ao objetivo final de construção de uma sociedade sem classe [...] refletindo no plano do pensamento em uma teoria social que organiza a visão social de mundo unitária e coerente desta classe” (NEVES, 2013, p. 4).

Segundo Netto (2012, p. 80-81), a obra coutiniana compreende três níveis: Um publicístico associado às suas largas contribuições em jornais e revistas, com textos “de maior ou menor fôlego”, onde o filósofo marxista tinha por objetivo “resumir numa determinada problemática ou esclarecer as ideias centrais de um grande intelectual”; o segundo nível, “mais substantivo e denso”, é composto pela crítica literária e filosófica *stricto sensu*, e o terceiro é a sua interpretação do Brasil, “constituindo mesmo uma *teoria do Brasil contemporâneo*”. Esses três níveis são indissociáveis na obra coutiniana, que tem como eixo pensar a revolução socialista a partir da teoria política num quadro mais geral de renovação do marxismo a partir da tentativa de superação do marxismo-leninismo de matriz soviética – chamado por Coutinho de “stalinismo”.

Tendo essa compreensão da obra coutiniana, a nossa pesquisa é um estudo sobre a estratégia socialista desenvolvida pelo autor. Cabem, nesse momento, alguns comentários sobre o estado da arte das pesquisas sobre a produção de Carlos Nelson. No geral, a maioria das críticas às formulações coutiniana abordaram aspectos tópicos dos seus escritos, como sua interpretação da obra gramsciana e, principalmente, o debate sobre a questão democrática na luta pelo socialismo – a exemplo de (MORAES, 2001), (CUNHA, 2017), (NAVARRO, 1994), (IASI, 2017), (GENRO FILHO, 1979), (FONTES, 2012) (NAVES, 1995), (MOTTA, 2014) etc. Os estudos que se propõem a uma abordagem totalizante da obra de Carlos Nelson, a exemplo da pesquisa de Nascimento Silva (2003), são ainda escassos. Até esse momento, o estudo mais completo de que temos conhecimento é a tese de doutoramento de Victor Neves “Democracia e revolução: um estudo sobre o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho”, defendida em 2016 na Universidade Federal do Rio de Janeiro – uma pesquisa sistemática sobre todo conjunto da obra coutiniana.

O nosso estudo, não tendo pretensão de obter uma total originalidade, se propõe a ser mais um dos poucos que vai abordar a obra de Carlos Nelson em sua totalidade. Totalidade, porém, não significa tudo. Seguindo as indicações de Frederico (2012), Netto (2012), Semeraro (2012), Iasi (2017), Fontes (2012) e do próprio Carlos Nelson (2012), não iremos analisar os artigos juvenis do autor, centraremos-nos em suas obras de “maturidade” (tendo como ponto de referência, portanto, sua produção a partir do livro de 1967, *Literatura e Humanismo*). Ademais, também não caberá uma análise de suas atividades como tradutor ou um levante amplo de sua atividade como jornalista.

Algumas questões sobre os critérios de seleção do material da pesquisa: a) muitos textos de Carlos Nelson, como os publicados em sua época do exílio na Europa, não se encontram digitalizados, sendo difícil localizá-los fora de arquivos pessoais (como o do próprio autor, agora sob os cuidados da professora da UFRJ, Andreia Teixeira); b) o tempo hábil da pesquisa de mestrado não possibilitaria a consulta ao conjunto das traduções feitas sobre a responsabilidade de Carlos Nelson ou livros publicados por editoras em que ele era do conselho editorial (como a Editora Graal) ou presidente (como a Editora da UFRJ); c) parte ou a totalidade desse material já foi analisada - como em (NEVES, 2016) e (NETTO, 2012) - e não apresentam diferenças substanciais de conteúdo frente ao material que tivemos acesso em nossa pesquisa científica.

A pesquisa será apresentada em três capítulos. O primeiro capítulo terá como tema a teoria do Brasil contemporâneo formulada por Carlos Nelson Coutinho, ou, nos termos do autor, a “imagem de Brasil” contida em sua obra. Abordaremos a formulação pecebista sobre a Revolução Brasileira mostrando os principais componentes da estratégia democrático-nacional (cultura política e teórica base da formação do nosso autor) e depois, na segunda parte do capítulo, faremos uma reconstrução da teoria do Brasil de Carlos Nelson, buscando apontar, ao final da exposição, alguns dos seus problemas teóricos e políticos.

O segundo capítulo analisará a formulação coutiniana sobre democracia e Estado. Será estudada a teoria do autor sobre a “democracia como valor universal” e o “Estado ampliado”, categorias centrais de sua proposta de Revolução Brasileira,

que articulam uma série de outros conceitos no quadro de sua estratégia socialista. No estudo dessas duas categorias, ao final do capítulo, será também abordada a relação das formulações coutinianas com o marxismo “clássico”.

No terceiro e último capítulo, o debate centrar-se-á no “reformismo revolucionário”, síntese teórico-política da proposta coutiniana para uma nova forma de pensar e lutar pela Revolução Brasileira e nos limites de sua estratégia socialista para os desafios contemporâneos da luta de classe. No estudo sobre o reformismo revolucionário vamos abordar a leitura do autor sobre o papel das reformas na luta pelo socialismo, seu balanço das experiências político-organizativas da classe trabalhadora no século XX e o lugar da luta por direitos e cidadania na ruptura com a ordem burguesa. Na segunda parte do capítulo, vamos procurar apontar os principais limites do reformismo revolucionário centrando a crítica à leitura do autor sobre a experiência socialdemocrata, a teoria do Estado e do processo de dominação política e a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro.

Depois de percorridos os três capítulos, esperamos demonstrar, no processo de exposição dos resultados, as conclusões centrais a que chegamos na pesquisa, bem como realizar uma contribuição, ainda que pequena, ao adensamento da pesquisa científica e colocar mais um tijolo nos caminhos que levarão ao enriquecimento do debate sobre a estratégia da Revolução Brasileira.

2 “QUEM ERRA NA ANÁLISE, ERRA NA AÇÃO”: A IMAGEM DO BRASIL NA OBRA COUTINIANA.

A tradição marxista em suas mais variadas vertentes se particulariza enquanto expressão política pela união entre teoria e prática, adensando os conflitos sociais com complexos debates teóricos sobre a realidade, na qual a legitimidade da estratégia e da tática é sempre lastreada na sua capacidade aparente ou efetiva de captar o movimento do real tal como ele é.

O marxismo concebeu a si mesmo como ciência, o socialismo científico, e busca combinar a teoria e a prática formando a práxis revolucionária. Se os filósofos antes se limitavam a interpretar o mundo, agora, eles devem saber que sua interpretação é também política e contribui ou não na transformação do mundo. Na história do movimento dos trabalhadores, especialmente a partir do século XIX, o debate sobre estratégia política é indissociável das polêmicas envolvendo as grandes questões do desenvolvimento histórico, econômico, social e político do país e do mundo.

Nessa tradição histórica, alguns intelectuais orgânicos de sua classe constroem obras produzindo uma verdadeira teoria de sua realidade nacional, falando especificamente do Brasil, uma “imagem do Brasil”. Carlos Nelson Coutinho, acertadamente, afirma que esse tipo de produção teórica “implica não só a compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas de futuro”, ou seja, essa imagem é teórica e ao mesmo tempo política, “contêm sempre uma articulação entre ciência e ideologia, entre o ser e dever-se” (COUTINHO, 2011, p. 223).

Tendo essa perspectiva, vamos apreender a teoria do Brasil na obra de Carlos Nelson, abordar o ambiente teórico e político de sua formação e a conflituosa relação com a “imagem do Brasil” do programa democrático-nacional encarnado pelo PCB. Ao captar essa formulação estratégica na obra coutiniana, abordando-a em sua totalidade, podemos melhor entender quais “perspectivas de futuro” e de “dever-se” ela aponta, buscando indicar as potencialidades e falhas do filósofo

baiano, afinal, como diria Palmiro Togliatti, sem acerto na análise, não existe acerto na ação.

2.1 A estratégia democrático-nacional do PCB.

Carlos Nelson nasceu e começou sua militância no movimento estudantil em um momento de quase monopólio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no âmbito do marxismo nacional e da esquerda revolucionária. O PCB foi fundado em 25 de Março de 1922 como Partido Comunista – seção brasileira da Internacional Comunista: um dos frutos da reorganização do movimento operário sob a bandeira da Internacional Comunista (IC). Com o apoio ativo ao colonialismo e à barbárie da Primeira Guerra Mundial, a Segunda Internacional entra em falência e os partidos social-democratas, outrora defensores da paz e do socialismo, tornam-se aparelhos políticos das disputas imperialistas de “suas” burguesias nacionais (BRAZ, 2011, LÊNIN, 2017).

Com a vitória da Revolução Russa, a expectativa dos bolcheviques era o desenlace da revolução mundial, especialmente na Alemanha. A criação da Internacional Comunista (Terceira Internacional) seria uma forma de dirigir esse processo revolucionário em nível mundial, porém, as esperanças de um rápido alastramento da revolução socialista pela Europa Ocidental foram derrotadas. Agora se tratava de preservar a única experiência de poder operário e garantir uma reconstrução do movimento operário sob as bases revolucionárias, superando os social-democratas (CLAUDÍN, 2013).

Sob essas novas condições históricas, e a partir de certa leitura dos porquês da falência da Segunda Internacional, a IC se configurou como uma novidade organizativa e política no movimento operário. Formou-se um nível de centralização política inédita (BRAZ, 2011; LOSURDO, 2015). Tendo em vista a necessidade de garantir uma real ruptura com a social-democracia, a IC elaborou suas 21 condições de adesão e um modelo em que o centro decisório, sob o comando dos

bolcheviques, garantiria a não degeneração revisionista a partir de uma forte capacidade de intervenção sobre as seções nacionais¹⁰.

A IC também expressou a primeira onda de mundialização do marxismo. Durante o período da Primeira e Segunda Internacional, o movimento operário de orientação marxista estava concentrado na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, ampliando-se, ao final do século XIX, para a periferia da Europa: Polônia, Hungria, Irlanda, Rússia etc. Só com a IC é que o marxismo tornou-se realmente global, com a criação de várias organizações comunistas na América, África e Ásia.

No segundo congresso da IC, em 1920, Lênin aborda o problema dos judeus, irlandeses, dos povos coloniais e dos negros dos EUA. É a partir desse congresso, com o maior peso de partidos comunistas não europeus e baixa participação de delegações latino-americanas, que a questão nacional e colonial passa ao centro da agenda política do movimento comunista. A formulação de Lênin, enriquecida com as ponderações do comunista indiano Manabendra N. Roy, era de que nos países coloniais e semicoloniais os partidos comunistas devem “ajudar o movimento libertador democrático-burguês”, lutando contra o “clero e os outros elementos reacionários e medievais”, mas centrando seu apoio nos movimentos camponeses “contra os latifundiários, contra a grande propriedade agrária [...] e todas as manifestações ou sobrevivências do feudalismo”. Contudo, o líder bolchevique frisa que deve ser combatida a tendência “para pintar com as cores do comunismo as correntes libertadoras democrático-burguesas nos países atrasados” e que a IC só deve apoiar os movimentos nacionais democráticos-burgueses na “condição de que os elementos dos futuros partidos proletários, comunistas não apenas de nome, se agrupem e eduquem em todos os países atrasados” – ou seja, essa aliança é temporária e a “independência do movimento proletário” deve ser mantida como prioridade (LÊNIN, 2017 [1920], p.440-441).

¹⁰“As 21 condições têm, entre outras funções, a de servir como instrumento seletivo para impedir que a IC seja invadida por lideranças de caráter reformista. Assim, as restrições impostas pelas 21 condições são significativas da intenção centralizadora da IC [...] As 21 condições representam mais do que aparentam, pois constituem um programa que transformava os partidos socialistas de tendências múltiplas, contraditórias, em órgãos revolucionários, monolíticos, unificados, prontos para conduzir as massas para a tomada de poder” (CARONE, 2003) – artigo disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos>

O 3º, 4º e 5º congressos da IC mantêm, no essencial, a formulação do 2º congresso. O 6º congresso da IC inova apresentando as famosas “Teses sobre o movimento revolucionário das colônias e semicolônias”. Esse documento afirma que o imperialismo tem como principais aliados internos, nas colônias e semicolônias, as classes feudais latifundiárias e os setores da burguesia – normalmente chamada de burguesia compradora – ligados ao imperialismo. Essa exploração imperialista significaria um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção das condições de atraso, cabendo ao proletariado dirigir a maioria das massas camponesas, buscar *nessa etapa da estratégia* realizar a revolução democrático-nacional, criando as condições para alcançar o socialismo; esse processo revolucionário terá em maior ou menor medida a participação da burguesia nacional, mas os partidos comunistas devem ter cuidado porque a “incompreensão da diferença entre a orientação nacional-reformista e a nacional-revolucionária pode levar a uma *política seguidista*, a um distanciamento político e organizativo não suficientemente claro do proletariado com relação à burguesia” (Resolução do IV congresso da IC apud MANTEGA, 1980, p. 161).

Os diversos PCs que surgiam na América Latina, especialmente no Brasil, sem uma tradição marxista prévia, com altíssimo índice de analfabetismo entre os operários, contando com as massas exploradas em condições predominantemente rurais ou, quando urbanas, em situação de extrema marginalidade e com uma cultura política anterior dominada pelo anarquismo e anarcossindicalismo, tiveram que “nacionalizar” o marxismo, produzindo uma leitura de sua realidade nacional operando uma adequação das resoluções da IC à sua dinâmica política¹¹.

Dois eram os grandes problemas – ainda que por vezes não colocados nesses termos – da ação política dos comunistas em terras brasileiras: qual a particularidade histórico-estrutural de nossa formação social? E qual o caráter da revolução e as forças capazes de impulsioná-la e dirigi-la? Como perspectiva hegemônica, com níveis bem variados de qualidade, a cultura política e teórica dos comunistas brasileiros tendia a compreender o Brasil como uma formação social

¹¹Reduzir os problemas de assimilação do marxismo como todos derivados do “mecanismo” e do “esquematismo” do “stalinismo” é uma forma fácil de não abordar de frente os reais problemas. São suficientemente conhecidos os processos de empobrecimento do marxismo realizados pela Segunda Internacional, antes de existir o “stalinismo”. Uma importante reflexão sobre os motivos das debilidades teóricas dos comunistas brasileiros, abordando especialmente os anos de formação do PCB, está em (VIANNA, 2012).

colonial que estava incluída dentro do mundo subdesenvolvido. Esse atraso pré-capitalista tinha como consequência um processo sócio-histórico de ausência de uma revolução burguesa: era necessário unir todo o povo, incluindo a burguesia industrial, contra o imperialismo, o latifúndio feudal e os agentes burgueses ligados ao imperialismo.

Como salta à vista, a compreensão hegemônica dos comunistas tomava o processo histórico de desenvolvimento capitalista a partir da métrica europeia, especialmente a Revolução Francesa e Inglesa, como um padrão universal. Um dos exemplos mais significativos disso é a crença no papel revolucionário na libertação nacional destinado à burguesia industrial. O Brasil ainda estaria dominado por relações feudais ou semifeudais no campo por causa de uma transição não completada ou fraca do feudalismo colonial¹²: devido a isso, continuávamos sendo um fabricante de produtos primários para exportação com baixíssimo nível de industrialização, urbanização, desenvolvimento econômico e com a reprodução dos elementos superestruturais que seriam típicos da ordem feudal - como a coação extraeconômica nas relações de produção do campo e a ausência de legalidade burguesa consolidada. Dizia o PCB:

A queda da monarquia e a proclamação da República, se bem que tenham constituído elementos de progresso na evolução política do país, não modificaram no fundamental o caráter semifeudal e semiescravista da sociedade brasileira. Os senhores de escravos e, em seguida, os latifundiários e grandes capitalistas – grandes comerciantes e usuários – que governam o país, facilitaram a penetração do capital estrangeiro, e consequentemente, a transformação do Brasil em semicolônia, em país dependente das grandes potências capitalistas¹³.

Porém, se essa análise expressava a cultura política geral dos comunistas, ela deve ser melhor qualificada. Alberto Passos Guimarães, autor do clássico *Quatro séculos de Latifúndio* e um grande teórico do PCB, em debate com os historiadores que consideram o sistema de plantação já capitalista, afirma que o sistema colonial de plantação “constituiu, de fato, e sem qualquer dúvida, a expressão realizada do

¹²A partir dos anos 60, ganha força a superação das formulações clássicas da IC e dos PCs sobre o “feudalismo latino-americano”. Nessa crítica houve uma tendência a tomar todos que usavam o termo feudalismo como encarnação do mecanicismo e do “stalinismo” na sua produção teórica. Na verdade, os termos feudalismo e semifeudalismo correspondiam à linguagem característica da época, estando em autores comunistas ou não, encontrados em nomes do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), como Alberto Guerreiro Ramos (2017 [1961]), e da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), como Ignácio Rangel (2005 [1963]).

¹³PRESTES, Luiz Carlos. Informe de balanço do comitê central, Revista Problema, 1954, p.60.

feudalismo colonial” (GUIMARÃES, 2003 [1962], p.44). O caráter mercantil da produção, longe de mostrar qualquer forma de desenvolvimento capitalista, era prova da “condição colonial” ¹⁴ (GUIMARÃES, 2003 p. 46). Defender que a formação social brasileira era capitalista desde a colônia significava para o autor que:

Partindo desse ponto de vista, [...] concebe-se uma estratégia política não-reformista ou não-revolucionária, uma estratégia evolucionista: o desenvolvimento gradual, sem reformas. De acordo com ele, acrescentando-se à atual estrutura agrária alguns ingredientes – mais adubação, mais mecanização, numa palavra: mais capital – alcançaríamos a fórmula milagrosa para acelerar o progresso agrícola em geral, sem precisarmos apelar para qualquer reforma de base (GUIMARÃES, 2003 p.48-49).

A política reformista, ou revolucionária, para Passos Guimarães, além de quebrar o monopólio feudal e colonial da terra – o principal meio de produção naquele momento da economia brasileira, segundo sua análise – teria como consequência destruir “o poder extraeconômico, uma característica e uma sobrevivência do feudalismo”. O autor não negava os processos de desenvolvimento capitalista, mas pondera que esse relativo desenvolvimento capitalista não eliminou “um passado que deveria estar morto”, mantendo as sobrevivências coloniais e feudais. Na luta pela Revolução Brasileira, as forças impulsionadoras seriam o proletariado, os camponeses e a intelectualidade (GUIMARÃES, 2003, p.94). O autor de Quatro séculos de latifúndio, seguindo a perspectiva leniniana, afirma que o caráter das transformações é burguês, mas negrita que a condução política da revolução deve ser dada pelo proletariado e o campesinato, chegando a criticar os seus camaradas de partido por terem “passado muitos anos enganando a si mesmos com uma perspectiva exagerada da revolução agrária” em que o erro tinha como premissa a existência “de uma forte semelhança entre a situação de miséria e opressão feudal em nosso país e de vários países asiáticos e do Leste europeu” (GUIMARÃES, 2003, p.101).

Nelson Werneck Sodré, outro grande nome da estratégia democrático-nacional, talvez o maior de sua época em termos de relevância intelectual, compreendia o Brasil como um país atrasado fruto de uma superação incompleta do

¹⁴“Com isso queremos dizer que no latifundismo brasileiro são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, as quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária” (GUIMARÃES, 2003, p. 53).

feudalismo e da escravidão – a abolição da escravidão, para o autor, provocou uma regressão feudal no país, sancionando formas de servidão e coação extraeconômica em grandes empreendimentos como as plantações de café (SODRÉ, 2005). País dominado pelo imperialismo, tendo o latifúndio semifeudal como seu principal aliado, Sodré analisava que a burguesia nacional, a partir da Revolução de 30, lutou de forma efetiva para valer seus interesses, mas enfrentava uma dilacerante contradição: se aliar com seu principal antagonista, o proletariado, contra o latifúndio [feudal] e o imperialismo, ou abandonar o povo e travar a Revolução Brasileira, mantendo o país na sua condição subordinada ao imperialismo (SODRÉ, 2005; 2010).

Ao contrário do que se notabilizou anos depois, Sodré não negava a contradição do proletariado com a burguesia na formação social brasileira. José Paulo Netto (2011, p. 71) afirma que Sodré defendia que essa contradição “só pode ser entendida (...) em sua conexão com outras contradições (isto é, com o latifúndio e o imperialismo)” e que a “contradição entre a burguesia e o proletariado (...) tem uma importância indiscutível para a luta de que o Brasil é teatro (...) e na Revolução Brasileira” (2011, p.71), porém, o autor acreditava que estava reservado um papel importante à burguesia nacional, ao menos a sua fração com compromissos com a nação – deixando claro que não era a burguesia industrial em seu conjunto nacionalista e anti-imperialista.

Essa digressão um pouco pormenorizada sobre as formulações de Sodré e Passos Guimarães faz-se importante porque a crise da esquerda pós- golpe empresarial-militar de 1964 e a construção de uma nova liderança na esquerda nos anos 80 com o PT produziu algumas análises reducionistas acerca da estratégia democrático-nacional, como se fosse produto de uma mera incompreensão da realidade nacional fruto da assimilação totalmente acrítica das formulações da IC e da União Soviética.

No que tange aos momentos do PCB na luta de classe brasileira, sob a estratégia democrático-nacional, há uma imensa combinação de variabilidades táticas, perspectivas de alianças e compreensão do inimigo prioritário na presente etapa da revolução. Em 1935, o PCB, hegemonizando a Aliança Nacional

Libertadora, busca realizar um levante armado¹⁵; no Manifesto de Agosto de 1950¹⁶, o partido radicaliza suas posições políticas, assume uma perspectiva de alianças mais estreita e coloca a centralidade na luta de massas radicalizada, com perspectiva de formação de um contrapoder popular armado, negando qualquer acordo possível com a grande burguesia nacional. Já na Declaração de Março de 1958, o PCB reconhece um avançado processo de desenvolvimento capitalista no país, defende um caminho pacífico para a Revolução Brasileira, coloca um papel fundamental da burguesia nacional na frente nacionalista e aponta uma tendência de democratização de longo prazo na vida política nacional¹⁷.

Como podemos perceber, a estratégia democrático-nacional como síntese prático-política e teórica de uma determinada época histórica, expressando o nível de consciência dos trabalhadores na dinâmica real da luta política, a despeito de uma importante diversidade de formulações entre os intelectuais orgânicos e os subalternos e significativas variações táticas, tinha como elementos centrais: a) a compreensão de que a particularidade histórico-estrutural da formação social brasileira era seu atraso e mesmo os processos de desenvolvimento capitalista, acelerados a partir da Revolução de 1930, não tinham liquidado essa herança colonial que se reatualiza a partir dos interesses do imperialismo em aliança com o latifúndio; b) na atual etapa da Revolução Brasileira, as tarefas eram de caráter democrático-burguês criando as condições para o socialismo, cabendo à burguesia nacional um papel importante no enfrentamento ao imperialismo e ao latifúndio; c) as transformações da Revolução Brasileira poderiam ser feitas através de um caminho

¹⁵O programa do Governo Popular Nacional Revolucionário da Aliança Nacional Libertadora está disponível na antologia sobre o marxismo na América Latina organizado por (LÖWY, 2012).

¹⁶“Diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente” e coloca como mediação tática para a realização da Frente Democrática de Libertação Nacional o “armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país” – Jornal Voz Operária, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, p. 1-2.

¹⁷“A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo [...] A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas [...] O proletariado tem interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático consequente.” – Jornal Voz Operária, Rio de Janeiro, março de 1958, p.8-9.

pacífico, acumulando forças nas lutas de massa devido à conjuntura internacional favorável ao socialismo, às forças de libertação nacional e aos aspectos estruturais de longo prazo – como a tendência à democratização da vida política brasileira – e conjunturais.

2.2 A construção de uma teoria do Brasil na obra coutiniana

Carlos Nelson Coutinho começou a militar no PCB em 1961. No início de sua militância as condições políticas do momento pareciam apontar para a concretização da revolução nacional demandada pelos comunistas. O campo brasileiro vivia período de forte efervescência política com as ligas camponesas e o crescimento dos sindicatos rurais; o número de greves conhecia uma alta desde o final dos anos 50; no mundo da cultura o prestígio e a influência dos comunistas era cada vez maior. O PCB era há muito um partido ilegal, mas não clandestino, compondo alguns governos estaduais “nacionalistas” (como o de Miguel Arraes em Pernambuco) e exercendo importante influência no governo de João Goulart; a Frente Nacionalista no Congresso contava com uma bancada expressiva e a agitação nas forças armadas, inclusive com episódios de quebra de hierarquia, também aumentava (MARINI, 2014; COUTINHO, 2000; GORENDER, 2013).

No melhor momento da história do movimento operário brasileiro, quando a revolução finalmente parecia uma realidade, sobreveio a derrota com o golpe empresarial-militar de 1964. O golpe provocou uma crise gigante nas forças populares: a) já existia uma crise teórica e política latente na esquerda brasileira devido aos impactos do XX Congresso do PCUS no movimento comunista mundial e seus efeitos no Brasil, quebrando o monopólio do marxismo nacional e da esquerda revolucionária do PCB com o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros grupos, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop); b) a burguesia industrial, considerada pelos comunistas e outros setores da esquerda¹⁸ como uma classe potencialmente revolucionária no processo de

¹⁸Importante ressaltar que as expectativas no papel revolucionário da burguesia industrial não eram apenas pelo PCB, mas também pelos setores da esquerda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), a intelectualidade ligada ao ISEB e a esquerda cepalina (RAMOS, 2016 [1963]).

libertação nacional, aderiu sem grandes vacilações ao golpe empresarial-militar, mostrando que sua contradição principal não era com o imperialismo, mas com as classes subalternas; c) apesar da aparente força das organizações populares, a ditadura empresarial-militar conseguiu se consolidar de forma extremamente rápida e a resistência apresentou-se incrivelmente débil; d) a ditadura conseguiu conduzir um acelerado e brutal processo de desenvolvimento capitalista – especialmente no período denominado “milagre econômico” - mostrando que não existiam “entraves feudais e coloniais” a esse desenvolvimento.

Nos destroços da estratégia democrático-nacional era necessária a construção de uma nova teoria do Brasil. O filósofo baiano recorda em suas memórias que desde o início da sua militância duvidava de aspectos importantes da formulação pecebista, como a existência de uma burguesia nacionalista e democrática (COUTINHO, 2012). Em 1967 Carlos Nelson lança seu primeiro grande livro, *Literatura e Humanismo* (COUTINHO, 1967). Nessa obra, além do uso pioneiro do arcabouço categorial lukacsiano na crítica literária, há os primeiros passos na formulação de uma teoria do Brasil, principalmente no ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos.

Nesse ensaio há uma preocupação maior de Carlos Nelson, considerando seus artigos juvenis, com a “relação mais concreta do escritor com a sua realidade social” (WELLEN; CARLI, 2012, p.130). Ao pensar essa “realidade social”, Carlos Nelson começa abordando como a ausência de uma classe efetivamente revolucionária – e não apenas potencialmente – deixou em suspenso a criação de uma verdadeira renovação democrática, mantendo todas as nossas contradições fundamentais (nota-se que ao falar da classe efetivamente revolucionária, o autor não cita burguesia ou proletariado, denotando que esse papel poderia ser de qualquer uma das duas¹⁹); assim, “a sociedade brasileira se apresentava como uma formação social semicolonial em crise. O esgotamento das potencialidades de nossa economia pré-capitalista não fora seguido por uma renovação radical”, por isso, falta entre nós “um mercado interno único, causa e efeito da inexistência de uma classe

¹⁹ “Coutinho parece, nesse momento, oscilar entre as duas posições, uma vez que, se no ensaio estudado anteriormente aponta para a renúncia dos princípios democráticos e humanistas por parte da burguesia brasileira, por outro lado, em um texto escrito no ano seguinte (que também faz parte de *Literatura e Humanismo*), crê na possibilidade de a burguesia vir a ser uma força social progressista, ou até mesmo que representasse uma poderosa arma de mobilização popular na luta contra as formas semifeudais e imperialistas da reação” (WELLEN, CARLI, 2012, p. 137).

burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica renovação democrática” (COUTINHO, 2011, p. 141).

A ausência dessa renovação democrática com a criação de uma “forma moderna de economia e de relações sociais” criou uma realidade mesquinha que impunha aos indivíduos uma radical alienação, afastando-os da evolução histórica concreta. Carlos Nelson ainda afirma que o desenvolvimento capitalista em nossas terras “se processava sem rupturas com a economia pré-capitalista e dependente, não apresentava as mesmas características revolucionárias que tivera na Europa Ocidental” (COUTINHO, 2011, p.145). Compreendendo essa particularidade da formação social brasileira – e dos países coloniais e dependentes no geral – Coutinho passa a mostrar como temos a ausência de uma cultura do humanismo revolucionário, tal como o Iluminismo, e que em nossa história o moderno às vezes representa um “estímulo à perpetuação de nossa velha sociedade estagnada” e, em outros aspectos, apresenta-se como “possibilidade de renovação e de progresso” (COUTINHO, 2011, p.145).

O caráter excepcional de Paulo Honório [personagem do romance São Bernardo], entre outras coisas, expressa-se na completa integração dos valores feudais e dos valores capitalistas que formam a sua personalidade. Movido por uma sede de lucro e de domínio que é própria do capitalista, Paulo Honório é, no essencial – um burguês típico; mas permanecem em sua mentalidade certos aspectos feudais, como, por exemplo, o seu apego à vida rural e sua incapacidade de ambientação na cidade (COUTINHO, 1967, P. 155)²⁰.

Essa dinâmica da formação social brasileira, ao contrário do dualismo estrutural que estava em moda na época, não era apreendida por Coutinho como duas sociedades, uma moderna e outra atrasada, em antagonismo disfuncional, mas como relações sociais de tempos históricos diferentes que se articulavam, dado o tipo de transição capitalista que tivemos.

Ao mesmo tempo em que [o capitalismo] representa um papel progressista, criando as condições para o surgimento do “inconformismo” em face da estagnação anterior, [...] por causa de sua debilidade e de sua incapacidade de organizar a inteira sociedade a partir de um ponto de vista globalmente hegemônico e inovador – é obrigado a conciliar com o velho e o caduco, com as forças que mantêm o nosso atraso secular, e a se opor, conseqüentemente, às novas forças verdadeiramente renovadoras (COUTINHO, 2011, p. 161).

²⁰Como se percebe, Carlos Nelson usa o termo feudal nesse ensaio, mas em edições posteriores, como a que estamos utilizando (COUTINHO, 2011), o termo é substituído por “aspectos arcaicos” ou “valores pré-capitalistas”.

Na sua crítica literária a Graciliano Ramos, embora permaneçam muitos aspectos da imagem pecebista do Brasil, Coutinho passa a desenvolver sua interpretação da realidade nacional. Em 1971 termina de escrever seu livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (COUTINHO, 2010 [1973]); embora não verse diretamente sobre a realidade brasileira, sendo um debate teórico-filosófico com os principais nomes do estruturalismo, é um livro importante na trajetória do autor porque marca sua plena apreensão da obra leniniana e o domínio da categoria “via prussiana” que terá papel fundamental nos seus trabalhos posteriores.

Quase na mesma época de escrita de *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, o autor produz o seu clássico ensaio de crítica literária *O Significado de Lima Barreto em Nossa Literatura* (daqui em diante citado como *Lima Barreto...*). Esse escrito é basilar na obra coutiniana porque marca o encontro de uma chave analítica de interpretação da realidade nacional que terá papel central em sua obra durante os anos de 1970 e 1980²¹.

Nesse escrito, ao analisar o papel ímpar de Lima Barreto na literatura realista brasileira, Coutinho produz uma análise rica de determinações da relação entre os intelectuais, o povo e o desenvolvimento histórico do Brasil. Nessa reflexão a categoria de via prussiana ganha destaque²². Se na cultura teórica do pecebismo, de certa forma ainda presente no ensaio coutiniano sobre Graciliano Ramos, a particularidade histórico-estrutural do Brasil era a ausência de uma revolução burguesa, a partir de Lima Barreto, é a forma de transição ao capitalismo, a forma prussiana, com ausência das massas populares nas grandes decisões políticas conformando acordos entre as frações dominantes pelo alto, conservando as relações “arcaicas” e evitando rupturas radicais, que é a chave heurística para compreender o Brasil.

²¹Sobre a categoria de via prussiana: “empregada originalmente por Lênin para apreender as diferenças essenciais que distinguiram o desenvolvimento econômico da Alemanha (que, até 1871, era dividida em Estados independentes, sendo a Prússia o mais importante) dos países de capitalismo clássico (centralmente Inglaterra, França e EUA), a categoria “via prussiana” passou a ser utilizada por intelectuais brasileiros, a partir da segunda metade do século passado, na tentativa de determinar melhor o caráter de nossa formação econômica” (WELLEN, CARLI, 2012, p 138-39).

²²“Salvo erro de minha parte, foi Carlos Nelson o primeiro, no Brasil, a explicitamente utilizar com rigor essa chave heurística [via prussiana]” (NETTO, 2012, p. 64).

A categoria de via prussiana se torna uma noção não só explicativa do processo histórico de surgimento do capitalismo no Brasil, isto é, da revolução burguesa, mas dos principais momentos da luta de classe no país: Coutinho passa a analisar todos os grandes movimentos da vida política nacional a partir da reprodução do prussianismo (COUTINHO, 2011; 2000). Esse prussianismo impõe uma série de determinantes à estrutura social, política e cultural do país: como o déficit democrático permanente, a reprodução do “intimismo à sombra do poder” ²³ e a dificuldade da afirmação de uma literatura realista.

Os dois escritos mais significativos cronologicamente falando, *Cultura e Sociedade no Brasil* (1977-79) e *Os intelectuais e a Organização da Cultura* (1980) não alteram, no essencial, as formulações centrais da teoria coutiniana apresentadas nos seus ensaios de crítica literária, mas agregam dois aportes importantes. Em *Cultura e Sociedade no Brasil* (de agora em diante referido como *Cultura...*), Carlos Nelson começa abordando o país desde o debate sobre o que era o Brasil na época colonial assumindo a hipótese do modo de produção escravista sobredeterminada pela circulação mercantil inserida em uma subordinação formal ao capital (COUTINHO, 2011, p. 38-39).

Duas novidades importantes se impõem nessa seção do ensaio. Primeiro, Coutinho se utiliza fartamente do referencial categorial gramsciano em sua análise. Aparelhos ‘privados’ de hegemonia, intelectuais, nacional-popular, hegemonia etc., articulam as reflexões de *Cultura...* Segundo, é perceptível um nível de abstração menor na formulação, buscando retirar as consequências político-estratégicas práticas da reflexão teórica: o nacional-popular²⁴ como alternativa ao prussianismo é uma opção política de longo prazo e ao mesmo tempo a mediação tática no enfrentamento à ditadura empresarial-militar no âmbito da frente ampla democrática.

Nessa preocupação em reduzir o nível de abstração, captando com maior concretude os problemas teórico-políticos, também aparece em *Cultura...*: reflexões

²³“Descrentes da possibilidade de influir decisivamente sobre as mudanças, que se processam sempre mediante acordos de cúpula entre as classes dominantes, os intelectuais tendem a evadir-se da realidade concreta, a colocar-se em um terreno aparentemente autônomo, mas cuja autonomia é respeitada precisamente na medida em que não se põem em jogo questões decisivas da vida social, as concretas relações sociais de poder” (COUTINHO, 2011, p. 93).

²⁴“Nesse sentido, o nacional-popular aparece objetivamente como oposição democrática, no plano da cultura, às várias configurações concretas assumidas pela ideologia do “prussianismo” ao longo da evolução brasileira” (COUTINHO, 2011, p.53).

coutinianas sobre um modelo de desenvolvimento econômico “não marginalizador, que tenha nas camadas assalariadas da população (nas quais os intelectuais estão hoje incluídos) o seu destinatário e o seu sujeito” (COUTINHO, 2011, p. 70). As considerações sobre o combate ao prussianismo no campo da cultura, fortalecendo a sociedade civil a partir de uma perspectiva nacional-popular na lide mais geral por outro modelo de desenvolvimento econômico, apresentam outra importante novidade na “imagem do Brasil” de Coutinho: a localização de uma tendência potencial à democratização de longo prazo na vida política e social brasileira.

Coutinho considera que o golpe de 1964 consolidou a entrada do país na era do Capitalismo Monopolista de Estado (tema que voltaremos adiante) e operou um quadro de modernização conservadora com intensa repressão, mas essa modernização proletarizou os intelectuais, reduzindo sua dimensão aristocrática e o papel do “favor” na sua reprodução social, tornando-se assalariados que, por essa condição, têm o pressuposto objetivo de se identificar com o conjunto dos explorados, colocando a democracia de massa a “propor concretamente a democratização da economia, com a luta para pôr fim à dominação dos monopólios”, assim “os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto” (COUTINHO, 2011p. 72).

Em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (referido daqui em diante como *Os intelectuais...*), as teses fundamentais de *Cultura...* são reafirmadas – inclusive com a forte presença de categorias gramscianas em que podemos constatar que esse é o primeiro grande escrito gramsciano de Coutinho -, mas com um diferencial importante, a tese da tendência potencial à democratização da sociedade brasileira é apresentada como efetiva e não mais apenas potencial:

Mesmo lutando para conservar o seu monopólio de decisão, a ditadura foi obrigada a respeitar em certa medida os espaços conquistados pelas forças democráticas na sociedade civil, a conviver com a presença de algo que escapava ao seu controle. Confirma-se assim, de certo modo, a tese do PCB em 1958: malgrado os retrocessos, a democratização da vida brasileira – que se apoia no desenvolvimento da sociedade civil gerada objetivamente pela modernização capitalista – parece ser uma tendência permanente e, em longo prazo, irreversível (COUTINHO, 2011, p.32).

Segundo Netto (2012), ao final dos anos 60, através das implicações diretas do AI-5, o pensamento coutiniano vai deslocando-se cada vez mais do culturalismo para uma reflexão tendencialmente determinada pela política. Esse deslocamento

da crítica literária para o terreno da teoria política com vistas a apreender o Brasil contemporâneo, a partir da influência direta da obra de Gramsci, completa-se nos anos 80 – nesse sentido *Cultura...* e *Os Intelectuais...* marcam a consolidação de uma matriz analítica (NETTO, 2012, p. 69).

Essa imagem do Brasil completamente madura – o que não significa a negação de mudanças teóricas importantes até o fim da sua vida – chega ao seu ápice nos anos 80. É em 1980 que ocorre o lançamento do livro “A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil” pela editora Ciências Humanas. Esse livro contém quatro ensaios: A democracia como valor universal; Gramsci e nós; Cultura e democracia no Brasil; Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas. Desses quatro ensaios, o terceiro, em seu conteúdo, não apresenta diferenças substanciais do *Cultura e Sociedade no Brasil*. Os outros três têm suma importância na teoria do Brasil de Coutinho nessa fase histórica e vamos analisá-los um pouco mais detidamente, porém, antes disso, cabe uma breve contextualização histórica.

No início dos anos 80, o PCB, partido em que Carlos Nelson militava desde 1961, passava por uma profunda crise programática. A União Soviética sofria um declínio constante de prestígio mundial, a estratégia democrático-nacional tinha pouco respaldo e capacidade de mobilização de massas e o marxismo-leninismo histórico do PCB era cada vez mais questionado em suas bases fundamentais. Dentro do PCB havia uma forte disputa pelos rumos do partido. Carlos Nelson fazia parte do grupo chamado de “renovadores”. Sobre esse momento do PCB, diz Paula (2014, p.63-64):

Influenciados pelo modelo mais flexível do Partido Comunista Italiano, essa chamada ala renovadora radical do PCB, formada por militantes como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Aloisio Teixeira, Marco Aurélio Nogueira, e ainda o dirigente histórico, vinculado às estruturas de poder e comando do PCB, Armênio Guedes, irão criticar o programa da revolução nacional e também da democracia apenas como tática e não como valor universal.

Se nos debates internos do PCB existia uma intensa discussão sobre as redefinições estratégicas e táticas e o papel da democracia na luta dos comunistas, esse debate também era posto pela luta de classe em âmbito nacional: vivíamos o auge do movimento de massas de resistência à ditadura empresarial-militar com

protagonismo do movimento operário do ABC, o processo de autorreforma da dominação burguesa com vistas à volta da normalidade constitucional, a anistia e com a criação do Partido dos Trabalhadores e outras organizações populares.

É nesse contexto que Carlos Nelson com seu *A Democracia Como Valor Universal* (de agora em diante referido como *A democracia...*) coloca a “discussão da relação democracia/socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira” (NETTO, 2012, p. 71). O ensaio, em sua versão de 1980, contém três partes: premissa, relação entre socialismo e democracia e uma análise sobre o caso brasileiro. As duas primeiras partes desse ensaio serão objetivo de perquirição no segundo capítulo da dissertação - por hora, o nosso foco na apreensão da “imagem do Brasil” fica na terceira parte.

Coutinho repõe o problema da história elitista e autoritária da vida política brasileira marcada pela “via prussiana”. O problema do prussianismo e suas consequências na dinâmica nacional são recolocados sem grandes novidades, em termos teóricos, frente a escritos anteriores, mas com um nível de operacionalidade política direta maior. A renovação democrática seria a alternativa histórica imediata ao prussianismo: a restituição das liberdades democráticas formais significava a superação da forma atual de manifestação do autoritarismo encarnado, naquele instante histórico, pela ditadura militar. Nessa volta do regime democrático-formal, os “setores dominantes continuaram sendo, durante certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais” (COUTINHO, 1980, p. 34).

Com a democracia formal instituída, tratou-se de, naquele momento, fortalecer a sociedade civil: a via prussiana fortificou o Estado autoritário e nas experiências de auto-organização popular, “quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como ‘benfeitor’, relacionava-se diretamente com os indivíduos atomizados e não com organizações coletivas” (COUTINHO, 1980, p.33-34). Essa sociedade civil brasileira já se esboçava e precisava ser robustecida dentro do processo de renovação democrática – duas questões aqui merecem destaque: a perspectiva de sociedade civil como um espaço essencialmente de auto-organização popular e luta de classe dos de baixo e a contraposição mais ou menos clara entre Estado autoritário (ainda não “desprussianizado”) e sociedade civil pluralista e democrática.

A renovação democrática garantindo as liberdades formais e buscando elevar a democracia política a patamar superior também colocaria na ordem do dia a eliminação da base “econômico-social da emergência da via prussiana elitista e oligárquica” (COUTINHO, 1980, p. 34). Nesse ponto, faz-se necessário uma longa citação do autor:

Trata-se de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população. A extinção do que tem sido chamado de “capitalismo selvagem” aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, imensas parcelas da população hoje reduzidas a uma situação subumana. Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente questão nacional que só se faz agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. Importância central adquire assim a luta por uma reforma agrária que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativista. Independente das vantagens econômicas [...], uma reforma agrária desse tipo implicaria a elevação à cidadania política de milhões de trabalhadores rurais. Sua efetivação, portanto, é momento imprescindível de renovação democrática de nosso país. E a luta por essa reforma agrária pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil (COUTINHO, 1980, p.34-35 – grifos nossos).

Antes de uma análise detida nesse trecho, cabe uma breve incursão no ensaio “Gramsci e nós”, mais precisamente na parte “A importância de Gramsci para o Brasil”. Depois de uma digressão mais ou menos pormenorizada sobre algumas categorias de Gramsci – mediadas, é claro, pela leitura que Coutinho faz delas -, o filósofo baiano passa a explicar por que essas categorias são totalmente pertinentes para analisar a realidade brasileira e fundamentar a partir delas uma estratégia política. Nessa explicação, sua principal tarefa é mostrar que malgrado os percalços do caminho, o Brasil é hoje uma sociedade ocidental – onde existe uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil – e não mais oriental:

Tanto de um ponto de vista econômico, quanto de um ponto de vista político e social, estamos mais próximos de um país ocidental de desenvolvimento capitalista “médio” (a Itália de 1945, a Espanha de hoje), do que da Rússia antes de 1917 ou a China antes de 1949 (COUTINHO, 1980, p. 57)

Como sociedade ocidental – no sentido gramsciano–, o Brasil tem uma “sociedade civil moderna e pluralista” e a conquista das forças democráticas da hegemonia no âmbito da sociedade civil, processo já em andamento na análise

coutiniana, pode ser a base “para a formação de um novo regime político, centrado prioritariamente no consenso e não mais na simples coerção” – isso seria a efetivação dos pressupostos para uma superação “definitiva do modo ‘elitista’ e ‘marginalizador’ de se fazer política no Brasil” (COUTINHO, 1980, p.58).

Voltando a citação acima, a formulação coutiniana nesse momento repõe sobre novas bases todos os elementos fundamentais da estratégia democrático-nacional em sua teoria do Brasil e nos desdobramentos político-estratégicos. Não se trata de colocar a meta socialista, “mas de democratizar a economia nacional”. Essa democratização significa atacar a propriedade privada dos meios de produção? Não, mas destruindo o capitalismo selvagem, integrando as “imensas parcelas da população na condição de sujeitos” aos benefícios da “modernização econômica e social”; resolvendo essa urgente questão nacional através da importância central que tem a reforma agrária, podendo contar com apoio até mesmo de “setores importantes do capital monopolista sediados no Brasil”; porém o eventual apoio desses setores do capital não nega que o programa de democratização da economia, pondo em discussão o modelo de desenvolvimento econômico e os padrões de “consumo antinacionais que nos são impostos pelo imperialismo”, poderá chegar até a propor concretamente “a nacionalização de empresas monopolistas”. Esse programa econômico deve contar com o apoio de amplas parcelas da população: desde a classe operária e as camadas médias assalariadas até a pequena e média burguesia.

Essa alteração no modelo de desenvolvimento econômico, com a consequente conquista e aprofundamento da democracia de massa, acelerará a ocidentalização já em curso da sociedade brasileira, criando as bases do socialismo. Reaparecem aqui vários elementos da estratégia democrático-nacional do PCB: a espera de um papel progressista da burguesia no combate ao latifúndio; o imperialismo e o latifúndio como os inimigos principais, o binômio atrasado/moderno e a busca da modernização – procedendo até uma comparação formalista do Brasil com a Itália e Espanha – como horizonte de atuação; a espera de um papel progressista (nesse caso, democrático e não mais nacionalista) de setores da burguesia; a tipificação de um capitalismo, “o capitalismo selvagem”, como uma ordem burguesa que ainda não esgotou suas potencialidades emancipatórias (ainda que emancipatórias em uma direção socialista) etc.

Existe em Carlos Nelson e em vários outros intelectuais, como Caio Prado Jr., uma intenção de ruptura com a estratégia democrático-nacional, mas essa intenção de ruptura não consegue lograr, nas condições brasileiras daquele momento histórico, completude. Caio Prado Jr. lança, em 1967, (estamos trabalhando com a edição de 1977) o seu clássico *A Revolução Brasileira*, uma crítica da estratégia democrático-nacional e da política pecebista, especialmente após a Declaração de Março de 1958. A obra pradiana, ao leitor mais atento, apresenta uma espécie de dualidade: uma crítica radical teórica e política ao pecebismo com a formulação de uma proposta de Revolução Brasileira praticamente nos mesmos termos estratégicos do democrático-nacional só que com outra roupagem categorial²⁵.

Essa intenção de ruptura – e sua tensão – com a problemática do pecebismo histórico naquele momento da luta de classe se expressa de forma mais manifesta no ensaio de Coutinho “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas” (citado a partir daqui como *O Capitalismo monopolista...*). Esse escrito é o mais completo e sistemático da obra coutiniana na tematização da base infraestrutural do capitalismo brasileiro contemporâneo. As categorias centrais e a problemática da pesquisa são essencialmente diferentes dos termos clássicos da estratégia democrático-nacional. Ainda que compareçam categorias nodais com longo histórico na análise coutiniana, como os efeitos da “via prussiana” na transição ao capitalismo monopolista de Estado (CME), é a inediticidade em *O capitalismo monopolista...* que se destaca²⁶.

²⁵“As inconseqüências de Prado Jr. quanto à caracterização da burguesia brasileira debilitam outros aspectos de sua análise. [...] O autor se esquece, aparentemente, das vinculações que constatou entre a burguesia nacional e as empresas imperialistas e se limita a considerar a tendência à integração nacional como um movimento derivado exclusivamente dos interesses dos grupos estrangeiros que operam na América Latina. [...] O que o autor não considera em nenhum momento é a própria natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro, o qual tem conduzido a uma integração crescente à economia capitalista internacional e tem motivado uma completa inadequação da estrutura de produção às necessidades de emprego e salário das massas trabalhadoras, tudo isso não em caráter circunstancial, e como consequência da sobrevivência das reminiscências coloniais, mas sim pela própria dinâmica do crescimento econômico em uma economia capitalista periférica. Isso, que constitui a tendência profunda da dialética capitalista no Brasil, coloca divisões muito mais radicais para as forças sociais envolvidas no processo do que as que Prado Jr. supõe” (MARINI, 2012, p. 105-106).

²⁶As teses apresentadas em *O capitalismo monopolista...* têm seu antecedente em ideias “expostas pela primeira vez naqueles artigos publicado sob o pseudônimo no *Voz Operária* [jornal do PCB] entre 1976 e 1978, assim como no ensaio *Économie et politique ou Brésil aujourd’hui*, publicado também em 1977 na revista *Études Brésiliennes*, ligada ao PCB e editada na Bélgica” (NEVES, 2016, p. 141). Ainda segundo Neves, esses textos anteriores ao *O capitalismo monopolista...* têm menor nível de profundidade e abrangência no tema, não sendo necessária uma análise ditada neles.

Nesse escrito, o filósofo baiano afirma que na época do capitalismo concorrencial a hegemonia do “capital em seu conjunto” se estabelecia de modo mais ou menos automático através da reprodução do interesse geral do capital, ou seja, “através do estabelecimento de uma taxa média de lucro e da conversão do valor individual em preço de produção” (COUTINHO, 1980, p. 96). A própria concorrência leva à concentração/centralização do capital e cria uma nova dinâmica para a reprodução ampliada do capital: passa a existir uma contradição entre os interesses dos capitais monopolistas e dos capitais não-monopolistas, tornando mais complexa e contraditória a unidade entre a necessidade do capital em seu conjunto e dos múltiplos capitais. Para superar essa contradição, o Estado passa a “tutelar os interesses do capital em seu conjunto, colocando-se frequentemente em choque com aqueles setores capitalistas singulares” (COUTINHO, 1980, p. 97).

Contudo, essa intervenção do Estado, embora garanta a reprodução do capital em seu conjunto, objetiva assegurar a prevalência do setor monopolista frente aos múltiplos capitais, transferindo “uma parte da mais-valia gerada no setor não monopolista para o setor monopolizado” (COUTINHO, 1980, p. 97). Essa forma de ser do capital impõe transformações importantes ao Estado burguês. Coutinho as resume nessa longa citação:

Na época do capitalismo concorrencial, [...] a burocracia ligada ao poder executivo era ainda submetida a um controle relativamente amplo do parlamento, que podia ser considerado como a caixa de ressonância dos interesses dos “múltiplos capitais”. Já o capitalismo monopolista reforça acentuadamente a tendência à ampliação e à autonomia do aparelho executivo do Estado. Não só os funcionários executivos, nomeados segundo “competências técnicas” (e, como tal, não eleitos nem revogáveis), mas até mesmo os gabinetes começam a se tornar cada vez mais independentes de qualquer controle popular ou mesmo parlamentar. É que a condição indispensável para “tutelar” os interesses do capital em seu conjunto – e, no interior deles, assegurar a dominação dos monopólios – é precisamente subtrair o poder executivo desse controle parlamentar, pois nos Parlamentos estão representados não só os pequenos e médios capitais, mas cada vez mais setores das classes e camadas não capitalistas. Com essa subtração, a burocracia assume uma crescente autonomia relativa; o Estado em sentido estrito (no sentido de poder executivo) ganha agora a *aparência necessária* de um corpo separado e posto acima da sociedade. Mas essa autonomia, na verdade, não é uma autonomia em relação às classes, mas sim em relação aos interesses setoriais dos “múltiplos capitais” (COUTINHO, 1980, p. 98).

Para o autor, essa tendência à autonomização da burocracia estatal e hipertrofia do executivo não significa, em absoluto, a afirmação inexorável do

autoritarismo ou fascismo. Essa dinâmica do CME pode conviver com um quadro de democracia política e com a presença de uma sociedade civil forte e pluralista. Aliás, a própria noção de sociedade civil como a esfera material do consenso em que as classes disputam a hegemonia através dos seus aparelhos privados e o predomínio do consenso nas sociedades modernas tem como fundamento o capitalismo monopolista: é na fase monopolista do capital que se desenvolvem os pressupostos materiais para o surgimento da sociedade civil. Essas duas tendências convivem em contradição e a prevalência de uma depende da ação política das classes em luta.

O CME, reforça Carlos Nelson, não é uma política econômica – embora demande políticas econômicas específicas -, mas uma etapa necessária da evolução do modo de produção capitalista. Depois de caracterizar o CME no geral, sua superestrutura correspondente e a particularidade do CME no Brasil, Coutinho busca travar duas polêmicas: uma contra FHC e sua tese de uma burguesia de Estado essencialmente autoritária ligada às empresas e burocracias estatais e outra burguesia ligada aos negócios privados, liberal e defensora das liberdades formais; o outro combate é contra Rogério de Freitas – pseudônimo no exílio de Anita Prestes – e sua tese, na interpretação que dela faz o autor, de que o CME seria essencialmente fascista e está colocado na conjuntura a alternativa: socialismo ou fascismo.

Nessa polêmica, duas questões postas por Coutinho são importantes. Primeiro, ao rebater FHC, o filósofo ressalta uma importante particularidade do CME no capitalismo dependente. Carlos Nelson afirma que no CME em países dependentes os mecanismos estatais se dirigem, em grande parte, à criação de condições favoráveis para penetração do capital estrangeiro, garantindo uma taxa de lucro superior à vigente na metrópole; assim, seria função do CME contrabalancear a tendência à queda da taxa de lucro, tanto interna quanto externa, “permitindo que os capitais superacumulados nas metrópoles possam ser valorizados a altas taxas de lucro quando investidos na periferia”. Qual a consequência no padrão de exploração da classe trabalhadora da vigência dessa taxa de lucro majorada? Coutinho nega em várias passagens do texto que a superexploração da força de trabalho seja uma característica inerente ao CME, defendendo, pelo contrário, que é possível lograr conquistas sociais e políticas importantes nessa fase do capitalismo. A superexploração da força de trabalho é

uma solução conjuntural associada ao tipo de regime político vigente – no caso brasileiro, a ditadura empresarial-militar.

O autor também chega a afirmar que defender a superexploração e a violência como determinantes inerentes do CME são desconhecer sua história real e as leis dinâmicas do modo de produção capitalista em geral. A partir disso, postula que o capitalismo, desenvolvendo necessariamente as forças produtivas, põe os pressupostos para que o aumento da taxa de mais-valia aconteça através do crescimento da produtividade do trabalho e não da superexploração. Tomando superexploração como sinônimo de “pauperização absoluta dos trabalhadores e da população no geral”, reitera que com o “aumento de produtividade do trabalho”, a depender do nível de luta de classe pode “combinar uma elevação da taxa de acumulação monopolista com uma melhor distribuição de renda entre setores monopolistas e não monopolistas” (COUTINHO, 1980, p. 114).

Embora nunca tenha repudiado a categoria de capitalismo monopolista de Estado, e em entrevistas e artigos posteriores cite a expressão, Coutinho nunca mais voltou a desenvolver as transformações do CME brasileiro no decorrer dos anos – nossa pesquisa também não localizou uma republicação desse artigo com modificações em anos ulteriores. A centralidade de Antônio Gramsci na obra coutiniana tende a ampliar-se cada vez mais e sua produção assume um foco bem delimitado: pensar a renovação do marxismo e a construção de uma nova estratégia socialista a partir da assimilação da obra gramsciana, buscando demonstrar a plena adequação dessas categorias à realidade brasileira.

Durante as décadas de 80, 90 e 2000, Coutinho lança uma série de artigos, livros, entrevistas e conferências sobre os conceitos de Antônio Gramsci, sempre afirmando sua pertinência para refletir sobre a revolução no Brasil. Além dessa ampla produção, o filósofo também é o principal tradutor nacional de Gramsci e foi vice-presidente da organização Internacional *Gramsci Society*. Na busca de legitimar essa operação de “aclimação” de Gramsci no Brasil, Coutinho chega ao ponto de distorcer até antigas obras suas, quando afirma, por exemplo, que o conceito de Lênin de “via prussiana” “não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham [...] essa modalidade de transição [pelo alto]” (COUTINHO, 1989, p. 121). Essa frase serve como preâmbulo para indicar que o conceito de “revolução passiva” é mais completo e adequado que o de

Lênin na apreensão dos processos de modernização conservadora e vira as costas para suas produções dos anos 70 até os anos 80, que aborda os efeitos do “prussianismo” na superestrutura.

Essa interpretação gramsciana dos caminhos da Revolução Brasileira será abordada em profundidade nos capítulos subsequentes. Para evitarmos repetições, por hora, cabe destacar dois conjuntos de materiais importantes para concluir a exposição da “imagem do Brasil” de Carlos Nelson: os seus três ensaios sobre Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Octavio Ianni e dois artigos, um conjuntural e outro uma análise sistemática do Estado Brasileiro, importantíssimo para o tema em estudo.

Nos ensaios sobre Caio Prado Jr. (1988), Florestan Fernandes (1998) e Octavio Ianni (2006), Carlos Nelson procura sumarizar o que considera as principais contribuições desses pensadores para a formulação de uma “imagem do Brasil” no sentido que já descrevemos. Traça um rápido panorama das obras analisadas, pontua alguns aspectos de destaque (como a relação de Ianni com FHC, a “pobreza categorial” de Caio Prado e o ecletismo de Florestan na fase inicial de produção) e passa a apresentar, na sua leitura de cada um desses pensadores, quais suas maiores contribuições ao pensar o Brasil e a revolução brasileira.

Não nos interessa debater o nível de fidelidade da apropriação coutiniana desses autores ou seus eventuais erros de interpretação, mas, buscar indicar o que Coutinho considera central nesses “intérpretes do Brasil”, algo que diz bem mais sobre sua perspectiva teórico-política que sobre a desses autores. Na escrita do filósofo baiano, apresentados com importantes nuances, Caio Prado, Florestan e Ianni se notabilizam por terem produzido uma análise da forma não clássica do desenvolvimento capitalista. Essa análise, além de ter “superado a imagem do Brasil pecebista”, contribuiu para apreender as formas de ser moderno do Brasil.

Embora a problemática da via de transição ao capitalismo esteja presente em toda obra de Coutinho desde o *Literatura e Humanismo* (1967), nesse longo momento histórico de sua produção, isto é, desde os anos 80 até o fim de sua vida, ao enfatizar que o país é, há décadas, plenamente capitalista, ainda que possuindo uma forma de ser capitalista específica, nota-se uma clara intencionalidade estratégica: justificar a adoção da categoria gramsciana de “sociedade ocidental”

para apreender o Brasil – não é outro o sentido de buscar comparar as análises dos três pensadores com as categorias de Gramsci e em menor medida com a categoria de “via prussiana” de Lênin.

Se no essencial os três ensaios têm esse foco, há algumas especificidades que merecem uma atenção mais detalhada. No ensaio sobre Caio Prado, ao conceituar o tipo de capitalismo vigente em nossa formação social, Coutinho afirma que a ordem do capital em terras brasileiras “exerce uma superexploração da força de trabalho, tanto rural quanto urbana, com que se manteve um traço marcante da era colonial: o baixíssimo padrão de vida do produtor direto” (COUTINHO, 1980, p. 209). Se em *O Capitalismo monopolista...* a superexploração da força de trabalho – lembrando: entendida como “pauperização absoluta da classe” – era apontada como característica conjuntural, típica de regimes políticos autoritários e/ou fascistas, sempre soluções políticas temporárias, agora é apontada como uma marca indelével do tipo de transição burguesa estabelecida. Essa contradição entre a formulação no ensaio de 1980 e o atual não é tematizada.

Coutinho também reconhece em Caio Prado uma superação truncada, incompleta, do que chama de “paradigma terceiro-internacionalista”. Ao tratar o tema, o gramsciano brasileiro alude o problema, mas não o aprofunda – se questionando, por exemplo, quais as fontes teóricas mais profundas dessa “permanência”. O foco da crítica é que a análise caiopradiana teria reconhecido pouco o nível de modernidade e industrialização da sociedade brasileira, mantendo uma visão de um Brasil essencialmente atrasado e preso ao “sentido da colonização” com entraves estruturais – como a estrutura agrária e a dependência do imperialismo – ao seu desenvolvimento²⁷: nesse ponto, para Coutinho, é necessário, mostrar os erros de Caio Prado para sustentar o caráter ocidental da formação social brasileira.

Já no ensaio sobre Florestan Fernandes, há pistas importantes para entender as características de como Coutinho compreendia os problemas postos pela via não

²⁷“Embora tenha sido um dos mais duros críticos do paradigma terceiro-internacionalista, pode-se constar que, na análise do nosso presente, Caio Prado se aproxima em muitos pontos do “estagnacionismo” contido em tal paradigma: o desenvolvimento brasileiro, em sua passagem definitiva para a “modernidade”, estaria bloqueado pelo atraso, seja nas relações agrárias, seja no setor industrial, um “atraso” proveniente, pensa ele, da limitação estrutural do mercado interno e da dependência ao imperialismo” (COUTINHO, 2011, p.219).

clássica da transição capitalista e a questão da dependência. Coutinho, nesse escrito, demonstra crer que existe uma via não clássica – sem o plural – de desenvolvimento capitalista e, em uma perspectiva formalista, buscando rebater Florestan na sua análise da incapacidade da burguesia brasileira de dispensar formas de dominação autocrática, compara o Brasil com a Itália, Alemanha, Japão e Espanha: tomando como argumento que esses países também tiveram formas não clássicas de desenvolvimento capitalista e mesmo assim conseguiram forjar regimes liberais-democráticos²⁸.

Na questão da dependência, afirma que para Florestan é o caráter dependente e subalterno de nossa formação social que explica não termos vias clássicas de revolução burguesa. Nesse sentido, a dependência é, para Florestan, não mais um “fator” do capitalismo brasileiro dentre tantos, mas elemento constitutivo, ontogenético, da forma de ser do capital em nossa formação. Já para Carlos Nelson, esse “caráter dependente e subalterno” não “explica tudo”. Procedendo, de novo, uma comparação com Alemanha e Japão – exemplos de outras vias não clássicas -, faltaria na análise florestaniana uma maior atenção no “fator interno”, “residindo, sobretudo no modo pelo qual o capitalismo resolve a questão agrária” (COUTINHO, 1980, p. 234). Ou seja, mantendo-se coerente com sua perspectiva apresentada ainda nos anos 70 no ensaio *Cultura...*, Coutinho crê que se não tivesse se efetivado uma solução prussiana para a questão agrária, como, por exemplo, uma radical reforma agrária e o fim do latifúndio, o Brasil teria se emancipado da dependência e constituído um capitalismo nacional²⁹ – a contradição entre essa concepção e a comparação formalista com a Alemanha e Japão, países que resolveram sua questão agrária de forma prussiana, não é tratada por nosso autor.

²⁸ “[...] A afirmação de que a nossa burguesia careceu e carecerá sempre, para poder exercer seu domínio de classe, dessas formas ditatoriais ou “autocráticas” de poder político (uma análise empírica constata que o recurso a formas “não clássicas” de revolução burguesa não impedem que o país que as adotou conheça, em determinadas etapas de sua história, estruturas políticas liberais-democráticas; basta recordar aqui os casos do Japão, da Alemanha, da Itália ou da Espanha)” (COUTINHO, 2011, p. 239).

²⁹ “Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu *apenas* no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial, em estreita relação com isso (já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não depende), essa transição se processou *também* segundo o modelo de “modernização conservadora” prussiana” (COUTINHO, 2011, p. 46).

No conjunto de ensaios, textos jornalísticos e entrevistas de Carlos Nelson nos anos 80, 90 e 2000, na temática que centralizava nossa atenção nesse capítulo, podemos destacar dois: O governo Lula ou o estreito fio da navalha, de 2002 e O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativa, de 2006 – os escritos que versam sobre a caracterização da sociedade brasileira a partir de um prisma diretamente inspirado em Gramsci, tendo como base as categorias de Estado ampliado e sociedade ocidental, como já dissemos, serão tratados em pormenor no segundo capítulo.

No primeiro artigo, duas questões emergem como principais³⁰. Primeiro, uma não diretamente relacionada à “imagem do Brasil”, mas que é fulcral ser indicada: o artigo de Carlos Nelson, uma análise de conjuntura, erra em todas as suas previsões. Ele começa afirmando que a vitória de Lula na eleição de 2002 é a maior vitória da esquerda brasileira em sua história e passa a indicar os caminhos que o PT, agora como governo, terá para efetivar seu programa. Nesse percurso, legitima todas e cada uma das alianças petistas – alianças operadas por um centro partidário dirigente que há muito tempo tinha retirado do seu horizonte qualquer meta socialista (IASI, 2006) – e indica que a tentação esquerdista de propor mudanças desligadas de uma compreensão real da correlação de forças é o principal problema a ser evitado; mesmo não deixando de lado os riscos de cooptação (que afirma ser improvável), o foco é a crítica ao “radicalismo esquerdista” que seria um gravíssimo erro político, talvez o maior de todos os que possam ser cometidos.

Nessa análise de conjuntura, ao tratar da política de alianças, aprova a união do PT com a chamada “burguesia industrial” contra a “especulação financeira”, identificando que o “novo modelo econômico” a ser construído tinha que enfrentar o “neoliberalismo” – compreendido como predomínio do financismo – e os “setores mais reacionários do capital nacional e internacional” (havendo, é claro, um setor não reacionário passível de diálogo e alianças).

Coutinho ignora todo o debate já presente na obra A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr., e por ele conhecido, que só se aprofundou no decorrer dos anos, especialmente nos anos 80 e no âmbito do próprio PT, do nível de fusão entre os

³⁰ O artigo “O governo Lula ou o estreito fio da navalha” pode ser encontrado em vários sites. Usamos a versão contida no site da Fundação Joaquim Nabuco disponível nesse link: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=552%3Agoverno-lula-o-estreito-fio-da-navalha-&catid=58&Itemid=414 acesso em 28/11/2017

diversos setores do capital no desenvolvimento capitalista brasileiro, não podendo falar de uma burguesia produtiva, industrial, e outra especulativa, “financeira”, como entes claramente separados no processo de acumulação capitalista (FONTES, 2012; OURIQUES, 2014) – essa análise de conjuntura é mais uma demonstração da dificuldade em superar completamente os elementos da estratégia democrático-nacional do antigo PCB, notadamente, a persistência da esperança de uma função emancipatória de frações da classe dominante brasileira.

Já no artigo de 2006, uma análise histórica e sistemática do Estado brasileiro, Carlos Nelson também realiza um conjunto interessante de apontamentos sobre a burguesia brasileira desde uma perspectiva histórica. Nenhum dos apontamentos é propriamente uma novidade e o filósofo se apoia em trabalhos clássicos sobre o tema; a importância deste artigo, sobretudo, está em ter abordado aspectos do desenvolvimento histórico e do comportamento político da burguesia nacional – como sua ausência de antagonismo irreconciliável com o capital estrangeiro e a relação historicamente estável entre burguesia nacional e Estado autoritário e corporativista – em menor nível de abstração, assim como no ensaio sobre o capitalismo monopolista de Estado de 1980 – categoria, inclusive, que não comparece na análise de 2006 e sem uma explicação.

Carlos Nelson, partindo da categoria de patrimonialismo, confere ao Estado brasileiro um índice inédito de privatismo no seu funcionamento, ponderando que é uma característica geral dos Estados burgueses a predominância dos interesses privados, mas os Estados capitalistas centrais ainda conservam uma dimensão pública, de atenção ao interesse coletivo e geral, expressa na construção de direitos sociais e econômicos e no funcionamento de serviços públicos fundamentais. No Brasil, essa dimensão pública é truncada e quase ausente devido aos processos de dominação sem hegemonia, marca da dominação burguesa no Brasil (COUTINHO, 2006, p. 18).

A determinação essencial desse patrimonialismo do Estado brasileiro são os processos de “revolução passiva” e a marca de uma “ocidentalização incompleta” dado que a classe trabalhadora ainda não conseguiu impor, através da luta de classe, uma dimensão mais pública para o Estado no Brasil. De novo, Carlos Nelson procede a uma comparação com os países centrais do capitalismo que conheceram o Estado de bem-estar social, e afirma que a luta de classes, compreendida nesse

momento do escrito como os enfrentamentos políticos nas diversas conjunturas, foi o que propiciou essa construção: denotando que a posição do Brasil enquanto país periférico ou dependente, frente aos centros do capitalismo europeu com *welfare state*, é secundária ou não compõe a explicação dessa dinâmica histórica.

Podemos, nesse momento da reflexão, caminhar para uma conclusão sobre a “imagem do Brasil” na obra de Carlos Nelson. E exposição feita até agora permite compreender – a partir de uma assystematicidade que é própria da obra do autor – a teoria do Brasil coutiniana. Dito isso, o programa de pesquisa permanente que norteou toda obra do autor é caracterizado por pensar a realidade nacional (articulando passado, presente e perspectivas de futuro) com vistas à construção da Revolução Brasileira. Carlos Nelson é um pensador da revolução. Dentro desse programa de pesquisa, a problemática central, o fio condutor de toda sua teoria do Brasil, é a noção de que o ingresso do Brasil na modernidade burguesa acontece através de uma via não-clássica, fazendo com que o desenvolvimento do capitalismo no país, dentro dos seus determinantes infra e superestruturais, tenham singularidades próprias contidas na universalidade do ser social do capital.

Ter a Revolução Brasileira como o programa de pesquisa a despeito das mais adversas conjunturas, mantendo-se em muitos momentos em uma perspectiva política de consciência possível e não consciência real da classe³¹ é um mérito por si só de todo intelectual orgânico dos trabalhadores, sendo ainda maior na conjuntura histórica que Carlos Nelson viveu a partir dos anos de 1980: uma deserção em massa de intelectuais outrora marxistas e revolucionários e agora apologistas da ordem (assumindo uma posição reacionária ou de “humanização” do capital).

Contudo, manter-se fiel a esse programa de pesquisa não garante a produção de uma análise fecunda e rica da realidade. O grande mérito de Coutinho e o motivo de sua grandeza histórica enquanto intelectual orgânico dos trabalhadores é ter combinado esse programa de pesquisa com uma produção de qualidade e sofisticada, nunca desligando essa produção de intenção de realizar uma análise concreta das situações nos enfrentamentos de classe. Contudo, esse mérito fundamental do conjunto da obra coutiniana e todos os seus aportes para pensar a

³¹Sobre as categorias de consciência possível e consciência real da classe (Coutinho, 2011).

Revolução Brasileira não inibem sua obra de erros e debilidades teóricas graves. Passaremos agora a tematizar alguns problemas da “imagem do Brasil” coutiniana.

2.2.1 – Apontamentos teórico-metodológicos sobre a teoria do Brasil de Carlos Nelson.

Ao formular sua teoria da transição à modernidade burguesa no país, Coutinho comete o erro de compreender apenas uma via não clássica de transição e não várias vias diferenciadas em suas singularidades, comparando o caso brasileiro com o alemão, japonês, italiano etc. José Chasin (2000), abordando o mesmo problema que Coutinho, realiza uma criteriosa análise mostrando porque é um erro teórico comparar os países de industrialização tardia com os de industrialização hipertardia – caso do Brasil e Argentina, por exemplo³². Embora discordemos do arcabouço categorial chasiniano, a forma de colocar o problema é correta: os momentos históricos de objetivação da revolução burguesa, o papel na divisão internacional do trabalho, a base material e de classe prévia à ordem do capital e os desdobramentos sociopolíticos do Brasil e demais países latino-americanos não podem ser comparados aos países de desenvolvimento capital-imperialista tardios como Alemanha e Japão³³.

Comparece na obra de Coutinho uma ausência da problemática da particularidade da via não clássica na América Latina e no Brasil. Embora algumas vezes essa particularidade seja aludida, como quando cita Juan Carlos Portantiero e sua teorização sobre a “ocidentalização periférica”, o problema nunca foi desenvolvido na obra do autor. Carlos Nelson conhecia as obras de José Chasin e especialmente a de Florestan Fernandes, dois autores que colocaram, com várias e fundamentais diferenças entre si, a questão da particularidade latino-americana no

³²“No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob o universal das formas não-clássicas das constituições do capitalismo, a forma particular do caminho prussiano, e em outro particular, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada), de extração colonial. De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não-clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é e nem se põe como o mesmo” (CHASIN, 2000, p. 45).

³³O melhor estudo sobre o desenvolvimento da via não clássica de transição ao capitalismo na América Latina está nos dois clássicos ensaios de Ruy Mauro Marini “Subdesenvolvimento e revolução” e “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, contidos no livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2014 [1976]).

universo das formas não clássicas de desenvolvimento burguês. Mesmo assim, passou ao largo de encarar o problema provocando graves consequências teóricas em sua produção.

A primeira delas é considerar a dependência como um fator ou determinante produto dos processos políticos conjunturais nos enfrentamentos de classe. Caso as forças populares tivessem logrado impor formas não-prussianas à revolução burguesa no país, dando uma solução nacional-popular à questão agrária, a dependência teria sido superada – assim como no Japão e Alemanha, por exemplo –; em poucas palavras: a determinação ontogenética da dependência é sua politicidade (o processo mundial de acumulação capitalista e a divisão internacional do trabalho, nessa leitura, são apenas as bases onde se realiza a luta política). O mais próximo que Coutinho chegou de uma análise pormenorizada da dependência brasileira frente ao imperialismo foi em *O capitalismo monopolista...*, quando, como vimos, afirmou que é função do CME garantir uma taxa de lucro majorada para os monopólios metropolitanos.

O tema da dependência e do imperialismo é nominalmente citado em toda produção coutiniana dos anos 60, 70 e 80 e a partir dessa década vai, paulatinamente, desaparecendo até, simplesmente, não ser mais tema de nenhuma reflexão teórica de fôlego. No já citado artigo de 2006 sobre o Estado brasileiro, o papel da dependência na configuração do processo de dominação política e consequentemente do Estado, não é abordado. Por isso não se constitui em exagero de Moraes (2001) e Ouriques (2014), a partir de caminhos diferentes, afirmar que o tema do imperialismo é um grande ausente na obra coutiniana.

Essa ausência de forma alguma pode ser debitada a um desconhecimento por parte do autor de obras fulcrais no debate sobre o imperialismo e dependência, mas sim a sua adesão, consciente ou inconsciente, a uma concepção de economia política do desenvolvimento burguês que, por sua natureza modernizante, ainda que com categorias marxistas, neblina as particularidades do capitalismo dependente latino-americano.

Ainda antes do golpe empresarial-militar se desenvolvia no Brasil uma renovação do marxismo ligada aos intelectuais militantes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop. Ruy Mauro Marini, Vânia

Bambirra, Theotônio dos Santos, Emir e Eder Sader eram alguns dos nomes desse grupo. O que os ligava, nesse momento histórico, era a preocupação de repensar os caminhos da Revolução Brasileira questionando o marxismo-leninismo pecebista através de um profundo mergulho nas tradições críticas latino-americanas tendo como inspiração a Revolução Cubana.

Depois do golpe de 1964, a maioria desses intelectuais, inclusive o alemão que lecionava no Brasil, na UnB, André Gunder Frank, se espalha pela América Latina e, mais tarde, se estabelecem no Chile governado pela Unidade Popular. O importante é que nesse momento da América Latina, a partir dos anos 70, nasce a interpretação mais original, criativa e crítica do desenvolvimento capitalista na América Latina: a teoria marxista da dependência (TMD). Não é agora o momento de abordarmos contribuições dos pensadores da TMD para apreensão da dinâmica latino-americana. Cabe pontuar que ao lado desse marxismo crítico e revolucionário encarnado pela TMD, se constitui também um “marxismo modernizante”, esterilizado de compromisso revolucionário, que realizava a crítica permitida à ordem dominante na época da ditadura: o “marxismo paulista” tendo como centro de difusão a USP e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) liberado por Fernando Henrique Cardoso (OURIQUES, 2014).

O grupo ligado a Cebap, guardadas todas as diferenças entre aqueles intelectuais, assumiu o papel de bloquear intelectualmente a assimilação da TMD no Brasil – valendo de métodos para além da “batalha das ideias”³⁴ – e garantir a hegemonia desse “marxismo modernizante”. Coutinho, em entrevista dada em 2000, diz:

Em geral, creio que alguns expoentes do “marxismo paulista” tiveram no Brasil o mesmo papel que tiveram os “marxistas legais” na Rússia: leram O Capital para sustentar que deveríamos nos “modernizar”, desenvolver as forças produtivas, mas na prática fizeram da burguesia o ator dessa modernização. Portanto, o itinerário de [Fernando Henrique] Cardoso não é um raio em céu azul (COUTINHO, 2013 [2000], p.8).

Embora com essa reavaliação crítica tardia, Coutinho nunca rompeu com as teses fundamentais desse grupo. Que teses são essas? Podemos apontar

³⁴“Nas décadas de 70 e 80, enquanto vários livros de André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini eram proibidos pela censura, as ideias de [Fernando Henrique] Cardoso circulavam livremente pelo Brasil [...]” (PRADO, 2015, p. 71).

fundamentalmente três: a) a dependência é um fator a mais ou um “fator externo” na determinação da dinâmica capitalista brasileira e latino-americana. O “nível” de dependência e sua forma sujeitam-se diretamente aos enfrentamentos políticos momentâneos, o que significa dizer que não há “limites estruturais” para “modernizações” capitalistas na periferia³⁵; b) as formas de exploração da classe trabalhadora na periferia tendem cada vez mais a centrar-se na mais-valia relativa e na produtividade do trabalho de acordo com o próprio nível de desenvolvimento capitalista alcançado; c) as formas “autoritárias” do Estado e da política na América Latina tem seu fundamento na própria política, não havendo qualquer razão histórico-estrutural para, usando a linguagem coutiniana, existir uma permanência indelével de dominação sem hegemonia (BAMBIRRA, 2014; MARINI, 2011; OURIQUES, 2014; OSÓRIO, 2014).

Todos esses elementos estão presentes na obra de Coutinho e mesmo que politicamente ele tenha tomado um caminho bem diferente de José Serra, FHC ou Guido Mantega, as consequências teóricas são inegáveis. Podemos trabalhar com dois exemplos. Em *O capitalismo monopolista...* Coutinho chama o pensamento de Ruy Mauro e Gunder Frank de “catastrofistas e neoluxemburgistas”, afirmando que esses autores defendem que a superexploração (no sentido compreendido por Coutinho, como já vimos) é estrutural do capitalismo dependente e leva à estagnação. Citando FHC, em nota de rodapé, coloca um trecho que afirma que a dinâmica de acumulação capitalista, no Brasil, está centrada na mais-valia relativa e aumento da composição orgânica do capital (COUTINHO, 1980, p.114).

No ensaio sobre Caio Prado Jr. critica o marxista paulista por uma suposta aproximação com o que chama de “teóricos do desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, taxando-os, novamente de “ultraesquerda” e afirmando que os dois pensadores defendiam “socialismo já” ou “ditadura fascista com estagnação econômica” (COUTINHO, 2011, p. 219). Coutinho, nos dois casos, comete um erro primário: cita uma suposta teorização de Gunder Frank sem ter qualquer livro dele na bibliografia das duas

³⁵Caracterizando a análise da dependência de FHC e Faletto, diz Bambirra: “no entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sob o ponto de vista sociológico” (BAMBIRRA, 2014, p. 49).

publicações (o que indica que o filósofo baiano não conhecia a obra do autor diretamente), desconhece o básico da obra de Marini (como atesta, de novo, a bibliografia referenciada nos textos em questão), reproduz o mito de que esses dois pensadores defendiam que o capitalismo subdesenvolvido estava condenado à estagnação econômica, demonstra ignorar completamente o conceito de superexploração da força de trabalho na obra de Marini e presta um tributo, ainda que sem citar, ao livro do cebrapiano Guido Mantega, “A economia política brasileira”³⁶.

Por causa dessa adesão à economia política do “marxismo modernizante”, Coutinho nunca pôde fornecer uma explicação rigorosa dos porquês da reprodução sempre ampliada do prussianismo ou, como passou a dizer com mais frequência a partir dos anos 90, quais os motivos do Brasil “ser o país por excelência da revolução passiva”. Sem uma teoria das formas particulares de extração de sobretrabalho na periferia latino-americana, e no Brasil em particular, mantendo a equivocada noção do “marxismo modernizante” que campeava no país o predomínio das mesmas formas de extração de sobretrabalho dos países centrais, considerou os índices de desigualdade social, pobreza, miséria e “exclusão” consequências de processos “apenas” políticos sempre reatualizados – as vitórias do “prussianismo” sobre o nacional-popular.

Marx, no livro III d'O Capital, anuncia um princípio teórico-universal que nenhum marxista pode desprezar. O fundador do socialismo científico afirma que é sempre na “relação imediata entre os proprietários dos meios de produção e o produtor direto [os trabalhadores]” que é preciso procurar “o segredo mais profundo, o fundamento oculto de todo o edifício social” e por consequência da “forma política”, em suma: “a base da forma específica que o Estado se reveste em um período dado” (MARX apud MORAES, 2014, p. 64). Coutinho desconhece o “segredo mais profundo” da acumulação capitalista na periferia latino-americana e, como

³⁶É o livro de Guido Mantega responsável por notabilizar o termo “teóricos do desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Assim como Carlos Nelson, Mantega faz afirmações sem demonstrar, trata a TMD como um mero prolongado da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotski, se propõe a analisar a obra de Marini citando apenas a primeira edição de *Subdesenvolvimento e Revolução* de 1968 (o livro de Mantega é publicado em 1980!) e um artigo de 1968 e falseia completamente a categoria de superexploração da força de trabalho, abordando-a como mais-valia absoluta, e afirmando a tendência geral e inexorável do capitalismo do predomínio da mais-valia relativa.

consequência, não há em sua obra o necessário desenvolvimento da crítica da economia política na América Latina³⁷.

Sem a análise da dependência e da superexploração da força de trabalho – tema que será abordado com maior profundidade no terceiro capítulo da dissertação – o autor acaba ficando desarmado no desenvolvimento dos fundamentos da crítica revolucionária da Revolução Brasileira: uma criteriosa análise da classe dominante brasileira (as relações que a constituem, seu histórico de formação, sua atuação política, papel na acumulação mundial de capital etc.) e das determinações ontogenéticas que a acumulação de capital dependente impõe ao Estado capitalista dependente. Exemplo expressivo disso é que Carlos Nelson, ao analisar a “imagem do Brasil” na obra de Florestan Fernandes, especialmente a sua obra magna *A Revolução Brasileira*, dedica pouquíssima atenção à análise florestiana da burguesia brasileira, suas relações com o imperialismo e as formas de dominação necessárias do processo de acumulação de capital dependente: a autocracia burguesa – como vimos, o foco do autor é na contribuição florestiana na fundamentação da problemática da via não clássica de desenvolvimento capitalista³⁸.

Para concluir, podemos afirmar que na “imagem do Brasil” coutiniana, como resultado dos seus erros de análise e ausências, temos uma obra sem a crítica radical do fundamento oculto de todo o edifício social do capitalismo dependente, a despeito de todos os seus méritos, resolvendo todas as tensões e insuficiências teóricas a partir de uma hiperpoliticidade teórica lastreada em uma infinita capacidade de “democratização” de todas as nossas formas e estruturas sociais. Veremos agora como essa compreensão de fundo da realidade brasileira se

³⁷Sobre a categoria de superexploração da força de trabalho, em maior nível de abstração, o clássico ensaio de Ruy Mauro Marini *Dialética da dependência* (2011 [1973]). Em menor nível de abstração e analisando o Brasil hoje, o artigo de Mathias Seibel Luce “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?” (2013) e o estudo de fôlego de Carlos Eduardo Martins “Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina” (2011).

³⁸Mariam Limoeiro Cardoso, de forma muito superior a Coutinho, ao estudar o conjunto da obra de Florestan, diz que “é preciso compreender que esse é um processo capitalista, mas sendo capitalista apresenta uma particularidade significativa: nele as relações típicas da acumulação capitalista (autônoma) aparecem exacerbadas. O seu funcionamento básico é capitalista, mas, porque capitalista dependente, nele a exploração típica do capitalismo se duplica e se agudiza. Há direção, controle, apropriação e expropriação econômicas das economias dependentes pelas economias hegemônicas. A produção dependente é, pois, satelizada [...] A dominação externa duplica-se na interna e os setores sociais dominantes internamente superexploram e, concomitantemente, superdominam a massa da população [...] para garantir, por um lado, seus próprios ganhos e privilégios, e por outro, a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas” (CARDOSO, 2005, p.20).

expressa nas categorias centrais do arcabouço categorial da estratégia socialista de Carlos Nelson Coutinho.

3 “FORA O PODER, TUDO É ILUSÃO”: DEMOCRACIA E ESTADO NA OBRA COUTINIANA

Desde o fim do século XIX, época da Segunda Internacional, até o final do século XX, uma das poucas certezas do movimento dos trabalhadores de inspiração marxista era a necessidade de assumir o poder político para operar as transformações socioeconômicas e culturais de superação da ordem do capital. Se como chegar ao poder era fonte de intermináveis debates e graves divisões, a necessidade do poder era algo consensual – no entanto, menos harmonioso era a compreensão do que é estar no poder.

Lenin, em seu clássico *O Estado e a revolução* (2007), chegou a afirmar que a posição frente ao Estado era o principal critério de clivagem entre os revolucionários e os oportunistas. O líder bolchevique disse que “A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância” (2007, p. 18). Contudo, a centralidade da questão do Estado – e agregáramos da democracia – não se resume àquela conjuntura específica pós-Primeira guerra mundial. A temática do Estado e da democracia é ponto capital em todos os momentos históricos do movimento operário, assumindo, na maioria das vezes, o principal elemento de divergência estratégica e tática: é a “esfinge” de nossa época.

Primeiro, vamos expor a teoria coutiniana da democracia como valor universal, abordando o sentido estratégico, tático, histórico e filosófico que o autor apresenta à questão democrática, reconstruindo a formulação em toda sua complexidade. Em seguida, o tema abordado na segunda parte do capítulo será a teoria do Estado coutiniana condensado na categoria de “Estado ampliado” e uma análise teórica e filológica sobre as formulações de Carlos Nelson e sua relação com o “marxismo clássico”.

3.1 A democracia como valor universal

Na tradição histórica do movimento comunista não é tema polêmico a luta tática pela democracia³⁹ nas mais diversas conjunturas. Carlos Nelson, por exemplo, em sua produção anterior a *A democracia...*, obteve no conceito de renovação democrática uma noção central de suas reflexões no combate ao “prussianismo” e seus feitos.

O movimento comunista, historicamente, equalizou a contradição aparente ou real entre um discurso que apresentava a democracia como uma mera forma de dominação burguesa com a defesa tática da democracia. A partir da Internacional Comunista, a tática passou a ser entendida como o caminho, os passos, para alcançar o objetivo final. Logo, a forma como os comunistas trataram a questão foi: defender a democracia [burguesa] em uma conjuntura histórica ou em uma etapa do processo revolucionário, não era um problema e não estava em contradição com a teoria política que orientava a estratégia (CLAUDÍN, 2013; PRZEWORSKI, 1991).

O impacto histórico que a obra de Carlos Nelson causou na luta política, sua importância ao colocar a “discussão da relação democracia/socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira” (NETTO, 2012, p. 71), não está no seu acolhimento da democracia – algo presente nos debates internos do PCB nos anos 60, 70 e 80, embora não tenha sido consensual -, mas na forma de fazê-lo e no sentido teórico, político e estratégico que o filósofo baiano atribuiu à questão democrática na Revolução Brasileira (PAULA, 2014).

A primeira edição de *A democracia...* foi publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº9, em março de 1979⁴⁰. A edição com maior circulação é a

³⁹Nesse momento da escrita, tentando resumir as concepções correntes da defesa tática da democracia pelo movimento comunista, compreende-se democracia como um regime constitucional com limites relativos na atuação do aparato burocrático-repressivo do Estado e liberdades formais como direito à organização partidária, organização sindical, reunião, liberdade de imprensa, eleições periódicas etc. (HARNECKER, 2012).

⁴⁰A experiência de exílio do autor na Itália foi fundamental para o desenvolvimento das ideias contidas nesse ensaio. O próprio Carlos Nelson resume melhor que ninguém o sentido de sua experiência: “minha ida para a Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na minha formação política e intelectual. Lembro-me de que cheguei na Itália, liguei a televisão e vi Enrico Berlinguer, então secretário do PCI, dando uma entrevista na qual dizia mais ou menos o seguinte: “Sinto-me mais protegido, para fazer o socialismo que eu quero, sob o guarda-chuva da OTAN do que no Pacto de Varsóvia”. Eu, que ainda pensava com a cabeça de Palmiro Togliatti e, portanto, era bem menos crítico em face da URSS, pensei: “mas esse cara é um traidor, isso é um absurdo completo”. Terminei, porém, a partir da minha experiência com o PCI, tornando-me “eurocomunista”. Tinha ainda alguns preconceitos “marxistas-leninistas” quando fui para a Itália. Nunca fui stalinista, até mesmo porque tive a sorte de ter entrado no PC quatro anos depois da denúncia dos crimes de Stalin. Nunca fui pró-União Soviética, sempre tive uma forte dúvida em relação ao socialismo que lá era construído,

de 1980, da editora Ciências Humanas, que citamos no capítulo I da dissertação. Nessa edição, no prefácio, Coutinho afirma que tem influência da elaboração teórica e prática dos partidos chamados de Eurocomunistas, mas argumenta que aqueles que utilizam esse adjetivo têm como função esconder que a reflexão democrática “é patrimônio de setores fundamentais da esquerda brasileira” – a Declaração de Março de 1958, o VI Congresso do PCB e um discurso de Luis Carlos Prestes em 1961 são mobilizados como exemplos da reflexão democrática entre os comunistas brasileiros (COUTINHO, 1980, p. 14)⁴¹.

Na primeira parte do seu ensaio, intitulado “Premissa”, busca mostrar que a questão do debate socialismo e democracia tem longa tradição no campo do marxismo. Depois do brevíssimo resgate histórico, o autor cita um trecho do famoso discurso do então secretário geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro, onde afirma que a “democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas também é um valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” (COUTINHO, 1980, p. 20). Essa citação vai além de inspiração para o nome do ensaio, indica uma compreensão teórico-estratégica

mas ainda tinha meus preconceitos. Dizer que a OTAN era melhor que o Pacto de Varsóvia foi algo que me chocou profundamente. Mas, ainda que até hoje tenha dúvidas se essa era a real alternativa, aprendi muito nessa minha estada na Itália. Meu ensaio “A democracia como valor universal” não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano (COUTINHO, 2012, p. 398).

⁴¹Braz (2012, p. 257) apresenta uma síntese da polêmica em torno do ensaio “A democracia...”: “Contra o revisionismo”, uma pequena brochura assinada com o nome de Otávio Rodrigues, foi um duro ataque ao ensaio de Carlos Nelson [...] Outro foi o artigo de Adelmo Genro Filho [...] intitulado “A democracia como valor operário e popular” (encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 17, nov. 1979, p. (195-202). Ainda no mesmo ano, 1979, José Paulo Netto escreve “Notas sobre democracia e transição socialista”, um ensaio que discute as teses eurocomunistas quando elas ainda não haviam naufragado (incluído no volume Democracia e transição socialista. Escritos de teoria e política, Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990). No livro há também outro texto do autor que remete à problemática da questão democrática, preparado em 1986, intitulado “A redefinição da democracia”. Também preparado e saído no calor da situação (ainda em 1980) daquele debate, foi o livro de Leandro Konder (A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1980). Na sequência do debate aberto por CNC, dois ideólogos do PT publicaram textos sobre o tema. Francisco Weffort escreve “Por que democracia?” (São Paulo: Brasiliense, 1984) e Marco Aurélio Garcia organiza “As esquerdas e a democracia” (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986), fruto de um seminário organizado pelo Cedec e Anpocs. No mesmo período, Daniel Aarão Reais (que também participa do projeto de Garcia) e Jair Ferreira de Sá organizam uma antologia comentada de textos que retratam o debate das esquerdas brasileiras entre 1961-1971 (Imagens da revolução. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985). Há ainda o livro de Décio Saes (Democracia. São Paulo: Ática, 1987). Dentre os textos mais recentes, destacaria alguns que repõem o tema: o de Caio Navarro Toledo (“A modernidade democrática: adeus à revolução?” In: Crítica Marxista, n. 1.1994); e o de João Quartim de Moares (“Contra a canonização da democracia. Crítica Marxista”, n. 12, 2001). Em 1980, saem dois textos que não discutem diretamente as teses de Coutinho, mas refletem o debate socialista do momento: são os casos do texto de Paul Singer (O que é socialismo hoje, Petrópolis: Vozes, 1980) e o de Mário Pedrosa (Sobre o PT, São Paulo: Che Editorial, 1980).

precisa: a democracia é essencialmente desfavorável a burguesia e sua dominação política.

Ainda colocando as premissas de sua reflexão, pontua a necessidade inadiável da unidade de todas as forças democráticas pelo fim do regime de exceção no Brasil e a volta das liberdades político-formais, compreendendo também que na situação vigente não se tratava de lutar imediatamente pelo socialismo, mas sim do combate árduo e longo pela criação dos “pressupostos políticos, econômicos e ideológicos” que tornariam possível a criação e consolidação do socialismo em nosso país (COUTINHO, 1980, p. 21). Nessa tarefa cabe para o autor estabelecer corretamente as questões de princípio sobre o vínculo entre socialismo e democracia política – título da segunda seção do ensaio.

O filósofo começa afirmando que o valor universal da democracia não está em contradição com a assertiva leniniana de que não existe regime estatal puro, sem caráter de classe, combatendo assim a concepção liberal de democracia defendida por Kautsky, que entendia o Estado democrático como um “regime político ‘neutro’ e situado acima das classes”. Reiterando ser fiel ao método de Lênin, isto é, ao papel da autonomia relativa das superestruturas na totalidade social, é necessário compreender que as condições históricas de surgimento da democracia política estão intimamente associadas à reprodução do capital, mas gênese e validade não tem identidade mecânica. As origens burguesas dos institutos democráticos que formam a democracia política não legitimam compreendê-los como meros instrumentos de dominação da burguesia.

Para fundamentar esse argumento em uma reflexão famosa e nunca renegada, ainda que modificada em alguns aspectos durante sua trajetória, diz Carlos Nelson:

Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal – e inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica. Se, como acreditamos, a observação de Marx tem alcance metodológico geral (independentemente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal muitas das objetivações ou formas de relacionamento social que compõe o arcabouço institucional da democracia política (COUTINHO, 1980, p. 23).

Preocupado em não ser confundido com o idealismo kantiano, busca mostrar que compreende o valor de um ângulo “rigorosamente histórico-materialista” e, a partir de György Lukács, diz que o desenvolvimento das forças produtivas leva ao recuo das barreiras naturais e a complexificação dos carecimentos humanos, nesse sentido, a carência de determinadas objetivações – ou valores – e a faculdade humana de satisfazê-las cria uma unidade dialética. Na satisfação desses carecimentos, citando a filósofa Agnes Heller, Coutinho diz que o valor “é tudo que faz parte do ser genérico do homem e contribui [...] para a explicitação desse ser genérico”; os componentes da essência genérica do homem são para Marx, na leitura de Heller seguida pelo autor, “o trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade” e devemos considerar valor tudo que “contribua para o enriquecimento desses componentes essenciais” (COUTINHO, 1980, p. 23)⁴².

A partir dessa reflexão, a democracia é um valor porque contribui para desenvolver e explicitar os componentes essenciais do ser genérico do homem social e é universal, pois essa função ontológica é desempenhada nas mais diversas formações econômico-sociais, ou seja, tanto no socialismo como no capitalismo. Munido com esses argumentos, Coutinho firma posição contra qualquer compreensão tática da defesa da democracia: para além de sua importância histórico-conjuntural naquele momento da vida política mundial, a democracia, enquanto indispensável para “explicitação do gênero humano”, é um valor a ser ampliado, conservado e desenvolvido na transição socialista e na sociedade sem classes⁴³.

⁴²E citando Heller novamente, finaliza: “o valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente as avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais” (COUTINHO, 1980, p.23).

⁴³A sustentação filosófica da tese do “valor universal” da democracia foi um dos elementos que no decorrer dos anos Coutinho demonstrou menor preocupação. Esse aspecto também é o mais frágil e problemático da formulação original de 1979/80. Não vamos desenvolver a crítica a “filosofia” da democracia como valor universal por compreender que João Quartim de Moraes já realizou essa crítica com maestria. Segue a reflexão do autor: “As “essências genéricas” têm costas largas: cada qual pode lhes imputar o que quiser. Se Heller tivesse acrescentado à sua lista a fé, a esperança e a caridade, não estaria nem mais perto nem mais longe da objetividade materialista: permaneceria em sua ingênua metafísica humanista. Se tivesse incluído o “estar-aí-no-mundo”, o “ser-para-a-morte”, a angústia e outras categorias da “analítica existencial” heideggeriana, não teria deixado de ser idealista, mas ao menos não teria sido trivial. A rigor, Heller retrocede a quem de Hegel, que compreendia a “essência genérica do homem” no processo do autodesenvolvimento do espírito e não como um atributo estático e virtualmente dado desde sempre. Discorrer no abstrato sobre os

Essa conquista da democracia rumo ao socialismo não acontece apenas após a tomada do poder. Trata-se de fortalecer os institutos democráticos buscando “eliminar o domínio burguês sobre o Estado” (COUTINHO, 1980, p. 25). Segue a argumentação mostrando como vários institutos hoje considerados indispensáveis da democracia política, como o sufrágio universal e a liberdade de associação sindical, foram arrancados pela classe trabalhadora à revelia da classe dominante. Essas conquistas são bem mais que apenas uma dinâmica conjuntural ditada pela correlação de forças, expressando algo mais profundo.

O desenvolvimento capitalista, ao tornar mais complexa as relações sociais diversificando as classes e grupos, impulsiona esses sujeitos à política na defesa dos seus interesses, forjando diversas formas organizativas de ação e conflito. A luta pela redução da jornada de trabalho, por exemplo, é fruto de um processo de desenvolvimento das forças produtivas, que tornou possível reduzir a jornada de

predicados do “homem” é um procedimento totalmente estranho ao método científico de Marx. Não só o de O capital, mas também o das Teses sobre Feuerbach, da VI, notadamente, em que, rejeitando as intuições transcendentais sobre a “essência humana”, determina-lhe o sentido teoricamente objetivo (isto é, não-metafísico, não-teológico) como “conjunto das relações sociais”. Esse “homem”, que a eminente discípula de Lukács concebe como uma essência meta-histórica, pressupõe o processo de hominização no sentido biológico e arqueológico do termo. A fórmula certamente suscitará arrepios nos humanistas mais espiritualistas (há Estados norte-americanos em que é proibido ensinar a evolução das espécies), mas ontologicamente “o homem” é antes de tudo um primata que tomou conta do planeta Terra. Podemos conceber sua trajetória de dois ou três milhões de anos como objetivação, sempre que não interpretemos este termo como exteriorização de uma essência subjacente. Não há essências e valores que se eternizam: eterna, perdoem-nos uma vez mais os humanistas, é a matéria em movimento. O empenho de Coutinho em se apoiar num pensamento tão incerto e duvidoso (segundo ele, entretanto, “uma eficiente e sintética definição do valor”) dá a medida de sua deriva filosófica e revela a dificuldade, a nosso ver insuperável, de compatibilizar com o materialismo histórico a canonização de uma categoria política. Sensível, entretanto, ao ar rarefeito das alturas vertiginosas, ele introduziu, em 1999, uma modificação terminológica em sua doutrina. Descobriu, novamente inspirado em Lukács, que valor universal seria não bem a democracia, mas a “democratização”. Mais exatamente, esta se “torna” “um valor (ou manifesta sua natureza de valor) na medida em que contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem”. Afinal, torna-se valor ou manifesta seu valor? A alternativa, apresentada com etérea ligeireza (um “ou” entre parêntesis) recobre duas teses incompatíveis. (a) A democratização é um fato contingente: ela se tornou valor, portanto não o era e poderia ter continuado a não ser; (b) desde sempre, o germe democrático estava presente no ser genérico da horda de australopitecos a que pertenceu a célebre Lucy, esperando apenas ser “objetivado”. Esta nos parece ser a interpretação mais conforme à doutrina em discussão. O verbo “tornar-se” serve de artifício retórico para sugerir que o devir material da história está sendo levado em consideração, que uma janela foi aberta para a rude faticidade terráquea. Assim, quando declara ser “fato historicamente inquestionável” que “as objetivações democráticas são capazes de promover essa explicitação (a dos ‘componentes essenciais do ser genérico do homem’) [...] tanto no capitalismo quanto no socialismo”. Poderia ter acrescentado que no escravismo também: afinal, a democracia nasceu na Grécia clássica. Mas a lógica da essência (em linguagem teológica: a epifania do logos) repele eventos contingentes. A democratização, atributo essencial do ser genérico do homem, estava sempre presente; ela “se tornou” o que já era desde sempre, passando apenas, um belo dia (depois do dilúvio, provavelmente, mas antes da nossa era), de latente a manifesta. A história social, assim entendida, seria a lenta, gradual e inexorável exteriorização da subjetividade humana” (MORAES, 2001, p. 29-31).

trabalho, e da militância da classe operária, que efetivou essa possibilidade. Ao conseguir a redução da jornada de trabalho, os subalternos logram melhores condições para se organizar politicamente e alcançar novas conquistas.

Por isso, a socialização da política cria os pressupostos para que a apropriação privada, grupista, do poder seja superada:

Assim como a socialização das forças produtivas impõe a socialização dos meios de produção, do mesmo modo a socialização da política coloca a questão da socialização do poder [...] E essa última socialização também se torna possível graças à crescente participação das massas organizadas na vida política, através da formação dos sujeitos políticos coletivos já as vicissitudes da reprodução capitalista – sobretudo na fase monopolista – impõem às várias classes e camadas sociais prejudicadas pela dinâmica privatista dessa reprodução (COUTINHO, 1980, p. 27).

Note a argumentação de Coutinho, claramente, aponta que a democracia política é um espaço sempre favorável às lutas populares em uma perspectiva anticapitalista. Assim como no histórico discurso de Enrico Berlinguer, o autor pressupõe que a democracia é o espaço onde o “inimigo de classe é obrigado a retroceder”. Essa função histórico-concreta da democracia também se mantém no processo de transição ao socialismo, em que devem ser articuladas formas de democracia representativa e direta com intensa participação popular de baixo para cima garantindo a superação da alienação política, realizando a administração do Estado pelas massas; colocando claramente a questão da hegemonia e da dominação como central de todo o poder de Estado, a democracia de massa deve servir como “superestrutura à transição [socialista]”⁴⁴.

Depois do lançamento de *A democracia...* Carlos Nelson recebeu muitos questionamentos de diversos autores sobre sua teoria democrática. Um dos raros momentos em que Coutinho respondeu alguns dos seus críticos foi no seminário realizado em 1986 e posteriormente publicado pela editora Brasiliense, contando com a participação de Theotônio dos Santos (na época militante do PDT), João Machado e Francisco Weffort (ambos do PT).

Nessa intervenção, dois aspectos merecem atenção para compreendermos a teoria democrática do autor. Em *A democracia...* Coutinho simplesmente não aborda

⁴⁴Cabe destacar que o ensaio é profundamente “leninista”: desde a epígrafe até as citações e referências dos principais argumentos, Lênin comparece para dar legitimidade às reflexões coutinianas.

qual seria a reação da classe dominante à construção da democracia de massas. Não há no ensaio uma análise, ainda que mínima, do comportamento político da classe dominante interna e do imperialismo e a possibilidade de uma reação autoritária ao avanço democrático dos subalternos, fato constante da história latino-americana. Theotônio dos Santos, em sua intervenção, questionou diretamente esse ponto; em sua resposta, Carlos Nelson demonstra crer que a burguesia irá aceitar as regras liberal-democráticas para o jogo político e pressupor o contrário seria o mesmo que propor como *alternativa imediata*: socialismo ou fascismo – possibilidade renegada pelo filósofo (COUTINHO, 1986, p. 153). Continuando sua resposta, a saída teórico-política implícita seria as forças populares empenhadas na construção do socialismo respeitarem as regras liberal-democráticas para manter dentro desse terreno a disputa política:

Então, para mim, não se trata apenas de respeitar a média propriedade privada ou de garantir formas de propriedade não estatais, mas se trata de respeitar os direitos humanos fundamentais. Não vou poder definir aqui, em poucas palavras, o que é democracia, mas certamente todos nós sabemos mais ou menos o que ela é. Gostaria apenas de dizer que o socialismo não recolhe apenas os valores democrático-radicais, da democracia participativa, de base; tem de recolher também a herança do pensamento liberal no que este tem de mais avançado, a herança dos direitos fundamentais, do pluralismo, da tolerância (COUTINHO, 1987, p. 154).

Se em *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, ao defender a tese de que o proletariado recolhe o que há de mais progressista no período revolucionário burguês, Coutinho não inclui o liberalismo, é a partir dos anos 80 que o autor passa a fazer uma defesa explícita da assimilação “crítica” e seletiva da tradição liberal na sua teoria democrática do socialismo⁴⁵. Esse acolhimento do liberalismo, expressão da “ortodoxia aberta” (NEVES, 2016) do autor, é uma das razões para o desaparecimento progressivo da possível reação autoritária contra os avanços democráticos do seu horizonte de reflexão.

⁴⁵Cabe pontuar que era tendência no Brasil e no mundo, naquela época, desconsiderar a dimensão repressiva da dominação burguesa: “outra questão relevante a ser destacada nessa interpretação é o pressuposto - a rigor, aqui implícito - segundo o qual a dominação burguesa no capitalismo contemporâneo se realizaria basicamente por meios consensuais, e não mais predominantemente por meios repressivos ou coercitivos. A democratização ampliada do Estado retiraria gradativamente deste seu outrora caráter repressivo dominante, tal como foi sempre acentuado nos trabalhos dos clássicos. Um teórico comunista italiano expressou este ponto com especial clareza: “O Estado, de simples instrumento de classe, construído e gerido essencialmente pela coerção, tornou-se outra coisa. Prevaecem os aparelhos de hegemonia, enquanto os próprios aparelhos repressivos sofrem transformações” (TOLEDO, 1994, p. 31).

Ao final dos anos 80 o momento político do país parecia propiciar plena razão às formulações coutinianas. Malgrado os limites predominantemente conservadores da transição à normalidade constitucional (FERNANDES, 2007; IASI, 2017), era inegável um crescimento em ritmo progressivo dos movimentos populares com a organização da classe trabalhadora estruturada no PT, conseguindo pautar a “grande política” no cenário nacional e com chances reais de combinar movimento de massa em ascensão com a presidência de esquerda em um programa de reformas estruturais rumo ao socialismo⁴⁶.

Em 1989, na primeira eleição direta para presidente no pós-ditadura, Carlos Nelson participa do seminário nacional de formulação programática para a campanha do PT. Integra a mesa temática sobre “socialismo e democracia” – contando com a intervenção de J. A. Gianotti, W. Pomar, Tarso Genro, A. de Carvalho.

O sentido político da intervenção de Coutinho é combater o que entende como ambiguidade da formulação petista da relação entre socialismo e democracia. Embora considere inegável que em seus nove anos de existência o PT tenha tido uma “prática comprometida com os princípios democráticos” (COUTINHO, 1989, p. 9), a crítica do autor atinge o que considera como os limites da formulação petista, como a defesa da democracia apenas para os trabalhadores, valorizar tão somente a democracia direta e não aclarar questões, por exemplo, relativas à alternância de poder. O filósofo baiano cobra, em resumo, a adesão do PT à sua tese do valor universal da democracia.

O desenvolvimento da exposição repete os argumentos de A Democracia..., mas com algumas mudanças importantes. Lênin e o que Coutinho denomina de tradição bolchevique não são mais chamados para emprestar legitimidade teórico-política aos argumentos. Antônio Gramsci recolhe o papel de fonte principal de legitimidade na formulação coutiniana com a categoria de Estado ampliado – tema

⁴⁶Sobre a entrada de Carlos Nelson no PT, seguem as próprias palavras do autor: “depois que saí em 1982 do PCB, onde militei por mais de 20 anos, fiquei sem partido por algum tempo. Não gostei disso, perdi a capacidade de fazer análises de conjuntura... Decidi entrar no PT em 1987, mas Leandro Konder e Milton Temer, queridos amigos, me pediram para esperar um pouco mais para entrarmos juntos. Eles ainda não estavam plenamente convencidos. Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E, desde então, comecei a namorar o PT, mesmo achando-o ainda sectário. Meu espírito ‘aliancista’, que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas achei que era importante entrar no PT para travar a luta interna, o que fiz em 1989” (COUTINHO, 2006, p. 137).

da segunda seção desse capítulo – sendo o principal fundamento do caminho democrático ao socialismo. Para além de Gramsci, Coutinho também opera uma mudança mais ou menos radical na cultura política presente nas formulações de 1980 e reivindica, abertamente, reflexões de Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Mikhail Gorbachev – o mesmo Kautsky criticado como liberal em 1980.

O PT é derrotado na eleição de 1989 e Fernando Collor de Mello assume a presidência. Apesar da forte resistência apresentada pelo movimento popular, o neoliberalismo iniciado com esse governo é aprofundado e consolidado com o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com a Era FHC, o PT e seus intelectuais se defrontam com a aceleração impressionante de um fenômeno já em curso: a normalidade institucional consolidada no país não garante o avanço constante das forças populares necessariamente, podendo ser base para uma dominação burguesa estável com relativa margem de consenso entre as classes populares⁴⁷ e capacidade de cooptação de vários militantes e intelectuais antes comprometidos com o socialismo e membros do PT⁴⁸.

Como bem aponta Neves (2016), é comum na obra de Carlos Nelson ele promover uma mudança teórica e não assumi-la como mudança, mas apenas uma clarificação de sua posição que foi “mal entendida”. Em um dos seus ensaios mais famosos, “Os Marxistas e a ‘Questão Democrática’” (1994), o autor continua defendendo que a democracia é essencialmente anticapitalista, recorrendo, a partir de sua leitura da tradição marxista, de revolucionários, tal qual Rosa Luxemburgo, “o último” Engels e Antônio Gramsci perceberam isso⁴⁹.

⁴⁷Segundo dados das votações presidenciais trazidos por Singer (2012), os setores mais precarizados do proletariado, o que o autor chama de subproletários, votaram majoritariamente no bloco PSDB/PFL nas eleições de 1994 e 1998 elegendo duas vezes FHC presidente.

⁴⁸Francisco Weffort, presidente do PT e que no seminário de 1986 Coutinho tinha orgulho de manter concordância essencial com suas teses, foi um dos ex-socialistas democráticos que trocou o socialismo pela “democracia” e aderiu ao governo FHC: “estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isto que se chama, em geral, de modernidade? Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática” (Folha de São Paulo, 4 de outubro 1994) (COGGIOLA, 1995, p. 03).

⁴⁹“E isso por uma razão clara: dado que os interesses burgueses são minoritários na sociedade, quanto mais pessoas lutarem (e de modo consciente e organizado) pelos seus próprios interesses, tanto mais a dominação burguesa correrá perigo. Se o liberalismo de participação restrita foi, em dado momento, a forma adequada para a afirmação da dominação burguesa, a democracia de massas que se vai construindo a partir das lutas populares é, a longo prazo, incompatível com o capitalismo (COUTINHO, 1994, p. 78).

Já na última grande edição de *A Democracia...*, de 2000, publicada no livro “Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo”, Coutinho começa a operar uma importante mudança na sua teoria democrática - sem admitir essa alteração – assimilando um arcabouço categorial dotado de capacidade explicativa do fenômeno de reprodução do regime liberal-democrático sem, necessariamente, avanço das lutas populares e, inclusive, com regressão de direitos democráticos.

No importantíssimo prefácio desse livro, avalia a repercussão do seu “velho” ensaio 20 anos depois da publicação. Reafirma a concordância com as teses fundamentais, contudo, diz que há “algumas limitações na parte teórica” que precisam ser agora revistas. A primeira delas: é necessário um acerto de contas radical com a tradição bolchevique que não teria sido realizado anteriormente. Coutinho cita o intelectual liberal e funcionário do corpo diplomático brasileiro durante a ditadura empresarial-militar, José Guilherme Merquior, que embora recebendo positivamente as teses presentes em *A Democracia...* questiona por que “democratizar o leninismo” – para Merquior, em uma reflexão que implicitamente Coutinho aceita, o “marxismo crítico” deve afastar-se do leninismo⁵⁰.

Em segundo lugar, há uma mudança substantiva na problemática coutiniana quando o autor afirma que substituiria no seu ensaio a palavra “democracia” por “democratização” assumindo a formulação de Lukács para o termo, onde não se tratam de formas institucionais historicamente dadas, mas da defesa de um processo contínuo – que pode manifestar-se de diversas formas – de democratização. Como critica Genro (1989) no famoso seminário do PT de 1989, há, na teorização coutiniana, uma confusão entre a forma historicamente existente de democracia e a democracia como um valor etéreo a ser alcançado. Dada a

⁵⁰Mesmo Antônio Gramsci sendo o principal referencial político das formulações estratégicas de Carlos Nelson, cabe notar que ele busca trabalhar com presença cada vez mais constante de autores como Rousseau, Hegel e até o alemão Jürgen Habermas. O ensaio “vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci”, publicado em vários livros diferentes (COUTINHO, 1994; 1999; 2014) é uma tentativa mais que problemática de estabelecer semelhanças entre as reflexões “democráticas” dos três pensadores. Coutinho também busca aproximar a reflexão gramsciana da habermasiana quando afirma, por exemplo, que o comunista sardo compreende a política “como esfera privilegiada de uma interação intersubjetiva consensual” (COUTINHO, 1994, p. 12); a “diferença” seria que em Gramsci, o problema recebe um enfoque histórico-materialista, coisa que não aconteceria na teoria do “agir comunicativo”. Sobre a incorporação da obra habermasiana no PT, diz Toledo (1994, p. 37) “Não deixa de ser ilustrativo que intelectuais e militantes vinculados à tendência PPB [tendência majoritária do PT], constantemente e com muito entusiasmo, passem a endossar a ética kantiana e as formulações de autores como A. Heller, H. Arendt, J. Habermas e outros. O tema da ética na política é uma preocupação permanente, abordado sob a ótica de um humanismo abstrato que pouco tem a ver com uma perspectiva crítica e materialista”.

conjuntura imediata e as perspectivas políticas de longo prazo no Brasil e no mundo, essa ambiguidade foi “resolvida” sem, todavia, ser assumido o pleno significado dessa revisão⁵¹.

A partir desse momento histórico, se consolida na obra de Coutinho uma noção mais precisa de democracia, compreendida como socialização do poder que é diferenciada, mas unida à socialização da riqueza coletivamente produzida, assumindo diversas formas institucionais historicamente concretas, mas tendo como coordenadas básicas o fortalecimento da sociedade civil (compreendida, implicitamente, como a auto-organização popular) e a articulação entre formas diretas e representativas de democracia (COUTINHO, 2000).

Em terceiro lugar, procura deixar claro que quando publicou seu ensaio considerava indispensável centrar o combate na necessidade de que não existia socialismo sem democracia, mas não afirmou, “em nenhum momento”, que a esquerda deveria optar entre democracia ou socialismo e se contentar a “compatibilizar o capitalismo com justiça social” (COUTINHO, 2000, p.13) ⁵². Nesse sentido, o autor se afirma “contra a corrente” por combater os que negam ou subestimam o valor universal da democracia e os que “parecem agora ignorar que, se sem democracia não há socialismo, tampouco há democracia plena e consolidada sem socialismo” (COUTINHO, 2000, p.13 – grifos do autor).

A novidade, nesse momento de sua produção, é que Coutinho passa a trabalhar uma distinção entre duas formas de organizar a “sociedade ocidental” ou, o que se confunde no autor, duas formas de estruturar e reproduzir a democracia: democracia de massa e liberal-corporativismo. Para o autor, há na sociedade brasileira e nas demais sociedades ocidentais (no sentido gramsciano) uma disputa entre dois grandes modelos de sociedade:

Se examinarmos as sociedades “ocidentais”, veremos que elas apresentam
– quando nos abstraímos de suas várias particularidades e nos

⁵¹ Na nota 43, na crítica de Quartim de Moraes a “filosofia” da democracia como valor universal, o autor aborda essa mudança conceitual de “democracia” para “democratização”.

⁵² É interessante como o próprio Carlos Nelson opera uma simplificação da sua teoria do valor universal da democracia. No seu ensaio sobre Caio Prado Jr. procura aproximar um trecho do autor de A Revolução Brasileira – “[a democracia] ou será de todos ou de ninguém” – com sua teoria democrática, em uma comparação claramente imprópria. Também aponta em Jorge Amado (COUTINHO, 2011, p. 200) uma “explícita e consciente adesão ao valor universal da democracia”. Equaliza, assim, qualquer noção de “compromisso democrático” com sua teoria do valor universal da democracia.

concentramos no essencial – dois “modelos” principais de estruturação do poder e de representação dos interesses. Para simplificar, chamaremos esses modelos de liberal-corporativo e democracia de massas, recordando que o primeiro deles predomina sobretudo nos Estados Unidos, enquanto o segundo foi por muito tempo preponderante nos países europeus mais desenvolvidos (COUTINHO, 2007, p.48).

Nos países europeus desenvolvidos existiram, por décadas, partidos com bases sociais e programáticas nitidamente diferenciadas. A democracia-cristã e o Partido Comunista Italiano ou o Partido Trabalhista e o Conservador na Inglaterra, representavam projetos de Estado e sociedade diferentes, se enfrentando na arena política, contando com um sindicalismo politizado e ativo, travando a luta no âmbito da “grande política”. Já no caso norte-americano, o predomínio é do liberal-corporativismo onde os sujeitos políticos da sociedade civil são coagulados em uma rede de lobby com um sistema partidário amorfo e sem bases programáticas, um sindicalismo corporativista e despolitizado – “sindicalismo de resultado” – e um debate político preso às intrigas parlamentares, dominado pela “pequena política” (COUTINHO, 2007; 2000).

O neoliberalismo, contudo, promoveu uma “americanização da política” na Europa Ocidental, fortalecendo o modelo liberal-corporativo no mundo. O autor registra não só o fim de vários partidos comunistas e a adoção do credo neoliberal por históricos partidos socialdemocratas, mas também a perda de vitalidade do sindicalismo e o esforço por parte de diversos intelectuais de esvaziar o conceito de democracia ao máximo, impondo-lhe um contorno minimalista⁵³. Esse processo de “americanização da política”, promovido pelo neoliberalismo, sofreu uma resistência significativa no Brasil durante os anos 80 por meio do PT e suas organizações associadas – como CUT e MST. Coutinho (1994, p. 38) cita como exemplo, no Brasil, do confronto entre os modelos liberal-corporativo e democrático de massa a diferença de concepção de sindicalismo entre a CUT e da Força Sindical.

⁵³Nesse esforço de pensar teórica e praticamente o esvaziamento da democracia, Coutinho assimila a interessante reflexão do italiano Domenico Losurdo sobre as formas de ação das classes dominantes para retirar os conteúdos emancipatórios da democracia política (COUTINHO, 2007, p. 23). Contudo, ao que parece, não desenvolve plenamente as reflexões losurdianas que são incorporadas apenas nesse livro citado.

Se o neoliberalismo do Governo FHC representou um período de “contrarreforma”⁵⁴, ainda assim conseguiu manter-se na luta política brasileira um vetor de propagação da “grande política” através da ação de classe organizada pelo PT. Com a vitória de Lula à Presidência da República em 2003, fato que Coutinho chamou da “maior vitória política da esquerda em nosso país”, há um acelerado processo de transformismo, fazendo com que o PT abandone qualquer conteúdo reformista, democrático e socialista, tornando-se um gestor da ordem, operando uma hegemonia da “pequena política” na peculiar “americanização” da política brasileira:

A chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010, p. 42).

Porém, a despeito da falência de todas as esperanças do otimismo democrático dos anos 80: enfraquecimento das correntes nacional-popular na cultura e fortalecimento das expressões culturais ornamentais e intimistas, predomínio da “pequena política” na luta de classes brasileira, acelerado transformismos das principais organizações criadas no ciclo político que se iniciou com o fim da ditadura empresarial-militar, vitória do liberal-corporativismo no sistema político, avanço das concepções minimalistas e esvaziadas de democracia e a retirada do socialismo como objetivo tangível da luta política cotidiana. Coutinho continua fiel à sua tese do valor universal da democracia (ou democratização) e ao caminho democrático ao socialismo. A razão teórica essa permanência, a despeito do contradito imediato da realidade, tem seu fundamento na sua teoria do Estado e da formação social brasileira.

⁵⁴Coutinho busca realizar um combate contra os que atribuem ao período neoliberal e, em particular, ao Governo FHC um novo momento da “revolução passiva” na história brasileira, defendendo que a caracterização correta, teórica e politicamente, é de um período contrarreformista: “por certo, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do Welfare, o que se deve, sobretudo, à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada terceira via (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma preocupação em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais está, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta preocupação – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do “Fome Zero” aqui no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de uma indiscutível contra-reforma” (COUTINHO, 2012, p. 123).

3.2 A teoria do Estado ampliado e a questão do poder

Como vimos no primeiro capítulo, Coutinho apresenta elementos de uma teoria do Estado em 1980 no livro “A Democracia Como Valor Universal: Notas Sobre a Questão Democrática no Brasil”. Há algo de curioso nesse livro: os três ensaios que apresentam apontamentos para uma teoria do Estado e do poder não são totalmente harmônicos entre si. O elemento de concordância é a indicação da possibilidade de disputar o direcionamento das políticas estatais e impor, via ampliação da democracia, determinados interesses da classe trabalhadora ao aparato estatal mesmo antes da conquista do poder pelos trabalhadores, mas, enquanto fonte teórica, “A Democracia Como Valor Universal”, “Gramsci e Nós” e “O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: Algumas Implicações Políticas” contém dissonâncias importantes.

Como adiantamos no primeiro capítulo, a reflexão de Coutinho sobre o CME foi posteriormente abandonada pelo autor. Para concretizar as possibilidades reais do seu caminho democrático ao socialismo, o filósofo baiano tomou como principal aporte a teoria do “Estado ampliado” a partir de certa leitura da obra de Antônio Gramsci. Vejamos que leitura é essa e como adquire novas e mais complexas determinações a teoria do Estado coutiniana.

É possível encontrar no conjunto da obra coutiniana uma série imensa de justificativas para tomar Gramsci como principal referencial de uma renovação do marxismo no Brasil (COUTINHO, 1980; 1994; 2000; 2007; 1995). Em síntese, Gramsci teria sido o marxista mais criativo⁵⁵ do século XX e o que melhor resistiu ao descrédito do marxismo depois da derrubada – Coutinho chamaria de *queda* – do socialismo real; essa vitalidade de Gramsci, para Carlos Nelson, está associada à universalidade de sua teoria:

Isso fez com que Gramsci representasse um ponto de inflexão na história do pensamento marxista. Não se pode falar hoje de “marxismo” no terreno da teoria política sem levar em conta que os novos conceitos gramscianos, precisamente na medida em que constituem as respostas histórico-

⁵⁵“Um desenvolvimento tão marcante e tão rico de implicações que talvez não seja exagerado afirmar, como o faz Umberto Cerroni, que, ‘considerando atentamente a dramática evolução da teoria política do socialismo no século XX, é forçoso afirmar que somente com Antônio Gramsci essa teoria alcançou uma elaboração suficientemente articulada, capaz de competir com a teoria política oficial’” (COUTINHO, 1980, p. 50).

materialistas mais adequadas aos processos sociais e políticos que caracterizam toda uma época – a nossa época! –, fizeram com que de certo modo se tornassem anacrônicas muitas reflexões de Marx, Engels e Lênin. Portanto, Gramsci não é, como se acreditou por muito tempo, o “maior leninista italiano”, nem apenas o teórico da “via italiana para o socialismo”. Ele é certamente o pensador mais universal que o marxismo produziu no século que há pouco se encerrou. São inúmeros aqueles que, com razão, consideram-no o teórico da revolução socialista no Ocidente (COUTINHO, 2007, p. 59).

O que é esse ocidente para Gramsci e por que somos ocidentais (nesse segundo capítulo, todas as vezes que abordamos alguma teoria de Gramsci, o fazemos mediado pela interpretação de Coutinho)? Durante grande parte do século XIX as sociedades capitalistas não dispunham dos grandes partidos de massa, jornais operários, sindicatos, escolas de formação etc. A classe dominante estava organizada através do Estado, o qual era comandado por partidos políticos que atuavam como clubes de notáveis, e o aparato burocrático-policial, isto é, os aparelhos repressivos, eram o principal instrumento da burguesia para garantir seu domínio. A partir de 1871, com a expansão colonial europeia e a transição ao capitalismo monopolista deixando para trás a fase concorrencial, acontecem transformações importantes na dinâmica capitalista:

Marx, portanto, não pôde conhecer – ou não pôde levar na devida conta – os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc. Não pôde, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela “trama privada” a qual Gramsci se refere, e que mais tarde irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão [...] Gramsci expressa um fato novo, uma nova determinação do Estado, que não nega ou elimina as determinações registradas pelos “clássicos”, mas representa – e Gramsci está consciente disso – um enriquecimento e um desenvolvimento das mesmas. A teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação/superação da teoria marxista “clássica” apoia-se nessa descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”) (COUTINHO, 1989, p. 75-76).

Esse desenvolvimento da “sociedade civil”, esfera material com legalidade própria onde as classes, a partir dos seus “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, disputam a direção intelectual e moral da sociedade, impõe uma nova dinâmica nos processos de dominação política. Se antes, na leitura coutiniana, os “clássicos” centravam-se na dimensão coercitiva – tema que voltaremos adiante – agora, com a

“teoria ampliada” de Gramsci se percebe as duas dimensões separadas, mas unidas, do exercício do poder político: coerção e consenso. Através da sociedade política ou Estado em sentido restrito, as classes exercem a dominação, a repressão, a ditadura; a partir da sociedade civil, dos aparelhos ‘privados’ de hegemonia, o consenso, a direção intelectual e moral (COUTINHO, 1980)

O consenso e a coerção, embora esferas materiais próprias de objetivação de cada uma das dimensões do fenômeno estatal, se articulam e formam o “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)”; Estado que em outro contexto, diz Coutinho, Gramsci chama de “Sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida na coerção” (COUTINHO, 1989, p. 77). Não obstante com funções diferentes, além de sua unidade orgânica – isto é, Gramsci avisa que na realidade essa distinção é apenas didática, para melhor estudar os fenômenos, e não fática – há também a unidade funcional na conservação e reprodução do domínio de uma classe, garantindo a vigência de uma determinada base econômica.

Portanto, o caráter de classe do Estado, sua função como garantidor das relações sociais e de produção dominantes, se mantém, mas, agora, com um diferencial importantíssimo. Se o Estado é sociedade política + sociedade civil, hegemonia revestida na coerção, e as classes populares atuam e fazem política na sociedade civil, disputando a direção política e intelectual mesmo antes de conquistar a sociedade política – possibilidade histórica reafirmada em vários momentos da reflexão coutiniana -, o Estado deixa de ser o domínio exclusivo, particular, da burguesia, e sem deixar de ser um Estado de classe, se abre – ou se amplia – às disputas de classe. Diz o autor:

Como veremos adiante, se o Estado, ao se ‘ampliar’, deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora também em seu interior), isso impõe a necessidade de um novo conceito de revolução [...] O processo de democratização que decorre da socialização da política alterou, como vimos, a natureza do Estado capitalista [...] Visando à conquista do consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido de influir e de obter espaços no seio dos aparelhos do Estado, já que esses são agora permeáveis à ação das forças em conflitos (COUTINHO, 2000, p. 29-38-39)

Portanto, na reflexão de Carlos Nelson, essa ampliação do Estado não diz respeito apenas ao papel maior do consenso ativo e passivo dos subalternos no processo de dominação política burguesa, mas também a uma mudança da

dimensão ontológica do Estado que está sob o domínio – “sob a hegemonia” (COUTINHO, 2000, p. 40) – de uma classe, a burguesia, mas não é, por si mesmo e irremediavelmente, burguês, dado os processos de socialização da política que incidiram na estruturação do Estado e do poder⁵⁶. Se a sociedade ocidental na teorização de Gramsci tem como pressuposto uma relação “equilibrada entre Estado e sociedade civil”, Coutinho também inclui nessa relação uma espécie de equilíbrio em que a função de classe do Estado está em constante disputa na guerra de posições⁵⁷.

Como mostramos rapidamente no capítulo I, parte substancial da reflexão coutiniana pós-anistia é dedicada a provar que já somos uma sociedade ocidental. Nesse sentido, cabe indagar quando aconteceu a ampliação do Estado no Brasil (importante negritar que ampliação do Estado, fortalecimento da sociedade civil e ocidentalização da formação social, na reflexão de Coutinho, atuam como objetivações “diferentes” do mesmo fenômeno). Durante toda era colonial e mesmo depois do fim da escravidão, da proclamação da república à primeira constituição, o Brasil era uma sociedade de tipo oriental. Mesmo com o período chamado de República Velha, a tendência, para Coutinho, de “orientalização” de nossa formação social é mantida.

Há, todavia, uma mudança de curso histórico desde 1930. A partir de então, enquanto tendência dominante, o Brasil passou por sucessivas ondas de modernização – ainda que conservadoras – que aceleraram a paulatina “ocidentalização” do país. Entre 1930 e 1980 o país viveu um grandioso processo de urbanização, industrialização, modernização do Estado, desenvolvimento e complexificação da estrutura de classes, mas mesmo assim, ainda era uma sociedade predominantemente oriental (COUTINHO, 2000; 2007) onde, “portanto,

⁵⁶“Na perspectiva desses autores [Coutinho e Weffort], o alargamento da democracia política: possível graças às lutas empreendidas pelos trabalhadores - pode conduzir estas classes a deterem o comando político e a direção ideológico-cultural sobre o conjunto do Estado e da sociedade civil. Em seu ensaio, Coutinho acredita na possibilidade de se eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de que ocorra ‘o pleno florescimento dos institutos políticos democráticos’. O Estado, ao se ‘ampliar’ - ao contrário do que pensavam os clássicos, afirma Coutinho, “deixou de ser o instrumento de uma classe para se converter numa arena privilegiada da luta de classes” (TOLEDO, 1994, p. 04).

⁵⁷“O Estado é a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, com hegemonia de uma delas. É uma bela definição, que me parece valer também para o Estado socialista tal como eu o imagino. Enquanto o Estado capitalista há correlação de forças com hegemonia seja do capital financeiro, como agora, seja do capital industrial, como há algum tempo atrás, o Estado socialista é uma correlação de forças em que há hegemonia dos trabalhadores” (COUTINHO, 2012, p. 415).

os cinquenta anos que vão de 1930 a 1980 conhecem um tipo de Estado burguês que se caracteriza, em sua maior parte, pela presença de uma dominação sem hegemonia” (COUTINHO, 2006, p. 182). Compreender essa sociedade como de tipo oriental não significa negar os processos de dominação hegemônica que existiam - diz Carlos Nelson sobre a hegemonia nesse momento da história brasileira:

É inegável que, em grande parte da época populista, a proposta nacional-desenvolvimentista – que era claramente uma proposta voltada para a expansão do capitalismo no Brasil e, portanto, uma proposta burguesa, que interessava, sobretudo, à fração industrial dessa classe – obteve o consenso de segmentos importantes das camadas populares, muito particularmente da classe operária urbana com carteira assinada. Mas é preciso insistir no caráter seletivo, isto é, limitado e excludente, dessa hegemonia [...] mas tratou-se – e gostaria de insistir nisto – de uma hegemonia seletiva, limitada e, nesse sentido, precária e instável, como as muitas crises ocorridas no período permitem constatar (COUTINHO, 2006, p. 183).

A ditadura empresarial-militar, como não era de tipo fascista, não buscou criar uma base de massas mobilizada como sustentação do regime. De certo, em alguns momentos, especialmente na época do chamado milagre econômico, conseguiu atingir base de consenso em algumas camadas sociais do país, mas tudo isso de forma passiva, avalia Coutinho. A política da ditadura foi, essencialmente, reprimir as organizações da sociedade civil buscando eliminá-las pela violência. Mesmo assim, ao final dos anos 70, emerge uma pulsante sociedade civil. Na explicação de Carlos Nelson, o processo de modernização conservadora impulsionado pela ditadura obteve como uma de suas consequências não esperadas a criação de uma sociedade civil “não mais primitiva e gelatinosa” dado o processo de “complexificação da estrutura social e diversificação de interesses” promovido pelo desenvolvimento capitalista (COUTINHO, 2000, p. 89). A partir dos anos 80, somos, definitivamente, uma sociedade ocidental, isto é, com um Estado ampliado.

Coutinho faz presente em suas obras indicações sobre os limites dessa “ocidentalização”. Termos como “ocidentalização não totalmente completada”, “ocidentalização periférica”, “ocidentalização tardia”, “permanências de traços orientais” podem ser achados em seus artigos, livros, entrevistas e conferências. Essas indicações, contudo, não recebem qualquer sistematização ou maior concretude. A despeito dessa aparente hesitação, a teoria da ampliação do Estado não só legitima uma completa revisão da teoria marxista dita clássica do Estado,

como também é o norte de uma reflexão que faz crer ser uma “possibilidade remota resolver pela simples coerção (por meio de golpes e regimes militares) os conflitos políticos e sociais”, dado a “consolidação de uma sociedade civil pluralista e relativamente articulada” (COUTINHO, 2000, p. 97).

3.2.1 A teoria do Estado ampliado e a tradição marxista.

Cabe agora mostrar como Coutinho legitimou essa concepção de Estado dentro da tradição marxista. O principal e mais completo escrito nessa tarefa é “A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista” (chamado agora de A dualidade de poderes...). Publicado duas vezes como livro independente pela editora Brasiliense, em 1985 e 1987, é republicado em 1994 no livro “Marxismo e política”, ganhando sua versão definitiva (mesmo não tendo, depois de 1994, reescrito esse ensaio, até o final da vida, como no seu último livro publicado: “De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política” de 2011, Coutinho recomenda o escrito como sua mais completa produção sobre a questão do Estado e do poder).

Carlos Nelson em A dualidade de poderes... defende que Marx iniciou suas reflexões centradas na problemática do Estado moderno. Em “Sobre a Questão Judaica” e na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, o autor de *O Capital* mostra como o Estado representa uma falsa universalidade, não cumprindo a função de encarnação da razão que Hegel lhe atribuía, com a burocracia assumindo o papel de classe geral, dado que o *citoyen* não passa de uma abstração enquanto a sociedade civil – as relações materiais – estiver dominada pelo particularismo objetivo do *bourgeois*. Ou seja, longe do Estado ser a mediação universal de uma sociedade civil cindida, é um organismo para garantir a propriedade privada dos meios de produção, um “Estado de classe [...] uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular” (COUTINHO, 1994, p. 19). Para cumprir essa função histórica, cabe ao Estado despolitizar a sociedade, apropriando-se de todas as decisões que a ela são comuns, fazendo da política uma esfera restrita.

Essa interpretação da teoria do Estado no jovem Marx, com exceção do marxismo de tradição althusseriana, não é em nada polêmica. A controvérsia começa quando Coutinho passa a analisar a teoria do Estado e da revolução de Marx e Engels apresentada no período 1848-50. Segundo o autor, com a clássica definição do Estado como “Comitê executivo para gerir os negócios comuns de toda burguesia”, Marx e Engels teriam uma visão que se limita ou expressa preponderantemente o Estado como “aparelhos repressivos e burocrático-executivos”, conformando, assim, uma concepção restrita dele como expressão “direta e imediata” do domínio de classe, ou seja, do “Comitê executivo”, exercido através da coerção (“poder de opressão”) (COUTINHO, 1994, p. 20).

Essa concepção restrita do Estado relaciona-se com a noção de que o capitalismo conduz ao pauperismo absoluto – noção que Coutinho afirma que Marx abandonou mais tarde, particularmente em *O Capital*. Para deixar ainda mais firme seu argumento, resume em forma tópica, o cerne do que é, em sua leitura, a concepção de Estado de Marx e Engels em 1848: “a) O Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda a esfera legal da política e b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da sociedade atual; a partir disso, a luta de classes assume a configuração de uma guerra civil e a transição ao socialismo implica em uma explosão “insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa” (COUTINHO, 1994, p. 20).

Essa conceituação explosiva da revolução e restrita do Estado se apresenta nos artigos “A crise e a contrarrevolução” publicados em “A nova Gazeta Renana”. Segundo Coutinho, nesse escrito, está formulada pela primeira vez em Marx a noção da dualidade de poderes como o confronto entre dois poderes distintos, um proletário e um burguês, em tensão permanente sinalizando um aguçamento do conflito de classes, em que um dos poderes deveria destruir o outro o quanto antes, valendo-se para isso de medidas ditatoriais. Na sequência do ensaio, Coutinho analisa a “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” afirmando, no essencial, todos os seus argumentos anteriores. Conclui colocando novamente em forma tópica a essência dessa concepção restrita de Estado e explosiva de revolução: a) Estado como comitê executivo da burguesia e despoltizador da sociedade civil; b) concepção da luta de classes como conflito bipolar e simplificado

entre burgueses e proletários assumindo a dimensão de uma “guerra civil mais ou menos oculta”; c) visão da revolução proletária como permanente e com necessidade inescapável da criação de um contrapoder armado; d) dualidade de poderes como algo transitório com necessidade da eliminação violenta de um dos polos através de medidas ditatoriais (COUTINHO, 1994, p. 25).

Segundo o autor, esses conceitos foram superados, ainda que parcialmente, nas obras mais tardias de Marx e, sobretudo, de Engels. Na argumentação, trabalha apenas com a famosa Introdução de Engels para “As lutas de Classe na França”. Nesse escrito ele afirma que uma série de mudanças históricas torna inviável a tática de barricadas com revoluções executadas por pequenas minorias, tratando-se agora de um trabalho longo e perseverante para que as massas entendam sua tarefa histórica e cooperem para sua consagração. O filósofo baiano deduz das palavras “trabalho longo e perseverante” uma interpretação processual da revolução; em seguida, cita esse trecho e imputa uma série de consequências teóricas e políticas.

“O império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é produto de um pacto; primeiramente, de um pacto dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma parte quebra o pacto, todo ele é nulo e outra parte está desobrigada” (ENGELS apud COUTINHO, 1994, p. 27).

Primeiro, na leitura do autor a alusão ao termo “contrato” permite afirmar que Engels apreendeu a “dimensão consensual” do processo de ampliação do Estado; segundo, o uso do termo “contrato” legitima inserir um debate contratualista na teoria marxista do Estado; terceiro, a partir dessa nova teoria, o fundador do materialismo histórico chega ao entendimento de que a república democrática é a forma ideal da ditadura do proletariado, não necessitando mais de um contrapoder armado dos operários e sim realizar as transformações através das instituições republicanas⁵⁸.

⁵⁸Rosa Luxemburgo, no Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (PDK) debate a famosa introdução de Engels e sem conhecer a história de falsificação do documento, realiza essa crítica: “não quero dizer com isso que Engels, com suas declarações, compartilhe pessoalmente a culpa pela evolução que se produziu na Alemanha; digo apenas: aqui está um documento clássico que resume a concepção de que vivia a social-democracia alemã, ou melhor, que a matou. Aqui, camaradas, Engels expõe, como todo o conhecimento especializado que dispunha no domínio da ciência militar, que, no estado atual de desenvolvimento do militarismo, da indústria e das grandes cidades, era pura ilusão acreditar que o povo trabalhador pudesse fazer revoluções de rua e vencer. Essa refutação deve duas consequências: primeiro, a luta parlamentar foi considerada a antítese da ação revolucionária direta do proletariado e quase o único meio da luta de classes. Essa crítica teve

Na continuidade de sua argumentação, o filósofo baiano afirma que Lênin e Trotsky – e citando uma nota de rodapé inclui também Mao Tsé-Tung – retomam a concepção restrita do Estado e explosiva da revolução ignorando as novas determinações contidas no último Engels e em Marx. A análise desenvolvida, no caso da obra leniniana, foca, exclusivamente, em “O Estado e a Revolução”. A argumentação do autor busca mostrar como todos os pontos nodais do que considera o núcleo da concepção restrita do Estado reaparecem em Lênin sem a descoberta de sua ampliação⁵⁹ - Coutinho indica o condicionamento nacional, isto é, o caráter oriental (no sentido gramsciano) da Rússia, como o principal responsável pelos limites da reflexão leniniana.

No caso de Leon Trotsky, pontua que ele, ao contrário de Lênin que apontou a dualidade de poderes como uma particularidade da Revolução Russa, vê esse elemento como característica básica de toda revolução. Essa situação de duplo poder impõe, para Trotsky, a derrubada violenta e rápida de um dos poderes, mas segundo a leitura coutiniana, há elementos de uma compreensão menos restrita, como a percepção do papel da correlação de forças na política executada pelo Estado:

Na sociedade, existem sempre classes antagônicas; e a classe desprovida de poder se esforça, inevitavelmente, para fazer pender para seu lado, em certa medida, o curso do Estado [...] O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas como as classes dominantes (TROTSKI apud COUTINHO, 1994, p. 37).

Trotsky ainda teria contemplado com hesitação a possibilidade de a classe operária conquistar “uma parte do poder do Estado” antes de ser a única classe, denotando uma possibilidade de revolução gradual ou processual, mas logo

como resultado o parlamentarismo puro e simples. Segundo, considerou-se, curiosamente, que a mais poderosa organização do Estado de classes, o militarismo, a massa dos proletários uniformizados, devia ser de antemão imune e inacessível a toda influência socialista. E quando o prefácio diz que seria insensato pensar que com o atual desenvolvimento de exércitos gigantescos o proletariado pudesse enfrentar soldados equipados com metralhadoras e com os mais recentes meios técnicos de combate, parte claramente do pressuposto de que todo soldado deve permanecer, de antemão e para sempre, um sustentáculo das classes dirigentes” (LUXEMBURGO, 2011, p. 348-349).

⁵⁹A partir da afirmação de Lênin em O Estado e a Revolução de que pretende “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado”, Coutinho diz “portanto, Lênin não contempla a possibilidade (ou a eventual necessidade) de renovar essa doutrina, acrescentando novas determinações ao conceito histórico-materialista de Estado”. Disso, afirma que “somente assim poderemos entender a razão pela qual – num momento em que a Europa Ocidental e Central já conheciam um tipo de Estado “contratual”, no qual os aparelhos de legitimação e de busca do consenso desempenhavam um papel importante” (COUTINHO, 1994, p. 30-31).

desconsidera seu insight e reafirma a unidade essencial do poder estatal para garantir o domínio da burguesia, mantendo assim, o núcleo da teoria restrita do Estado.

O austromarxismo, antes da Escola Gramsciana, foi para Coutinho a corrente de pensamento que mais desenvolveu a teoria ampliada do Estado. O austromarxismo foi uma tendência teórico-política do movimento operário europeu que se pretendia uma alternativa ao bolchevismo e à social-democracia. Para Carlos Nelson, os méritos teóricos e políticos dessa corrente estão em ter defendido uma articulação entre democracia direta e representativa, buscando não renegar o parlamentarismo em si, como supostamente Lênin defendia; compreender a república parlamentar como uma correlação de forças dinâmicas e instáveis cujo conteúdo social “do poder do Estado aparece determinado, em última instância, pela relação de forças entre as classes”⁶⁰; e que a transição socialista, isto é, a revolução, deve proceder gradualmente a fim de “não desorganizar a economia e, portanto, de impedir que o proletariado perca o consenso majoritário” (COUTINHO, 1994, p. 44-47).

A despeito dessas inovações, no balanço coutiniano, o austromarxismo oscilou entre uma combinação eclética do bolchevismo e da social-democracia, não logrando construir uma efetiva superação dialética de ambos. A superação só foi alcançada com Antônio Gramsci e a Escola Gramsciana. Sobre Gramsci, já abordamos acima, cabe tratar diretamente da Escola Gramsciana⁶¹. Coutinho formula o problema assim: “a nova teoria processual [de Gramsci] da revolução socialista por ele formulada é compatível com a ideia da dualidade de poderes, ainda que sob uma nova forma, ou há uma relação de exclusão recíproca?” (COUTINHO, 1994, p. 60).

⁶⁰ Essa definição da república democrática denota, claramente, uma compreensão neutra dos aparelhos do Estado. Coutinho mostra que o jurista Hans Kelsen fez essa crítica a Otto Bauer, mas o marxista austríaco fez questão de rechaçar essa compreensão, e respondendo Kelsen – resposta que Coutinho considera satisfatória – diz: “a crítica corrente conhece apenas o marxismo vulgar; e esse, portanto, é o único objeto de sua crítica. O procedimento de Kelsen é um exemplo típico disso. Kelsen conhece de Marx precisamente o que o marxismo vulgar conhece: que Marx apresentou o Estado como uma organização do domínio da burguesia. Kelsen nada conhece das modificações desse axioma geral, das ulteriores aproximações aos fatos, às quais o próprio Marx chegou em suas investigações particulares” (COUTINHO, 1994, p. 45).

⁶¹ O termo “Escola Gramsciana” é de inteira responsabilidade de Carlos Nelson Coutinho. O uso do termo não significa qualquer concordância nossa sobre a existência dessa escola.

Para Palmiro Togliatti a resposta é o seu conceito de democracia progressiva. Um regime em constante processo de construção realizando a disputa pela hegemonia – na sociedade civil e no Estado – buscando conquistar reformas de estrutura que superem, paulatinamente, a ordem capitalista. Nesse sentido, cabe uma articulação e fortalecimento das formas de democracia, direta e representativa, e não a instituição de um poder dual. Para Giuseppe Vacca, porém, é possível conciliar a dualidade de poderes com uma concepção processual da revolução contando com um “movimento de massas permanente e organizado” atuando no âmbito da democracia progressiva e produzindo um poder dual de longa duração histórica.

Dessa concepção de Vacca, Coutinho afirma que defendê-la significa apreender o Estado não mais como encarnação direta e imediata de uma classe atuando a partir da opressão [repressão], mas como resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre as classes dominantes e subalternas, na qual as últimas conseguem impor posições de poder no seio dos aparelhos do Estado (COUTINHO, 1994, p. 64).

A noção do Estado como um equilíbrio dinâmico das classes em presença leva Carlos Nelson ao “último Nicos Poulantzas” como o expoente máximo da teoria ampliada do Estado. Na análise da obra poulantiana, o filósofo baiano destaca o gigantesco papel econômico que o Estado contemporâneo assume retirando parte de sua legitimidade e consenso dessa ação econômica através de agências e empresas estatais. Nesse sentido, Poulantzas teria incorporado à tradição gramsciana muitas das formulações da teoria francesa sobre o CME e das posições da Escola da Derivação sem o economicismo presente nessas correntes. Em segundo lugar, ao definir o Estado capitalista, o pensador grego apresenta uma original concepção:

“O Estado [...] não deve ser considerado como uma entidade em si, mas – do mesmo modo, de resto, deve ser feito com o ‘capital’ – uma relação, mais exatamente, como a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, tal como essa se expressa, sempre de modo específico, no seio do Estado” (POULANTZAS apud COUTINHO, 1994, p. 65).

A partir dessa conceituação, “superando dialeticamente Gramsci”, Poulantzas postula uma guerra de posições no seio do Estado, que não é um Estado-fortaleza,

no qual as massas estão fora, mas “reforçar, coordenar e dirigir” os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, criando e desenvolvendo novos. Assim estão completadas, no essencial, as contribuições à teoria do Estado ampliada na tradição marxista. Ela não é uma superação gnosiológica dos clássicos, mas, como Coutinho sublinha durante todo o ensaio, uma superação histórico-ontológica posto que nosso tempo impõe essas determinações.

Deixaremos para o terceiro capítulo da dissertação uma incursão sobre o quanto a teoria do Estado de Coutinho corresponde à dinâmica real do processo de dominação política no Brasil. Por hora, cabem alguns apontamentos teóricos e filológicos sobre A dualidade de poderes.... Primeiro, esse escrito é como já afirmamos, o mais completo de toda obra coutiniana no balanço da teoria política marxista; sem embargo, é um ensaio precário e falho desde uma perspectiva filológica e de fidelidade a uma análise criteriosa da obra dos autores abordados. Senão, vejamos.

Não há explicação plausível para reduzir na pesquisa da teoria do Estado e da revolução de Marx e Engels os textos consultados por Coutinho. O filósofo reconhece, em nota de rodapé do ensaio, que o “18 Brumário de Luis Bonaparte” é “talvez a mais rica e concreta análise do Estado e das classes” de Marx, todavia, deixa de fora essa obra como o conjunto das chamadas obras históricas de Marx e Engels: “18 Brumário de Luis Bonaparte”, “A luta de classes na França”, “A guerra civil na França”, “Revolução e contrarrevolução na Alemanha” e “As guerras camponesas na Alemanha”. Todos esses escritos – para além de outros de menor fôlego – são do período 1848-52 (com exceção de “A guerra civil na França” que é um estudo da Comuna de Paris). A retirada deles do arco de análise, sem incluir os próprios problemas de interpretação dos textos que Coutinho aborda, inviabiliza qualquer pesquisa consistente das posições de Marx e Engels sobre o Estado e a revolução⁶².

⁶² “A conclusão que leva à tese do Estado-coerção em Marx, como mero instrumento, sem mais, nas mãos das classes dominantes, padece das deficiências de uma postura não dialética e com baixo rigor analítico dos próprios textos marxianos postos como alvos da crítica. A tese é também bastante redutora. Por que razão apenas no Manifesto a tese do Estado-coerção encontraria respaldo e não antes, nos textos desse período de 1843-1844 ou depois de 1848? É toda obra de Marx que se ilumina a partir do Manifesto ou, ao contrário, é o Manifesto que se revela telegráfico, dados os objetivos postos, quando se toma todo o itinerário marxiano? Mas isso também seria o fracasso da

Há, nesse ponto, uma curiosa convergência entre Carlos Nelson e Louis Althusser (1997, p.100), adversários teóricos em quase todas as questões polêmicas da teoria marxista: ambos defendem que a teoria do Estado de Marx estava centrada na noção da predominância dos aparelhos repressivos do Estado na dominação política, e produzem esse diagnóstico a partir de uma seleção arbitrária dos textos marxianos.

A carência de rigor filológico e metodológico chega ao ápice na abordagem do dito “último Engels”. Quando afirma que em suas obras tardias ele supera a concepção restrita do Estado, Coutinho usa para sustentar sua posição a Introdução de 1895 de “As lutas de classes na França”. Daquele curto trecho “contratualista” induz uma série de consequências teóricas controversas e ignora, completamente, que aquela introdução foi adulterada pela social-democracia alemã. Em cartas de 1 de abril de 1895, endereçadas a Karl Kautsky e outra em francês para Paul Lafargue, diz o cofundador do materialismo-histórico

Vejo hoje com espanto no Vorwaerts (órgão central da socialdemocracia alemã, do qual W. Liebknecht era o chefe de redação), um extrato de minha introdução, reproduzindo sem meu conhecimento, e arranjado de maneira a me fazer aparecer como um adorador da legalidade a qualquer preço. Por isso tanto maior é meu desejo de que a introdução apareça sem cortes em NeueZeit (órgão teórico da socialdemocracia alemã) a fim de que esta impressão *vergonhosa* seja apagada. Direi muito claramente a Liebknecht minha opinião sobre este assunto, bem como àqueles, sejam quem forem, que lhe deram esta ocasião de *desnaturar* minha opinião (carta a Kautsky)

[...] Liebknecht acaba de me pregar uma bela peça (“joli tour”). Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática *a todo custo pacífica e antiviola* que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só preconizo *para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva*. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável (carta a Lafargue) (MORAES, 2001, p. 37 – grifos no original).

Como se percebe, Engels desautoriza toda lógica da interpretação de Carlos Nelson. Não só desautoriza teoricamente – refutando qualquer possibilidade de lhe

própria tese sustentada particularmente por Coutinho, pois Gramsci teria, nesse sentido e apenas nesse sentido, superado tão somente um instrumento de propaganda. Ao retomar a maneira como Marx buscou, nos casos concretos, identificar o movimento real da forma política no nexos com as forças motrizes de ordem primária, fica evidenciada a reciprocidade entre os traços universais, comuns, dos Estados capitalistas e a particularidade de cada caso. Desse modo, foi possível determinar que a violência extraeconômica é uma possibilidade que não resume o complexo da política, sem deixar de ser com isso um dos seus momentos recíprocos importantes” (CUNHA, 2017, p. 299).

atribuir uma teoria ampliada do Estado -, como o faz a partir de uma explícita indignação moral colocando que é vergonhoso ser considerado um “adorador da legalidade” e de um caminho “pacífico e antiviolenço” ao socialismo. Carlos Nelson conhecia esses duas cartas (e outras) e a história da falsificação. Cita, na nota número 30 do seu ensaio, o livro “*Marxismo y revisionismo. La crítica bensteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*” de Bo Gustafsson, que é um dos estudos mais completos até hoje produzidos sobre o revisionismo e que esquadrinha, com riqueza de detalhes e documentação, a falsificação que a social-democracia alemã operou sobre as posições de Engels e também a sua reação. O motivo que levou Coutinho, mesmo conhecendo todo esse debate, a ignorá-lo não pode ser respondido, teoricamente, nessa pesquisa.

Ao abordar Lênin e Trotsky, as inconsistências permanecem. Como já indicamos, a crítica de Coutinho ao líder bolchevique se resume a “O Estado e a Revolução”. O conjunto da obra leniniana é ignorado. Como bem pontua Netto (2004, p. 128) “Não se pode imputar seriamente o desconhecimento do caráter ‘ampliado’ do Estado” a Lenin. Netto completa afirmando que “segundo alguns intérpretes, muito precocemente ele [Lênin] já opera dialeticamente com a noção, por exemplo, de hegemonia” e cita, a título de exemplo, a obra “O pensamento político de Lênin” (1979) do comunista italiano Luciano Gruppi. Essa obra, publicada em português, foi traduzida pelo próprio Carlos Nelson Coutinho. Se é possível sustentar uma concepção instrumentalista e até certo ponto reducionista em “O Estado e a Revolução”, posição por si só controversa e que discordamos, o mesmo não se justifica para o conjunto da obra de Lênin⁶³.

A mesma crítica pode ser apontada na análise da produção de Leon Trotsky. Ademais de confundir na obra trotskiana regime político e forma de Estado, Coutinho centra a análise na obra História da Revolução Russa, especialmente no capítulo “A

⁶³Coutinho atribui à dimensão restrita da teoria leniniana do Estado a sua atuação como agente política na realidade nacional russa. Netto, argutamente, mostra os limites dessa interpretação: “Não creio que esta explicação de corte sociológico seja inteiramente desprovida de sentido, mas ela não faz justiça à universalidade teórica de Lênin. A hipótese que me parece mais plausível vincula-se à contextualidade de O Estado... que esbocei anteriormente, à projeção estratégica lenineana que se articula no decurso da Primeira Guerra Mundial [...] A projeção lenineana da realidade imperialista apontava para o esvaziamento da substância dos institutos democráticos e, conseqüentemente, para a hipertrofia das funções coercitivo-repressivas do Estado [...] Na verdade, no quadro de sua avaliação das linhas de forças evolutivas da ordem imperialista, Lênin considera que o movimento dominante é o que se orienta para conversão do Estado em instrumento direto do capital monopolista” (NETTO, 2004, p. 129).

dualidade de poderes”, não abordando o conjunto da produção do fundador do Exército Vermelho sobre os países capitalistas centrais: França, Alemanha e Inglaterra. É sabido que em sua produção Trotsky debateu amplamente essas formações sociais e segundo Perry Anderson (2002, p. 95 – grifos nossos):

Seus escritos [de Trotsky] sobre as três maiores formações sociais da Europa ocidental no período entre as duas guerras são, de longe, superiores àqueles dos Cadernos do Cárcere [de Antônio Gramsci]. *Eles continuam, na verdade, a única teoria desenvolvida de um Estado capitalista moderno que produziu o marxismo clássico*, seus textos sobre a Alemanha nazista. *Entretanto, se a matriz histórica de Trotski no que concerne às estruturas sociopolíticas específicas do capitalismo nos principais países da Europa ocidental não tinham equivalente em sua época*, ele nunca colocou o problema de uma estratégia diferenciada para realizar a revolução socialista neles, diferente da que havia ocorrido na Rússia, com o mesmo ardor ou lucidez de Gramsci. Nesse aspecto essencial, suas questões eram menos problematizadoras.

Portanto, como podemos perceber, a forma de seleção, e consequentemente as exclusões, impossibilita uma análise com bom nível de qualidade sobre a teoria dita clássica do marxismo sobre o Estado e a revolução. Além disso, o filósofo baiano seleciona em seu trajeto pela tradição marxista apenas autores europeus furtando-se de analisar a rica tradição teórica e prática latino-americana sobre o Estado, a revolução e a dualidade de poderes. Bolívia, Chile, Argentina, para ficar apenas com três exemplos, são países legatários de uma sólida tradição crítica na reflexão dos temas de A dualidade de poderes.... Theotônio dos Santos é autor de “Socialismo ou fascismo: o dilema latino-americano”, Ruy Mauro Marini de “El reformismo y lacontrarrevolución. Estudios sobre Chile”. Esses dois escritos contribuem bem mais que as análises de Togliatti ou Vacca, por exemplo, na apreensão da estratégia socialista em “Nuestra América”. Como indica Ouriques (2014, p. 85) “faltou a América Latina na reflexão de Coutinho”. Essa ausência debilita o diagnóstico qualificado que se pretende fazer para apreender as determinações do Estado em nosso tempo, desconsiderando as particularidades do processo de dominação política na periferia capitalista⁶⁴.

⁶⁴ Nesse ponto, cabe uma nota teórico-metodológica importante: “O tema do Estado capitalista dependente constitui tema muito pouco discutido [...] Muitos autores que se propõem a analisar o tema do Estado no capitalismo não distinguem, de maneira rigorosa, Estados imperialistas de Estados dependentes. Em alguns casos, produzem-se análises dos condicionantes internos de tais Estados, ignorando-se o caráter hierárquico do sistema interestatal e as assimetrias de poder e de soberania entre os Estados em nível mundial. Em outros, prevalece uma desarticulação entre as

Essa predominância de teóricos dos países centrais do capitalismo, longe de ser apenas um simples critério de seleção dos autores considerados mais importantes por Coutinho, é reflexo de uma premissa fundamental do seu ensaio e de toda sua obra. A premissa é que em todas as sociedades modernas – ou ocidentais no sentido gramsciano – a exploração dá-se, sobretudo através da mais-valia relativa possibilitando uma “política de conquistas parciais e de ‘concessões’ aos trabalhadores, modifica também o próprio modo de atuação do Estado” (dito de outra forma: o autor não encontra as particularidades histórico-concretas no regime de acumulação de cada formação social assemelhando todas as sociedades ocidentais) (COUTINHO, 1994, p. 21). Como mostramos no capítulo I da dissertação, esse equívoco de compreensão da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil e nos demais países de capitalismo dependente, herança do marxismo modernizante nunca totalmente superado, coloca como possibilidade histórica uma capacidade de democratização indeterminada das estruturas e relações sociais das formações sociais analisadas.

Tal possibilidade democratizante, sem fundamento teórico e carente de demonstração histórica na América Latina, constitui grave debilidade teórica e política da reflexão contida em “A dualidade de poderes”. Cabe no próximo capítulo, na investigação sobre o reformismo revolucionário, apontar as consequências e debilidades dessa concepção na estratégia da revolução brasileira produzida por Carlos Nelson.

4 “O DEVER DE TODO REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO”: O REFORMISMO REVOLUCIONÁRIO E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O debate sobre reforma e revolução no movimento comunista mundial explodiu a partir do final do século XIX e início do século XX, na Segunda Internacional, com o Bernstein-debate. Desse período até os anos de 1970, a controvérsia reforma-revolução foi uma das marcas do movimento operário no mundo. A partir dos anos de 1980 com a contrarrevolução neoliberal, o programa da revolução saiu do horizonte político da maioria das organizações e intelectuais de esquerda e a defesa da democracia e dos direitos sociais passou a ser o horizonte “possível” buscado.

Carlos Nelson Coutinho foi um dos intelectuais, na esquerda brasileira, que não só se manteve como um “marxista convicto e confesso”, como também continuou tendo como seu principal programa de pesquisa a Revolução Brasileira. A queda do Muro de Berlim para o filósofo baiano, ao contrário de muitos pensadores que pediram para “esquecer o que tinham escrito”, só fortaleceu a necessidade da revolução e de atualizá-la a partir dos novos elementos desenvolvidos na formação social brasileira e no capitalismo contemporâneo. Essa renovação do programa da Revolução Brasileira encontra na obra coutiniana seu conceito-síntese no reformismo revolucionário.

Nesse capítulo iremos trabalhar a formulação coutiniana sobre o reformismo revolucionário como concepção de revolução adequada à hodierna realidade nacional. Buscaremos, na exposição, mostrar os pontos centrais da formulação, sua fonte de legitimidade histórica (a partir de que experiências do movimento dos trabalhadores o autor sustenta a viabilidade do reformismo revolucionário) e questionar sua potencialidade enquanto estratégia revolucionária. Ao completar a exposição sobre essa teoria, teremos reconstruído nos seus determinantes fundamentais, a estratégia socialista de Carlos Nelson. Assim poderemos analisar sua caracterização enquanto fenômeno particular de uma época, apontar seus limites na apreensão teórica do real e consequentemente em sua formulação política.

4.1 O reformismo revolucionário como alternativa teórico-política.

A importância das lutas por reformas na obra coutiniana tem longo histórico. Como vimos nos capítulos anteriores, a luta pela renovação democrática contra os efeitos do prussianismo passava por conquistar um conjunto de reformas democratizantes nas estruturas de poder, cultura, economia, propriedade da terra etc. Nos anos 80 do século passado, com a consolidação da matriz analítica gramsciana e a reflexão sobre o CME, a relevância das reformas, possibilitada pelas mudanças na dinâmica capitalista brasileira, foi negritada e colocada como o caminho ao socialismo. A luta pelas reformas não era um simples acúmulo de forças até o momento do grande dia da tomada do poder, mas o caminho de construção do socialismo: a realização das reformas e a ampliação da democracia se fundem, na reflexão do autor, com a edificação do socialismo.

Contudo, a partir da elaboração do reformismo revolucionário o papel das reformas na luta pelo socialismo e o conceito de revolução na obra coutiniana ganham um novo nível de consistência teórica e fundamentação histórica. A criação do termo reformismo revolucionário, segundo Coutinho, foi feita por André Gorz quando ele “ainda era marxista” e visava “expressar essa ideia de que a revolução é processual, não é algo contraposto às reformas, não ocorre num momento definido ou num curto espaço de tempo e nem implica a completa quebra da máquina do Estado” (COUTINHO, 2000, p. 133)⁶⁵. Para o autor, diferentemente do seu conceito de “democracia como valor universal”, o reformismo revolucionário foi menos assumido pela esquerda brasileira⁶⁶. Mas o que é o reformismo revolucionário?

⁶⁵Ao que parece, segundo informações de nosso orientador, a noção de reformismo revolucionário não foi idealizada por André Gorz, e sim, por Luigi Longo, secretário geral do Partido Comunista Italiano após a morte de Palmiro Togliatti. Nossa pesquisa, infelizmente, não conseguiu ter acesso às formulações de Longo para compará-las com as de Carlos Nelson Coutinho.

⁶⁶Já Ouriques (2014, p. 84), discordando da avaliação de Coutinho, diz o contrário “muito antes de Lula chegar ao governo, Carlos Nelson Coutinho foi quem mais desenvolveu certo revisionismo nas teses clássicas defendidas por grande parte da esquerda brasileira, especialmente aquela que se abrigou no interior do PT, ele sustentou a necessidade de um ‘reformismo revolucionário’ destinado a ‘aprofundar a democracia e superar o capitalismo’ [...] Observando em perspectiva e muito possivelmente contra as convicções de [...] Coutinho, a nova formulação foi útil para a fração hegemônica do PT, que não perdeu tempo em dar certo brilho intelectual para a tradicional incorporação dos melhores filhos do proletariado à ordem burguesa”.

Coutinho começa sua exposição trabalhando os elementos já expostos nos capítulos I e II da dissertação. As teses da modernização-ocidentalização da formação social brasileira, o caráter ampliado do Estado, a necessidade de fazer concessões econômicas, políticas e sociais para garantir legitimidade social, e também o centro da acumulação capitalista, hodiernamente, ser a mais-valia relativa e não mais, como no “protocapitalismo” (termo de Carlos Nelson), a mais-valia absoluta, permite e impõe pensar um novo conceito de revolução adequado a esses determinantes. Nesse processo de formulação, a análise teórica se funde com o diagnóstico histórico e o balanço de Coutinho sobre as duas principais expressões do movimento operário no século XX, a social-democracia e o movimento comunista, é fundamental para entender sua proposta de revolução; aqui, faz-se necessária essa longa citação:

Não foi por acaso, assim, que o setor majoritário do movimento operário e socialista dos países “ocidentais” (no sentido gramsciano da expressão) passou a adotar uma política reformista; sem vacilações, no caso da social-democracia depois da guerra de 1914-18; com vacilações cada vez menores, no caso do comunismo ocidental depois da experiência das Frentes Populares dos anos 30. Entusiasmado com a possibilidade de “concessões” por parte do Estado capitalista, Eduard Bernstein foi o primeiro a propor claramente, já em 1898, que os partidos socialistas abandonassem a luta pelo “objetivo final” e se empenhassem num “movimento progressivo” de reformas constantes. Embora Bernstein tivesse sido politicamente derrotado quando formulou sua proposta, esta se tornou paulatinamente hegemônica na ala majoritária do movimento operário ocidental, ou seja, na social-democracia. Penso ter chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a social-democracia é em grande parte responsável) e reconhecer claramente que essa opção dos socialdemocratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do “Ocidente” significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países “orientais” que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado “socialismo real”) (COUTINHO, 2000, p. 43).

Como é perceptível nesse longo trecho, para o filósofo baiano, a social-democracia não só foi superior ao movimento comunista e aos países do “socialismo real”, como seu problema foi não ter sido suficientemente reformista; o limite fundamental da social-democracia foi sua incapacidade de transformar “o significativo processo reformista que desencadeou num efetivo movimento de superação da lógica do capital e de suas mais gritantes contradições” (COUTINHO, 2000, p. 44). Na reflexão do autor, portanto, trata-se de realizar uma espécie de

“*aufhebung*” hegeliana: conservar o reformismo social-democrata, aniquilar seus limites e levá-lo a um patamar superior através do reformismo revolucionário.

Para Coutinho o reformismo social-democrata tinha, essencialmente, duas limitações. No plano econômico, a ampliação crescente dos direitos sociais é, em longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista. Nesse sentido, percebe uma espécie de “equilíbrio” na temática das políticas sociais: sua ampliação máxima inviabiliza a acumulação do capital e sua eliminação completa, sem rompimento das “regras consensuais que fundamentam uma ordem política liberal-democrática”, não é possível (COUTINHO, 2000, p. 45). Frente a essa contradição, a maioria dos partidos social-democratas adotou o neoliberalismo; para Coutinho, a alternativa seria:

A obtenção do consenso político necessário para reformas de novo tipo, efetivamente estruturais, para que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos. Isso demanda modificações no estatuto da propriedade, que levem a um efetivo controle público (não necessariamente estatal) dos setores-chave da economia; não se trata de eliminar o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico), mas sim de fazer com que o setor público – com controle público – se torne o setor hegemônico, o que implica conceber também a propriedade como um direito social (COUTINHO, 2000, p. 46).

Ou seja, é preciso buscar uma política reformista que questione a propriedade privada e acabe com a lógica privatista da produção, consumo e investimento. Na realização dessas reformas, o segundo limite a ser superado é a visão a respeito da burocracia estatal como neutra ou instrumental, uma instituição que serve a quem controla o governo. O papel central da burocracia estatal na execução das políticas sociais e reformas assume traços de revolução passiva na medida em que o aparato burocrático do Estado, na função mediadora, seleciona, filtra e distorce as demandas populares.

A prática do reformismo revolucionário requer uma nova forma de fazer política, ou seja, por meio do controle efetivo da máquina administrativa do Estado, desburocratizando a política e a ação organizada do proletariado: “em outras palavras: só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para a ‘sociedade civil’ e seus atores, é possível fazer com que uma

política consequente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo” (COUTINHO, 2000, p. 47). O autor conclui que ao contrário do que Bernstein defendia, a política reformista para ter sucesso não deve abandonar o objetivo final, mas utilizá-lo como guia para hierarquização da luta pelas reformas, para a política de alianças etc. Resumindo a tese, com grifos do autor, “um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário”⁶⁷ (COUTINHO, 2000, p. 48).

Como podemos perceber, trata-se de continuar na trilha da social-democracia, mantendo sua escolha “democrática” e reformista, mas ao mesmo tempo, superá-la propondo reformas que incidam sobre a propriedade privada e a acumulação de capital em um movimento de ampliação da democracia com vistas à criação de uma democracia de massa, não confiando nos aparatos burocráticos do Estado como a única mediação de aplicação das reformas⁶⁸. A social-democracia, nesse sentido, é tomada como um exemplo positivo⁶⁹. Mas não só. Coutinho, no seu

⁶⁷Em outro escrito o autor diz: “devemos, por meio de reformas profundas, de reformas de estrutura, apontar na direção da transformação da ordem social. É nessa medida que as reformas que pretendemos são revolucionárias: porque não se limitam a ‘reformular’ o existente, mas têm um objetivo, uma meta. E qual é esse objetivo? É fazer com que, no lugar da lógica capitalista do lucro privado, passe a funcionar uma lógica – a lógica socialista – que visa prioritariamente ao bem-estar social” (COUTINHO, 2000, p. 133).

⁶⁸Nesse ponto, cabe um esclarecimento. Coutinho, especialmente a partir dos anos 90, passa a qualificar a social-democracia como um momento de revolução passiva. Ele foi um dos gramscianos brasileiros que realizou combate aos que queriam adotar esse conceito de Gramsci como algo a ser reivindicado pelas organizações de esquerda (COUTINHO, 2011). Mesmo considerando a social-democracia como revolução passiva, na formulação do conceito, enaltece o momento de transformação na análise: “Foi precisamente o que aconteceu na época do *welfare state* e dos governos da velha social-democracia. Com efeito, o momento da restauração teve um papel decisivo no *welfare*: através das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas essa restauração se articulou com momentos de revolução, ou, mais precisamente, de reformismo no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção pelos governos capitalistas de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistas significativas [...] vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital” (COUTINHO, 2012, p. 122).

⁶⁹“Parece-me necessário insistir, porém, em que chegou o momento de superar velhos preconceitos e reconhecer que a ação histórica do movimento socialdemocrata foi essencialmente positiva: explorando as possibilidades abertas pela intensificação da socialização da política no interior do capitalismo, a social-democracia conquistou substantivas reformas econômicas e políticas, tornando-se assim a principal responsável pela ampliação da democracia e pela constituição do *welfare state* nos países capitalistas desenvolvidos. Mas a extensão da cidadania por meio da incorporação de novos direitos políticos e sociais revelou-se, em longo prazo, contraditória com a permanência da lógica privatista do capitalismo: o *welfare state* converteu-se num obstáculo à retomada da acumulação capitalista depois da primeira recessão que se seguiu ao extraordinário boom do segundo pós-guerra” (COUTINHO, 2000, p. 107).

balanço não sistematizado e na maioria das vezes implícito das lutas dos trabalhadores no século XX, busca recolher positivamente outros exemplos.

Para o autor, Mikhail Gorbachev, quando secretário geral do PCUS, buscou empreender reformas revolucionárias para renovar a União Soviética. Nas palavras de Carlos Nelson “a proposta gorbachoviana – ao mesmo tempo em que retomava o núcleo do projeto democrático-radical do marxismo (o autogoverno dos trabalhadores, fundado na participação popular autônoma e organizada) – recolhia também importantes elementos da herança liberal, como, por exemplo, a ideia da divisão dos poderes [...]”; o fim da URSS sobre Gorbachev, para Coutinho, não anula o valor de suas reflexões. Aliás, o autor, ao tratar da União Soviética, não despreza o papel positivo dos soviéticos no século XX, citando a contribuição na derrota do nazifascismo, combate ao colonialismo e a pressão objetiva que sua existência exerceu na conquista dos trabalhadores em países capitalistas; chega a afirmar que “malgrado os seus descaminhos e impasses, foi até agora a única experiência efetiva orientada no sentido de superar o capitalismo” (COUTINHO, 2000, p. 72).

Mesmo com esses “elementos positivos”, o paradigma soviético, terceiro-internacionalista ou bolchevique, noções que se confundem na obra coutiniana, deve ser superado. Como vimos, o balanço do autor exige um acerto de contas duro com a tradição bolchevique e seu explícito abandono, sendo o reformismo revolucionário “pós-comunista” e “pós-socialdemocrata”. Além das referências positivas ao projeto dito reformista de Gorbachev, Coutinho em vários momentos de sua obra tece elogios à experiência eurocomunista. Categorizando-a como uma tentativa de renovar o marxismo, recuperar o caráter libertário e pluralista do socialismo, superar o stalinismo e a social-democracia, recuperar o núcleo crítico do marxismo, a mais avançada experiência democrática do movimento comunista etc. (COUTINHO, 1999; 1989; 2007; 1994; 2000).

Várias categorias importantes da obra de Carlos Nelson, como socialização da política e democracia de massa, são do eurocomunista italiano Pietro Ingrao⁷⁰. A

⁷⁰ “Como observa Bob Jessop, há duas tendências no eurocomunismo, uma de direita e outra de esquerda. A tendência mais à direita tende a ver a transição democrática ao socialismo de gradual à progressiva, baseada numa aliança de classe antimonopolista sob a liderança do Partido Comunista, sem transformação dos aparatos do Estado, haja vista que os concebe enquanto instituições neutras, no fortalecimento do parlamento no controle sobre o Estado e da economia, e incorporar os

despeito das várias remissões elogiosas ao eurocomunismo e a seu principal partido de referência, O PCI (Coutinho considera sua grande frustração na política não o fim da URSS, mas sim o fim do PCI), o autor nunca abordou com o mínimo de profundidade os motivos da falência dessa corrente e seus partidos. Podem ser achados em sua obra apenas comentários rápidos e assistemáticos que pouco explicam esse processo histórico⁷¹.

Sua construção teórica e o balanço histórico das experiências do movimento operário se combinam com uma analítica do presente que considera que todas as conquistas sociais, na atualidade, tem potencialidade de choque com a ordem do capital. A partir dessa perspectiva, o filósofo baiano passa a defender a cidadania⁷² como parte do projeto reformista revolucionário e a considera, também, incompatível com a lógica do capital se levada até as últimas consequências. Para Carlos Nelson, a modernidade, vista historicamente, é um longo e contraditório processo de avanços e recuos da cidadania, sendo determinada pela dinâmica da luta de classes. Cidadania, democracia e direitos sociais, em suas realizações, estão em antagonismo com a ordem do capital. Fontes (2012, p. 192-193) sintetiza bem, tomando esse prisma, a perspectiva do reformismo revolucionário:

A reflexão subjacente à defesa do reformismo revolucionário envolve sustentar que os processos históricos de reforma social, mesmo não alterando as relações sociais de produção, correspondem a vitórias pedagógicas da economia política do trabalho, não resultando de iniciativas burguesas. Desse ponto de vista, tende a considerar como reformas apenas aquelas que extrapolam os limites interpostos pela dinâmica liberal e pela

sindicatos na formulação do planejamento econômico. Em suma, vê o socialismo democrático como uma longa e vagarosa marcha por meio das instituições da sociedade política e civil. Já a posição de esquerda do eurocomunismo tende a ver a transição como uma longa série de rupturas, com base no nacional-popular, numa ampla aliança que envolve tanto os novos movimentos sociais, como também numa aliança de classes e organizada de modo plural. Além disso, compromete-se profundamente com as transformações dos aparatos estatais como parte do processo democrático e na reestruturação do Estado e da economia a partir de uma democracia de base, da autogestão e na unificação de um fórum parlamentar” (MOTTA, 2014, p. 123-124).

⁷¹Esse trecho é exemplar sobre a forma que Carlos Nelson aborda o PCI e a experiência eurocomunista: “a mais brilhante tentativa de [...] criação de uma nova proposta que combinava explicitamente reforma e revolução, foi a tendência conhecida como “eurocomunismo”, que floresceu em meados dos anos 70 e não casualmente teve seu principal expoente no Partido Comunista Italiano, um partido fundado por Antonio Gramsci e dirigido posteriormente por Palmiro Togliatti e Enrico Berlinguer. [...] Por motivos que aqui não posso analisar, o eurocomunismo terminou por ser abandonado pelos poucos partidos comunistas que em algum momento o adotaram. Com esse abandono e o colapso do “socialismo real”, não são muitos os PCs que continuam hoje a ter efetiva influência nos países capitalistas” (COUTINHO, 2006, p. 83).

⁷²Coutinho define cidadania como “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 2000, p. 50).

reprodução do capital, impondo, portanto, conquistas que conservam estreita relação com uma direção claramente socializante. De maneira similar, considera que as conquistas com teor democratizante (aquelas que, mesmo contidas no âmbito limitado das instituições liberais, ampliam sua participação efetiva), por nascerem no solo escassamente fértil das instituições liberais – mantendo com elas, portanto, uma relação estreita de conservação e superação -, resultam de lutas dos subalternos, nada devendo nesse sentido aos epígonos da “economia política do capital” [...] A aderência às reivindicações dos trabalhadores – mesmo se limitadas a conquistas no interior da dominação capitalista, quer como aumento de salários, quer como ampliação de direitos – é a condição pela qual a experiência concreta da contradição social se põe em marcha convertendo-se em luta.

Um dos maiores questionamentos que Coutinho recebeu sobre sua formulação do reformismo revolucionário foi da suposta ausência da noção de ruptura: tratando sua proposta política como uma marcha gradual e evolucionista ao socialismo. A perspectiva do filósofo baiano, assim como dos eurocomunistas de esquerda, não exclui a ruptura e não pressupõe uma etapa reformista ou democrática ao socialismo. A noção da revolução do reformismo revolucionário compreende àquela como um processo de superação da ordem do capital, em que a temporalidade não altera a substância do movimento. Como vimos no capítulo II da dissertação, a revolução explosiva e centrada em um curto espaço-tempo é descartada como anacrônica em razão dos determinantes da formação social – ocidentalização, Estado ampliado, presença de uma sociedade civil forte e articulada etc. – e a revolução processual, no seu acúmulo de transformações, gera a ruptura própria dos processos revolucionários.

Assim não haveria uma etapa democrática ou reformista ao socialismo, pois essas transformações são, necessariamente, colidentes com a ordem do capital. Fazer reformas, ainda que no imediato não apresentem contradição com o capitalismo, é o caminho para o socialismo. Essa compreensão do processo revolucionário também está conectada com a análise coutiniana do neoliberalismo como um período essencialmente contrarreformista, não comportando assimilações das reivindicações, ainda que de forma passiva, das classes trabalhadoras. Se as concessões, como o Estado de bem-estar social e a democracia política, são sempre fruto da luta de classes, em uma época contrarreformista, essas conquistas perdem até seu caráter concessório e de convivência pacífica com a acumulação capitalista.

Para concluir, cabe destacar que em uma nota de rodapé ao final de seu ensaio sobre reformismo revolucionário, Coutinho comenta rapidamente sobre uma particularidade do capitalismo brasileiro frente à conquista de direitos sociais e democráticos afirmando que “é inegável que o limite máximo que o capitalismo dependente brasileiro põe à implementação de direitos sociais é mais restrito do que aquele permitido pelo capitalismo dos países desenvolvidos”; a despeito dessa diferença – não especificada em seu fundamento - continua o autor “isto, contudo, não anula a validade, em nosso país, de uma estratégia reformista revolucionária: apenas determina que, entre nós, a luta por efetivas reformas de estrutura assumam mais precocemente um caráter anticapitalista” (COUTINHO, 2000, p. 48).

Fica patente a consideração do caráter essencialmente anticapitalista de toda reivindicação dos subalternos organizada politicamente e também os limites reformistas para atender as demandas populares, como nessa especificidade do capitalismo dependente brasileiro, que só potencializa o sentido anticapitalista da luta popular.

4.2 O reformismo revolucionário à luz da história: balanços e perspectivas

Como afirmamos no capítulo I da dissertação, o programa de pesquisa da obra de Carlos Nelson Coutinho é a Revolução Brasileira. A essência da teoria da revolução coutiniana foi produzida durante um período histórico de contrarrevolução mundial. A grande Revolução Russa de 1917 abriu um longo ciclo de lutas com revoltas e revoluções espalhadas por todo mundo e que ameaçaram efetivamente a existência do capitalismo, mas, a partir dos anos de 1970, a ordem do capital equilibra a correlação de forças e parte para uma ofensiva vitoriosa.

Essa conquista do capitalismo sobre os trabalhadores do mundo, para além das desastrosas consequências econômicas, sociais e políticas, consolidou uma hegemonia político-cultural avassaladora sobre as classes exploradas e seus intelectuais. Mesmo os que mantiveram-se fiéis à revolução e ao socialismo, como Carlos Nelson, moviam-se no terreno da hegemonia burguesa, ocupando-a pela esquerda.

A hegemonia ideológica de uma classe se expressa construindo uma problemática que domina os temas de pesquisa, conceitos, leitura histórica, fontes teórico-epistemológicas etc. Utilizando uma metáfora, é como se uma problemática hegemônica fosse uma espécie de jaula, e ainda que se possa mover dentro dela, não saindo da jaula, mantêm-se preso na problemática hegemônica – isto é, sob o domínio das formas ideológicas da ordem. O verdadeiro enfrentamento a essa hegemonia ocorre não por disputar os elementos da problemática, colocando-os tonalidades vermelhas, mas construindo uma negatividade, escovando seus elementos a contrapelo.

Nesse sentido, a obra coutiniana, buscando opor-se à marcha da contrarrevolução em curso, é uma tentativa necessária em seu período histórico de resistir ao amoldamento à ordem burguesa, buscando manter a perspectiva socialista, mas, fazendo-a a partir de uma ocupação da problemática hegemônica pela esquerda. A tentativa, por exemplo, de fazer uma leitura socialista das formas ideológicas do capital, como liberalismo, contratualismo, desenvolvimento e cidadania, é uma das expressões, dentre outras, do sentido da produção de Carlos Nelson Coutinho. Assim, por caminhos diferentes, chegamos à mesma conclusão que Neves (2017, p. 3-4):

Pode-se mesmo dizer que ele corresponde, até certo ponto, ao concreto pensado desse processo – ou a tal processo tomado enquanto concreto pensado –, captando o movimento de amoldamento à ordem democrático-burguesa experimentado por amplos setores da classe trabalhadora brasileira e internacional, refletindo-o de modo unitário e coerente, soldando-o ideologicamente e, até certo ponto, justificando-o na medida em que afirma a democracia como o melhor e mais seguro caminho ao socialismo. Por isso a supramencionada interação entre marxismo, liberalismo e contratualismo esteve, na medida em que era mobilizada para analisar finamente e refletir fielmente a realidade em que se buscava intervir, na base da força e da capacidade de ampla reverberação social do pensamento coutiniano. Por outro lado, na medida em que apontava para a afirmação do caminho que a classe de fato percorria como o caminho do socialismo – e não como o caminho da renegação da possibilidade de revolução e evicção das relações sociais de capital onde ele efetivamente aportou –, aquela mesma interação esteve na base de alguns dos mais importantes limites do pensamento político coutiniano.

Devido à correlação de forças entre as classes em âmbito nacional e mundial, era compreensível sustentar essa posição defensiva com horizonte socialista. Como citamos na Introdução, até a crise mundial de 2008, o espaço político para construir um projeto revolucionário com níveis variados de adesão de massa era exíguo. A

possibilidade histórica de recolocar a revolução socialista como programa político dos explorados e oprimidos ressurgir apenas recentemente.

Não é nosso objetivo no âmbito dessa pesquisa expor uma formulação teórica completa da Revolução Brasileira alternativa à de Carlos Nelson. Nos limitaremos a apontar os principais problemas da estratégia socialista coutiniana que precisam ser superados para alçar a teoria revolucionária a um patamar adequado ao momento histórico que vivemos. Vamos abordar três teses que consideramos fundamentais na crítica da estratégia socialista coutiniana (para além de outros apontamentos já realizados nos capítulos anteriores da dissertação): o balanço histórico que fundamenta o reformismo revolucionário, a teoria do Estado e do processo de dominação política e o capitalismo dependente brasileiro na contemporaneidade.

4.2.1 O papel da social-democracia na história do capitalismo.

Autores com substanciais diferenças entre si, como Lênin (2017), Antônio Gramsci (2007) e Rosa Luxemburgo (2011) sublinham um elemento fundamental para compreender o movimento operário europeu e seus rumos que descambaram no fim da II Internacional na Primeira Guerra Mundial: a partir de 1870 se acelera a transição do capitalismo europeu à sua fase monopolista e ganha um novo impulso a expansão colonial com a partilha do mundo.

Essa nova fase do capitalismo combinada com a expansão colonial se articula em uma conjuntura política pós-Comuna de Paris. Como resposta imediata à Comuna, na França, se processa uma brutal e sangrenta repressão ao movimento operário; já na Alemanha de Bismarck e na Áustria-Hungria, “preocupados com a possibilidade de sublevações generalizadas das classes trabalhadoras, buscam promover condições para uma mediação entre capital e trabalho [...] delineiam um ‘Estado assistencial’”⁷³ (COSTA, 2011, p. 55).

⁷³“Em novembro de 1872 [...] tem lugar uma ampla reunião de delegados dos governos da Alemanha e da Áustria-Hungria para definir a luta contra a Internacional, buscar soluções ao problema social e desenvolver os rudimentos de um Estado providente, preocupados pela sorte das classes despossuídas [...] Na reunião citada de novembro de 1872 são apresentadas uma série de propostas para regulamentação estatal do descanso dominical, a limitação do trabalho industrial das mulheres, a indenização por acidentes, a criação de oficinas de trabalho, a introdução de inspetores de fábrica

Evidentemente, esse processo não foi teleológico e totalmente compreendido pelas classes dominantes, seus intelectuais e dirigentes políticos na época. Muitos representantes da burguesia viam as concessões ao movimento operário e sua entrada no parlamento como o canto dos cisnes do capitalismo; outros, porém, buscaram articular estratégias de transformar os movimentos de contestação dos trabalhadores em apêndices da ordem, costurando pactos de conciliação de classe. Nesse enfrentamento, a questão colonial tinha papel destacado.

Rosa Luxemburgo travava uma intensa luta política para não ceder, nas batalhas por ganhos imediatos, ao militarismo e ao colonialismo do Estado alemão – mesmo tendo uma visão negativa dos movimentos de emancipação nacional das colônias e semicolônias -; Lênin e os bolcheviques defendiam uma firme posição de autodeterminação dos povos contra qualquer forma de colonialismo e opressão nacional. Já os representantes mais lúcidos da burguesia, como Cecil Rhodes, ciente da relação orgânica entre expansão colonial e controle da questão social nos países centrais do capitalismo, colocava assim a questão:

Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali os discursos exaltados cuja nota dominante era pão!, pão!, e ao refletir, no caminho da volta para casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo (...). A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes no Rio Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos nos apossar de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente da população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, como sempre digo, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas (LÊNIN, 2012, p. 112).

O debate sobre abandonar o objetivo final da luta socialista ou participar do parlamento estava atravessado por aquela que era a questão fulcral para o movimento operário entre 1870 e 1914: manter uma política internacionalista e de independência de classe em todas as lutas – através das mais diversas formas de luta, inclusive as legais – ou aproveitar a oportunidade criada pelo capitalismo monopolista para conseguir ganhos potencialmente constantes e buscar negociar posições melhores dentro da ordem por meio de apoio à “sua” burguesia monopolista.

segundo modelos ingleses, a criação de instituições educativas para trabalhadores, a reforma do sistema habitacional, a criação de seguros de enfermidade e invalidez e a instituição de tribunais de arbitragem e conciliação” (GONZÁLEZ GARCÍA apud COSTA, 2011, p. 56).

Eduard Bernstein e a maioria do movimento social-democrata, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, seguiram pelo segundo caminho – não como uma escolha livre e espontânea, mas como resultado da luta de classes, cuja consequência foi uma gigante vitória das burguesias sobre os trabalhadores. Losurdo (2006; 2015) apropriadamente chama de “socialismo imperial” essa relação entre subjugação política-ideológica dos trabalhadores ao capitalismo monopolista em troca de ganhos materiais e níveis variados de “integração política”⁷⁴. Para não deixar dúvidas, segue a posição de Bernstein sobre o expansionismo colonial:

Legítimo o que assumiu a política imperial alemã, o assegurar em casos deste gênero [política de Guilherme II na baía de Kiautschou] o direito de codecisão (juntamente e em concorrência com as grandes potências rivais, sobre o destino da China), e exorbitando das tarefas da social-democracia a oposição de princípio às medidas que daí derivarem (...). Quando depois alguns jornais chegaram ao ponto de afirmar que o partido tem de condenar no plano dos princípios e incondicionalmente a aquisição da baía – então não posso de modo nenhum estar de acordo (BERNSTEIN apud LOSURDO, 2006, p. 29).

Lênin foi o líder operário a melhor apreender o pleno sentido, no calor da história em processo, a base econômica, social e política desse amoldamento à ordem da social-democracia. Para o autor de *O Estado e a Revolução*, o capitalismo monopolista criou uma espécie de aristocracia operária inteiramente pequeno-burguesa pelo seu modo de vida, altos salários (tomando como referência o salário médio dos trabalhadores europeus e de outros países) e concepção de mundo, constituindo o principal apoio da Segunda Internacional e o auxílio social da burguesia, demonstrando o vínculo entre “reformismo e chauvinismo” (LÊNIN, 2012, p. 34). A ruptura no movimento operário com a criação dos partidos comunistas, portanto, não pode ser compreendida sem dimensionar esse debate fundamental.

Para adensar ainda mais o argumento, cabe destacar que um dos critérios fundamentais de clivagem dos comunistas das demais tendências políticas dos

⁷⁴Como Losurdo (2015, p. 156) bem registra, Marx e Engels já compreendiam o perigo da dialética entre expansão colonial e aburguesamento do operariado: “já em 1858, Engels não só constata amargurado que o ‘proletariado inglês se aburguesa cada vez mais’, mas acrescenta: ‘afinal, isso é de alguma forma compreensível para uma nação que explora o mundo inteiro’. Cinco anos depois, ele amplifica: ‘do proletariado inglês toda energia revolucionária é quase desaparecida e ele declara-se completamente de acordo com o domínio da burguesia’”. Continua Losurdo: “citei duas cartas de Marx, que chegam às mesmas conclusões: longe de solidarizar com o trabalhador irlandês – ele observa em 1870 -, ‘o operário inglês comum [...] percebe a si mesmo como membro da nação dominante [...]. Sua atitude é muito parecida à dos brancos pobres em relação aos negros nos velhos estados escravistas dos Estados Unidos’”.

trabalhadores foi o “apoio, não em palavras, mas, sim, em ações, a todos os movimentos de emancipação das colônias” como diz a condição oitava das vinte e uma condições de adesão à Internacional Comunista (BRAZ, 2011, p. 130)⁷⁵. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o início da construção do Estado de bem-estar social, as diferenças políticas da social-democracia e do movimento comunista quanto ao colonialismo e o suporte aos movimentos revolucionários da periferia capitalista só se aprofunda: enquanto o campo socialista liderado pela URSS, a despeito de todos os problemas que se possa apresentar, foi ator político fundamental no amparo aos movimentos de emancipação nacional do terceiro-mundo⁷⁶, a social-democracia abraça completamente (com nobres exceções, como a liderança de Olof Palme na Suécia) a manutenção da ordem colonial e neocolonial pelo mundo⁷⁷.

Nesse sentido, a social-democracia, além dos dilemas estratégicos e táticos do movimento como um todo e de cada partido em sua ação nacional, continha uma contradição dilacerante que a impedia de atuar como força revolucionária

⁷⁵Lênin, sobre a questão nacional e colonial, no II Congresso da IC, em 5 de julho de 1920, diz o seguinte “Das teses fundamentais acima expostas decorre que na base de toda a política da Internacional Comunista na questão nacional e colonial deve ser colocada a aproximação dos proletários e das massas trabalhadoras de todas as nações e países para a luta revolucionária comum pela derrubada dos latifundiários e da burguesia. Pois só tal aproximação garante a vitória sobre o capitalismo, sem a qual é impossível suprimir a opressão e a desigualdade nacional” (LÊNIN, 2017, p. 435).

⁷⁶“A União Soviética e os partidos aliados a ela desempenharam um papel crucial na formação política e ideológica dos quadros do movimento [de libertação africana], tendo sido crucial em Moscou no ano de 1930, a escola de Stálin, intuindo preparar quadros marxistas. As repercussões da crise econômica que sacudiam o mundo possuíam uma natureza favorável à tarefa do movimento anticolonial [...] Após ter traçado os mecanismos e as vias para colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio do marxismo-leninismo, segundo o qual, o mundo socialista deveria ajudar àqueles que aspirassem à descolonização [...] A URSS assinou acordos com cerca de quarenta países africanos. Um das mais interessantes dimensões desta cooperação dizia respeito ao ensino e à pesquisa: formação de quadros africanos na URSS, envio de professores e pesquisadores soviéticos às universidades e centros de pesquisa africanos. Aproximadamente 30.000 africanos formaram-se no sistema soviético de ensino superior” (THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010, p. 968-970).

⁷⁷“Na verdade, a Internacional Socialista não se aventurava na América Latina, considerada por ela o quintal dos Estados Unidos. “Não me recorde de textos condenando a deposição de Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954”, afirma Antoine Blanca, na época membro da Secretaria de Relações Exteriores da Seção Francesa da Internacional Operária (Sfio). “Dez anos depois, quando pedi a palavra para denunciar a intervenção da Marinha norte-americana em Santo Domingo, Guy Mollet esbugalhou os olhos”. Sem voltar demais no tempo, lembramos que, fundado em 1933 por Salvador Allende, o Partido Socialista (PS) chileno recusou-se a se filiar à IS, criticando suas “posições conformistas no seio do sistema democrático burguês capitalista”. Já em 1959, a Revolução Cubana tinha colocado o anti-imperialismo no centro dos debates. Mas isso sem grandes consequências para a IS, que deu uma olhada interessada, mas ao mesmo tempo muito distante” LEMOINE, Maurice, 2012, edição 54 da revista *Le Monde Diplomatique*.

consequente (contradição que também teve repercussões no movimento comunista⁷⁸): sua capacidade de conseguir ganhos materiais e políticos imediatos para a classe trabalhadora e de gerir uma ordem democrática sem grandes convulsões sociais tinha seu fundamento na estrutura de acumulação capitalista mundial cujo papel de centro – ou metrópole – do capitalismo precisava ser assegurado. Como resume muito bem Moraes (2001, p. 15), “sem a pilhagem da imensa periferia, o poder aquisitivo e a qualidade de vida no capitalismo central seriam muito piores e conseqüentemente a situação social muito mais conturbada”.

Ao final da Segunda Guerra Mundial o movimento social-democrata já tinha abandonado qualquer traço de partido operário com independência de classe, enfraquecida a dimensão classista de sua identidade política e totalmente qualificado a realizar uma gestão à “esquerda” da ordem dominante (BRAZ, 2011; POULANTZAS, 1980; PRZEWORSKI, 1991). Por isso, o reformismo social-democrata nunca colocou em perspectiva política, durante o *Welfare State*, o confronto com o capitalismo. A leitura coutiniana, ao afirmar que o reformismo social-democrata, caso seja levado às últimas consequências, teria potencialidades anticapitalistas, não tem sustentação histórica. Senão, vejamos.

Três exemplos são suficientes para encorpar essa perspectiva. Primeiro, a política de nacionalizações efetuadas pela social-democracia no *Welfare State* teve um caráter essencialmente conservador. Elas incidiram, fundamentalmente, em setores da economia sem a capacidade de oferecer lucros em curto e médio prazo, atuando na transferência de valor para o setor privado da economia, garantindo, assim, preços subsidiados para os grandes monopólios e socializando os custos da

⁷⁸“Apesar dos esforços de Lênin, Gramsci, Mariátegui, entre outros, em formular e aplicar o quadro teórico marxista para a questão étnica, nacional e colonial, uma série de conflitos e resistências internas no movimento comunista de diversos países em adotar uma posição progressista devem ser aqui lembrados. Esta resistência em aplicar as determinações teóricas e políticas de Moscou gerou, de um lado, uma crise que terminaria com a expulsão de diversos líderes dos partidos comunistas dos países em questão; de outro lado, provocou um atraso na avaliação teórica e na atuação política sobre a questão racial nesses países. O problema se manifestava especialmente naquelas regiões em que o domínio colonial já se havia consolidado desde algum tempo. Estes eram os casos da Indonésia, definitivamente subordinada ao império colonial holandês em 1830; da Argélia, colônia francesa a partir de 1833; da Índia, possessão britânica desde 1849; e dos territórios portugueses na África. De uma forma geral, a posição oficial dos PC's nestes países era, no mínimo, contraditória. Contraditória com preceitos teóricos do marxismo, mas, sobretudo, com os princípios de integração à III Internacional Comunista. Evitava-se, nestes partidos, atacar o colonialismo, chegando mesmo a justificá-lo com o argumento de “missão civilizatória”, incluindo nesta missão o socialismo – ou seja, a independência das colônias só poderia vingar desde que liderada pelo comunismo das metrópoles” (CHADAREVIAN, 2007, p. 17-18).

reprodução social entre as classes trabalhadoras e camadas médias. A produção e apropriação da riqueza socialmente produzida permaneceram, sem qualquer sinal de ameaça, nas mãos do capital:

A despeito dessas variações, a filosofia geral da propriedade estatal é amplamente compartilhada: os socialdemocratas estão comprometidos com o livre mercado sempre que possível, e com a propriedade pública quando necessário. Caracteristicamente, as empresas estatais estão limitadas às instituições de crédito, industriais de carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transporte e comunicações. Fora desses setores, apenas as companhias ameaçadas de falência e, portanto, de redução do emprego, passam para o controle público. Os casos de envolvimento do Estado na produção e venda de bens de consumo finais são raríssimos, limitando-se, aparentemente, à indústria automobilística. O Estado dedica-se às atividades econômicas que são necessárias para a economia como um todo, e vende seus produtos e serviços principalmente a empresas privadas. Estas, por sua vez, vendem aos consumidores. Assim, o Estado não concorre com o capital privado, e fornece os insumos necessários para o funcionamento rentável da economia como um todo (PRZEWORSKI, 1991, p. 56)⁷⁹.

A teoria econômica keynesiana, fundamentação da política econômica social-democrata, propugnava ação estatal na regulação da economia, indução de “políticas de desenvolvimento” e atuação estatal na regulação do consumo e mercado de trabalho, mas com total respeito à propriedade privada dos meios de produção, mercantilização da força de trabalho e apropriação privada do excedente econômico (mais-valor).

Na história da política social, existem diversos construtos teóricos sobre o Estado de bem-estar social ser responsável pelo fim da desigualdade de classes e da miséria e também sobre conseguir proporcionar a total universalização do acesso à saúde, educação, moradia etc. Colocações que não se sustentam a partir de uma análise mais qualificada das condições de vida da classe trabalhadora nos “30 anos dourados” do capitalismo⁸⁰.

⁷⁹ “O relatório também deixa claro que não deve haver retorno a modelos antigos de nacionalização que foram adotados após a Segunda Guerra Mundial. Eram indústrias estatais destinadas principalmente a modernizar a economia e fornecer indústrias básicas para subsidiar o setor capitalista. Não havia democracia nem contribuição dos trabalhadores [na direção] das empresas estatais e certamente nenhuma integração em qualquer plano mais amplo de investimento ou necessidade social. Este foi o chamado “modelo de Morrison”, batizado em homenagem ao líder trabalhista de direita Herbert Morrison, que supervisionou as nacionalizações do pós-guerra no Reino Unido” (tradução nossa) – ROBERTS, Michael. Modelos de propriedade. Acessado em 20/03/2018. Disponível em: <http://www.socialisteconomist.com/2018/02/models-of-public-ownership.html?m=1>

⁸⁰ Sobre as ideologias em torno do período histórico do Estado de bem-estar social, conferir a obra de Lessa (2013, p.11-28).

Em 1958, na Inglaterra, 2,5 milhões de pessoas (contingente formado essencialmente por trabalhadores) não possuíam água encanada, 3 milhões não tinham banheiro em suas residências e 6,5 milhões sequer onde tomar banho (LESSA, 2013, p. 42). Em termos educacionais, segundo dados compilados por Ralph Miliband, a classe dominante e as camadas médias compunham 56% dos estudantes do ensino superior: esse índice subia para 80% nos estados mediterrâneos e na Alemanha Federal, o número de universitários oriundos das classes trabalhadoras nunca ultrapassou 6% (LESSA, 2013, p. 47). Caso seja feito um recorte analítico específico, focando nos imigrantes, minorias nacionais e trabalhadores dos setores com as remunerações mais baixas da economia, os índices são muito piores.

Evidentemente, um trabalhador médio europeu na época do *Welfare State* vivia melhor que um asiático, africano ou latino-americano, mas, apesar dessa afirmação inquestionável, não devemos perder de vista a filosofia intrinsecamente conservadora - que visava evitar o perigo soviético e realizar uma política social desmobilizadora que em nada afetasse a acumulação de capital - das políticas sociais estabelecidas nesse período, como deixa claro William Beveridge, autor do famoso “Relatório Beveridge”:

A linha divisória entre independência e dependência, entre o eficiente e o inimpregável deve se tornar mais clara e maior (...) [Estes, os inimpregáveis] devem se tornar os reconhecidos dependentes do Estado, afastados da livre indústria e adequadamente mantidos em instituições públicas, mas com uma completa e permanente perda de todos os direitos da cidadania, incluindo não apenas o direito ao voto, mas também as liberdades civis e a paternidade (BEVERIDGE apud, LESSA, 2013, p. 108).

A filosofia de Beveridge não foi aplicada com esse nível de radicalismo devido às lutas da classe trabalhadora, mas o seu sentido geral não foi alterado. A democratização do Estado, último aspecto que iremos discorrer no balanço sobre a social-democracia, será tratado mais sumariamente porque pretendemos, posteriormente, abordar a questão do Estado e do processo de dominação política com maiores detalhes. Cabe dizer que a despeito da vigência de vários direitos democráticos institucionalizados e parcialmente respeitados – direito ao voto, a dita liberdade sindical e de imprensa etc. – os centros estratégicos do poder, isto é, aqueles aparelhos do Estado que concentram a capacidade de formulação e execução das políticas decisivas (governo central, ministério da justiça, suprema

corte, Forças Armadas, ministérios de condução econômica etc.) continuaram sob o firme controle da classe dominante.

Um excelente exemplo é o destino dos comitês de socialização que foram criados a fim de estudar medidas de socialização progressiva da economia rumo ao socialismo por vários partidos social-democratas. O comitê britânico foi breve, e o governo de Lloyd George ignorou solenemente suas reivindicações; na Alemanha, o primeiro comitê renunciou e depois foi fechado. Na Suécia, o comitê, depois de dezesseis anos de trabalho, extinguiu-se sem qualquer recomendação acatada. O balanço desses comitês é um retumbante fracasso (PRZEWORSKI, 1991).

Além disso, na Itália, o Partido Comunista foi proibido de chegar ao governo central durante décadas em decorrência de uma articulação entre a democracia cristã, a classe dominante nacional e o imperialismo estadunidense, contando para isso com mecanismos legais e ilegais de “guerra suja”⁸¹; na Alemanha Federal foi aprovado em 1950 o decreto contra os rechaçados como inimigos da constituição, proibindo assim os comunistas de serem funcionários públicos e pondo na ilegalidade dez de suas organizações. Em 1956 o PC alemão é tornado ilegal⁸² e em 1972 o governo social-democrata de Willy Brandt lança o “Decreto contra os Radicais” sujeitando a exame de lealdade à constituição qualquer candidato a cargo público⁸³; na França, especialmente depois de 1954, foi montado um gigantesco sistema de tortura e vigilância interna centrados especialmente em torno da D.S.T (polícia secreta francesa), com aplicação de repressão em massa (criando o famoso “método francês” de tortura)⁸⁴.

⁸¹Um exemplo da política da classe dominante na Itália: “(...) Entrava em cena do *Reparto Celere*, uma espécie de polícia especializada na repressão às manifestações políticas e no combate aos movimentos sociais progressistas – um aparelho coercitivo do Estado italiano dirigido com mão de ferro pelo ministro do interior, Mario Scelba, que acabou por se transformar numa instituição estruturada como uma máquina repressiva responsável pelo aniquilamento de um suposto ‘inimigo interno’” (MONDAINI, 2001, p. 111).

⁸²Cabe pontuar que vários pensadores do “socialismo democrático”, incluindo Carlos Nelson Coutinho, escreveram muito para estimular a esquerda a respeitar as “regras do jogo”, mas pouca atenção dedicaram a estudar “que jogo” estava posto. Um exame detalhado dos mecanismos constitucionais para impedir a conquista do governo pelas organizações dos trabalhadores foi realizado por Domenico Losurdo em seu *Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal* (2004). O limite da análise losurdiana é abordar especialmente o século XVIII e XIX e dedicar pouca atenção ao fenômeno contemporâneo.

⁸³Informações disponíveis no site Deutsche Welle. Acessado em 20/03/2018. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/1950-decreto-contra-inimigos-da-constitui%C3%A7%C3%A3o/a-955333>

⁸⁴“O Estado de bem-estar social francês elevou a tortura a um novo patamar que correspondia à nova função, a de ‘engenharia social’, para a qual ‘a subversão não é mais o problema. Destruir e inserir o

Para concluir, não é verdade que o *Welfare State* garantiu melhores níveis de vida aos trabalhadores que o socialismo soviético. É evidente que o critério de análise da qualidade de vida define a conclusão a se chegar. Utilizando como fundamento de análise a quantidade e a qualidade de bens de consumo, o *Welfare State* era, sem dúvida, superior ao socialismo soviético, porém, considerando como critério central o acesso aos bens de consumo coletivo como saúde, educação, cultura, lazer, moradia, direitos trabalhistas⁸⁵ etc., e também que a URSS não praticava o colonialismo⁸⁶, a superioridade do país nascido da Revolução de Outubro é incontestável. Como bem pontua Lessa (2013, p. 175) “as iniciativas soviéticas voltadas aos ‘mais carentes’ são imbatíveis no confronto com qualquer dos denominados Estados de Bem-estar social. Estas realizações, em seu tempo, foram empregadas com grande sucesso na propaganda do regime soviético”.

Podemos, didaticamente, com objetivo expositivo, compreender três níveis de incidência das lutas de classes na produção material da vida: relações de produção, padrão de reprodução do capital e política econômica. Historicamente, a classe trabalhadora sob a social-democracia conseguiu atuar no nível de política econômica e em menor medida, no padrão de reprodução do capital, mas não transformou radicalmente as relações de produção. A propriedade privada dos meios de produção, a mercantilização da força de trabalho e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida conformam o fundamento ontológico das relações de produção capitalistas; a depender da posição do país na acumulação capitalista

medo no nativo o é” (Lazreg, 2008: 56). “Tal técnica e tal função social da tortura são até hoje conhecidas como o “método francês” e é a preferida desde a Argélia até Guantánamo, passando por Israel e as nossas ditaduras latino-americanas” (LESSA, 2013, p. 153).

⁸⁵“Nenhuma sociedade tinha até então elevado o nível de vida e o consumo para toda a população tão rapidamente e num período de tempo tão reduzido. O emprego era garantido. A educação gratuita era acessível a todos, dos infantários às escolas secundárias (gerais, técnicas, profissionais), universidade e escolas pós-laborais. Havia um serviço de saúde gratuito para todos, com cerca de duas vezes mais médicos por pessoa do que nos Estados Unidos. Os trabalhadores sofriam acidentes ou doenças tinham assegurado e baixa médica paga. Em meados da década de 1970, os trabalhadores gozavam em média de 21, 2 dias úteis de férias [...] O Estado regulava os preços e subsidiava os custos de alimentação básica e habitação. As rendas constituíam 2% a 3% do orçamento familiar, a água e os serviços públicos apenas 4% a 5% [...] Segundo a UNESCO os cidadãos soviéticos liam mais livros e viam mais filmes do que qualquer outro povo do mundo” (KEERAN, KENNY, 2008, p. 12-13).

⁸⁶É inegável a postura imperial da política externa soviética frente ao bloco socialista, considerando-se a única líder por direito, tratando os países do Leste Europeu como sua zona de segurança; ao mesmo tempo, também consideramos inegável que a URSS não usava esses países como sua periferia econômica e muito menos os regimes nacionalistas em África e Ásia. O papel da URSS era, ao contrário, realizar a maior transferência do século XX de crédito, tecnologia e recursos financeiros. Os dados sobre a ajuda econômica da URSS a esses países podem ser encontrados em (PAULINO, 2010, p. 68-78).

mundial, as relações de produção podem assumir a forma de um padrão de reprodução neoliberal ou de bem-estar social, tomar uma política econômica ortodoxa ou keynesiana etc. A construção de direitos como a regulamentação da jornada de trabalho vai contra o interesse dos burgueses tomados individualmente, e a depender da conjuntura inviabiliza uma acumulação com taxas de lucros satisfatórias num determinado padrão de reprodução do capital, porém, não põe em ameaça a existência de acumulação capitalista (MASCARO, 2014).

A dialética entre “transformação” da forma e conservação do conteúdo, caso não tenha sua devida relevância observada, acaba tomando mudanças importantes como fundamentais. A resistência encarniçada que a classe dominante impõe aos direitos sociais pode ser explicada através da compreensão de que os trabalhadores atuando enquanto classe na busca por essas vitórias imediatas podem transcender a lógica do capital e ameaçar as relações de produção dominantes (LUXEMBURGO, 2011). A importância da luta por direitos não está localizada, centralmente, na potencialidade anticapitalista de sua lógica, mas na capacidade política e ideológica do proletariado, por meio de seu movimento, de negar o capital e buscar superá-lo. Dessa forma, a virada político-estratégica das classes dominantes que passaram a operar a destruição do Estado de bem-estar social a partir dos anos de 1970 não significa a contradição irreconciliável entre os direitos e a cidadania - típico de alguns poucos países centrais do capitalismo - e a acumulação do capital, visto que a questão primordial foi: alterar o padrão de reprodução buscando superar, por meio de uma perspectiva do capital, a crise capitalista.

Nesse interim, chegamos ao chamado eurocomunismo. Esse movimento dizia respeito a um conjunto de formulações teóricas e de prática política dos partidos comunistas da Itália, França e Espanha que buscaram formular conjuntamente uma alternativa à social-democracia e ao socialismo soviético – denominado comumente de stalinismo. Embora estivessem unidos nessa iniciativa, as diferenças entre esses PC's eram bem maiores do que uma leitura superficial pode captar⁸⁷. Centrando nos

⁸⁷“A expressão *eurocomunismo* não nasce das fileiras do movimento comunista, mas sim das páginas de um órgão da chamada imprensa burguesa. De fato, ela aparece pela primeira vez no cenário político internacional em 26 de junho de 1975, num artigo escrito no periódico milanês *Giornale Nuovo* pelo jornalista Frane Barbieri, iugoslavo exilado na Itália desde o início dos anos setenta. Com o novo termo, revelava-se a preocupação em definir de forma mais precisa a crescente confluência existente entre alguns partidos comunistas da Europa Ocidental, em torno de uma série de princípios capazes de construir uma concepção de sociedade socialista apropriada aos

impasses e desfecho da experiência eurocomunista e abstraindo-se das gigantescas diferenças entre os PCs, podemos dizer que o eurocomunismo foi:

(...) Um conjunto de propostas que priorizava o *momento histórico nacional* como o terreno onde se edificaria a estratégia e sobre o qual se desenrolaria as ações políticas e as lutas concretas. O partido se inclinava para a ampliação de sua legitimidade político no conjunto da vida nacional, o que significava a expansão das alianças para além dos setores revolucionários, conformando, assim, uma estratégia política que concebia a *questão eleitoral e parlamentar como momentos privilegiados* – tático-políticos – para tal expansão. Ela se daria por um salto qualitativo do partido junto às massas (...) possibilitando a participação do partido na vida parlamentar e mesmo no governo, agregaria a sua estratégia elementos políticos *democratizantes e reformadores da sociedade capitalista* (...). As reformas passaram a ser compreendidas como momentos políticos que promoviam avanços graduais e permitiam um acúmulo de forças sociais, necessários à construção do processo revolucionário. A própria ideia de revolução ganhava com o eurocomunismo a noção de processualidade, o que compreendida a conquista de vitórias parciais – no parlamento, no governo, na institucionalidade burguesa – que reforçariam a possibilidade da revolução (BRAZ, 2011, p. 251 – grifos no original).

Ressurge, sob novas formas, o mesmo impasse social-democrata: o eurocomunismo, na busca meritória e indispensável por uma via nacional ao socialismo e recusando transplantes mecânicos de diretrizes soviéticas à luta política nacional, levou o enfraquecimento do internacionalismo proletário quase ao limite e para a compreensão das realidades nacionais utilizou uma perspectiva entificada que desconsiderava o papel dos países de centros consolidados como a França, ou intermediários como Espanha e Itália, na acumulação mundial do capital⁸⁸. Além disso, apesar de suas formulações teóricas serem qualitativamente melhores que as da social-democracia, as noções de uma capacidade ilimitada de

países europeus, marcados pela existência de um capitalismo desenvolvido com uma economia de mercado razoavelmente sólida (...) Então, as elaborações particulares realizadas por estes partidos comunistas do Ocidente europeu – as quais giravam ao redor da busca independente de uma série de 'vias nacionais' ao socialismo – acabam por convergir para a afirmação de uma proposta de dimensões bem maiores, isto é, uma via que contemplasse uma parte significativa do continente europeu, uma 'via européia' ao socialismo". MONDAINI, Marco. Há trinta anos, o eurocomunismo. Acessado em 20/03/2018. Disponível: <http://www.acessa.com/gramsci/?id=535&page=visualizar>

⁸⁸“Para Mandel, o eurocomunismo é resultante de processos históricos que fizeram parte da trajetória do movimento comunista internacional. Assenta-se em três raízes históricas que lhe emprestam identidade e o explicam: uma tendência à social-democratização, portanto, ao reformismo; uma adaptação nacional da política de coexistência pacífica; e uma forma de atualização da “estratégia de esgotamento” de Kaustky. Está última se expressava no eurocomunismo na estratégia que apregoava uma espécie de transformação gradual do capitalismo, a partir da realidade nacional das relações capitalistas. Renunciava-se aí ao internacionalismo da luta revolucionária, a partir de uma excessiva centralização das estratégias no contexto nacional, exatamente quando o capitalismo – e, portanto, as lutas de classes – aproximavam-se de sua fase mais radicalmente internacionalizada, gerando formas de expansão do capital mais mundializadas” (BRAZ, 2011, p. 268 – gritos no original).

democratização do Estado, transformação via processos eleitorais e transição progressiva ao socialismo, também reapareceram.

Em suma, os termos centrais do debate social-democrata entre o fim do século XIX e o início da primeira guerra, como demonstrados por (PRZEWORSKI, 1991, p.19-67), ressurgem no eurocomunismo, em alguns casos com maior radicalidade e consistência teórica como no PCI, e em outros, com as mesmas debilidades tradicionais e crivado de gigantescas ambiguidades, como no Partido Comunista Espanhol⁸⁹. O eurocomunismo em sua “intenção de ruptura” com a social-democracia não conseguiu superá-la em número de votos e competitividade eleitoral, a “centralidade das reformas democráticas preconizadas não se converteu em luta revolucionária” (BRAZ, 2011, p. 267) e com a derrubada da União Soviética, a crise quase terminal do movimento comunista também atingiu os partidos que mais buscavam se diferenciar do PCUS: foi o fim do eurocomunismo.

A falência completa do reformismo dos PCs eurocomunistas, embora não deslegitime sua intenção de renovar a estratégia socialista, mostra equívocos nas respostas teóricas e práticas aos problemas colocados. Apesar de todas as diferenças com a social-democracia, o eurocomunismo e as várias propostas de transição democrática ao socialismo, há algo em comum entre elas: uma particular concepção de Estado e do processo de dominação política que será, a partir de agora, objeto de análise.

4.2.2 Para não se esquecer das baionetas: Estado e dominação política

Segundo Anderson (2001) a popularização da obra gramsciana foi feita tomando sua produção como uma sociologia política geral de categorias a serem aplicadas nas mais diversas realidades nacionais, desconsiderando o substrato histórico das reflexões de Antônio Gramsci e raramente questionando sua

⁸⁹“(…) Quanto ao PCE, parecia se confirmar na sua experiência concreta que a autenticidade e a propriedade da via reformista cabia, como sempre coube, à social-democracia, que em sua renovação no país conseguiu vencer em todas as frentes comum combate com os comunistas espanhóis, do movimento sindical às eleições gerais. Ademais, a mão de ferro do antissoviético e antistalinista Santiago Carrillo – secretária-geral do PCE e autor do livro *Eurocomunismo e o Estado* (Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978)- não permitia ao partido traduzir internamente as posições renovadas que defendia para a sociedade (BRAZ, 2011, p. 267).

pertinência nos dias atuais. Por exemplo, um procedimento extremamente comum entre os gramsciano é buscar responder se um país é ocidental ou oriental, deduzindo de modo formal e abstrato o papel maior ou menor que tem a sociedade civil (o consenso) nos processos de dominação política.

A categoria de Estado ampliado é o coroamento desse movimento. Já vimos no capítulo II da dissertação o que é essa formulação. Faremos algumas considerações críticas sobre essa proposição. Primeiramente, Antônio Gramsci nunca desconsiderou o papel da coerção e do controle em sua crítica à dominação burguesa. Para ele, não existia qualquer relação de proporção inversa entre o crescimento quantitativo e qualitativo do papel dos aparelhos ‘privados’ de hegemonia e o enfraquecimento da sociedade política⁹⁰. Foi a incorporação de Gramsci pelos socialistas democráticos – a despeito de todas e cada uma das suas diferenças – que tendeu a sobrevalorizar o papel do consenso na dominação política e a imaginar a disputa pela hegemonia em condições igualitárias, contudo, a dificuldade de demonstrar onde essa disputa pela hegemonia ocorre de forma tão democrática persiste (TOLEDO, 1994). Dias (1996, p. 25) critica essas concepções de luta pela hegemonia e as chama de “abstratamente democráticas”, negritando que essa nunca foi a perspectiva de Gramsci e que ele estava plenamente consciente das condições estruturalmente diferenciadas das classes em luta pela hegemonia.

A crítica de Edmundo Dias às concepções “abstratamente democráticas” da sociedade civil pontua que Gramsci, ao tratar dos elementos fundamentais de uma análise da relação de forças, destaca três momentos: 1) as estruturas econômicas que fundamentam objetivamente a existência das classes; 2) o momento político de organização e as mediações de consciência das classes em luta; 3) a relação de forças militares em dois níveis: técnico-militar e político-militar (DIAS, 1996, p.13-14). A percepção do papel do consenso na dominação burguesa nunca fez Gramsci perder de vista a importância do momento político-militar da luta de classes.

⁹⁰“O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplente muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 1978, p.116)

A formação do capitalismo monopolista tornou os processos de dominação política mais complexos, possibilitando que as diversas classes, frações e grupos sociais criassem seus aparelhos ‘privados’ de hegemonia e que o Estado “assumisse um perfil crescentemente mediador (...) conservando na sombra a expansão e a concentração da violência por uma série imensa de outras instituições e agências sociais” (NETTO, 2004, p. 128). A ocidentalização das formações sociais estudadas por Gramsci é um processo contraditório, objetivado com importantes particularidades em cada formação social, de uma expansão espetacular – a maior da história humana – dos aparatos de repressão, controle e extermínio com a mediação de institutos democráticos e consensuais no processo de dominação política. Observamos a questão mais de perto.

Como já vimos, a consolidação do capitalismo monopolista é acompanhada, enquanto componente orgânico, de uma renovação do colonialismo e da partilha do mundo. Para garantir a dominação colonial na corrida interimperialista, os Estados capitalistas deram impulso a uma colossal militarização e armamento estatal desenvolvendo técnicas de controle e extermínio em massa contra os povos coloniais. Essas inovações técnico-políticas nos processos de dominação não se restringiram à periferia do sistema, alterando, também, as formas de atuação do Estado burguês nas metrópoles:

Da famosa prisão panóptica, passando pela reestruturação radical de Paris levada a cabo pelo barão Haussmann por bulevares propícios à vigilância, à adoção da impressão digital, muitas das grandes transformações nas cidades europeias do século XIX já haviam passado por cidades e periferias coloniais. Cidades e espaços colonizados também forneciam as zonas de experimentação onde as potências ocidentais puderam testar e aperfeiçoar técnicas como o bombardeio aéreo, o encarceramento em massa em campos de concentração e o extermínio genocida, que lançaram as bases fundamentais para o domínio totalitário e a guerra total na Europa no século XX” (GRAHAM, 2015, p. 68).

Quando houve a explosão da Primeira Guerra Mundial, horrorizados com o poder de repressão e controle mostrado pelos Estados em guerra, marxistas como Nicolai Bukharin e Lênin (COHEN, 1990, p. 57) passaram a falar em “Estado total” e do Estado como “cativeiro dos povos” e “devorador de homens”⁹¹. No período entre

⁹¹ “[...] No momento em que os Estados, com um aparelho militar reforçado em consequência da competição imperialista, converteram-se em monstros guerreiros que exterminam milhões de pessoas para resolver o litígio de quem – Inglaterra, Alemanha ou outro capital financeiro qualquer – terá domínio sobre o mundo” (LÊNIN apud KRAUSZ, 2018, p. 232).

guerras, a assimilação das mais avançadas técnicas de dominação colonial foram levadas ao limite extremo com o nazifascismo e o recrudescimento repressivo dos países liberal-imperialistas (como Inglaterra, França e EUA) – estes últimos conheceram, por exemplo, experiências de instalação de campos de concentração, práticas de eugenia, extermínio étnico e deslocamentos forçados em massa (LOSURDO, 2010).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, ao contrário de uma democratização universal, as classes dominantes dos países centrais, com formas e ritmos diferentes, reformataram seus Estados com a construção de grandiosos aparatos de espionagem e guerra interna, levando a militarização do Estado e da vida social a um novo patamar: foi a primeira vez na história da humanidade que um Estado, os EUA, criou um aparato militar e de espionagem com alcance mundial, tendo soldados em território de outros Estados soberanos em número tão elevado, durante tão longo período e em “tempos de paz” (ARRIGHI, 2008, p. 21).

Domenico Losurdo (2004) tentou captar esse movimento contraditório de redução do uso ostensivo da violência no cotidiano, fortalecimento do poder de repressão e controle do Estado e ampliação dos institutos democráticos, como parlamentos eleitos por sufrágio universal com representação operária. O italiano, na sua explicação do fenômeno, forjou a categoria de “bonapartismo soft” para descrever um sistema político que “pode se transformar, se necessário, de modo bastante fácil, num explícito bonapartismo de guerra, para retornar novamente à normalidade uma vez que se considera superado o Estado de exceção” (LOSURDO, 2004, p. 146). É ilustrativa a síntese do autor:

O regime bonapartista ou tendencialmente bonapartista que está se constituindo pode bem efetivar algumas concessões limitadas às classes subalternas, de cima para baixo, segundo o modelo de Luís Napoleão, Disraeli ou Bismarck, mas não pode tolerar sua organização e atividade autônoma. Como se observou, “quando se tratava de greves, [Roosevelt] pensava numa única solução, a presença das tropas no lugar da controvérsia” (...) Roosevelt proclama repetidamente o direito de o Executivo recorrer à repressão: inclusive por ocasião de agitações operárias, a ordem “será mantida a qualquer custo. Se for o caso de disparar, nós dispararemos, e não tiros de festim ou acima da cabeça das pessoas”; “gosto de ver as tropas ou a brava Guarda Nacional golpear a multidão, sem muitos escrúpulos com derramamento de sangue” (LOSURDO, 2004, p. 141).

A classe dominante dos países centrais conseguiu, no âmbito da luta de classes, ocultar nesse processo contraditório a dimensão de “cativeiro dos povos” da dominação burguesa e hipervalorizar a dimensão democrática e consensual dos sistemas políticos. Exemplo dessa vitória política e ideológica da classe dominante é a controvérsia sobre o Estado capitalista, no renovado debate marxista surgido a partir dos anos de 1960 na Europa Ocidental, que passa ao largo de atenção central ou até menção as técnicas de repressão, controle e extermínio do Estado (CALDAS, 2015; WOOD, 2003; MOTTA, 2014).

O grande abismo entre teoria e realidade, longe de ser privilégio do marxismo-leninismo soviético, também se expressava nas teorias classificadas como críticas e que buscavam renovar o marxismo. Como analisa Toledo (1994, p. 29-31), tornou-se lugar comum, no marxismo e em outras perspectivas teórico-políticas, analisar um papel preponderante do consenso e da ideologia na manutenção do capitalismo: desde as pesquisas sobre a dominação simbólica de Pierre Bourdieu, passando pela sociedade disciplinar de Michel Foucault, até as formulações marxistas que tinham como pressuposto de que Marx, Engels e Lênin apenas analisaram o papel da repressão e tratava-se agora de estudar o consenso (não é coincidência, nesse momento histórico, isto é, entre o final dos anos de 1970 até o início de 1990, o reencanto com temas como a servidão voluntária e o gozo psicológico com a dominação).

Exatamente entre os anos de 1970 e 1990, quando, segundo alguns eurocomunistas e socialistas democráticos era necessário realizar uma transição democrática ao socialismo, é que, nos países centrais do capitalismo, no bojo da contrarrevolução neoliberal, explodiu a Onda Punitiva e a terceira fase de expansão qualitativamente superior dos mecanismos de repressão, controle e extermínio dos Estados liberal-imperialistas (a primeira foi com a transição do capitalismo a sua fase monopolista, a segunda no período entre guerras e no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e a terceira com a contrarrevolução neoliberal). O sociólogo francês Loïc Wacquant é um dos grandes estudiosos dessa transformação e devemos considerar mais de perto sua análise.

No período neoliberal houve um fortalecimento da política penal como resposta às expressões da questão social, agravadas pelo desmonte do “Estado social”. Wacquant (2011, p. 89-101) sintetiza o conceito de Estado penal nos

Estados Unidos como governo da miséria, que forja uma nova forma estatal, constituído por cinco tendências interligadas: expansão vertical do sistema carcerário, expansão horizontal da rede penal, crescimento excessivo do setor penitenciário no seio da administração pública, ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária e política de “ações afirmativas carcerárias”.

O sociólogo francês (2012) denomina esse amplo movimento de transformações políticas de Onda Punitiva, que nos EUA demonstra uma relação de causalidade entre “a miséria do bem-estar social estadunidense e o esplendor do regime prisional estadunidense na virada do século XX são os dois lados da mesma moeda política” (WACQUANT, 2012, p. 19). Como ilustração dos efeitos do Estado penal nos Estados Unidos, Wacquant (2011, p.89) cita a explosão da população carcerária, que atingiu os dois milhões ao final dos anos de 1990, mantendo um crescimento constante de, em média, 250% dos anos de 1970 até o ano 2000 (o orçamento do sistema carcerário entre 1977 e 1995 cresceu 823%); a reforma da assistência social de 1996, que acabou com o *welfare* criou o *workfare* (2007, p. 146) e o substancial aumento da pobreza, miséria e desigualdade socioeconômica, que colocou 45 milhões de pessoas a viver sem cobertura médica, 30 milhões sofrendo com a fome e desnutrição crônica e sete milhões vivendo nas ruas (2011, p. 86-87).

Resumindo a argumentação do autor, Wacquant (2011) chama essa reengenharia do perímetro e funções do Estado pós-keynesiano de Estado penal, compreendendo-o como “componente essencial do próprio Estado neoliberal” (2011, p. 179) e ligando-o de forma orgânica ao “Consenso de Washington” sobre a “desregulação econômica e a retração do *welfare* que se estendeu para abranger o controle punitivo do crime [...], pois a ‘mão invisível’ do mercado suscita o ‘punho de ferro’ do Estado penal” (2011, p. 174).

A Onda Punitiva foi exportada para a Europa e forjou um novo tratamento da insegurança social, dilatando os dispositivos penais e carcerários e reconfigurando o Estado de bem-estar social (WACQUANT, 2007, p.407). Embora na União Europeia o nível de encarceramento não esteja próximo ao dos EUA, sua política social está sendo destruída em ritmo mais lento e se imbricando com a política penal (o social-panoptismo). A expansão penitenciária na França, por exemplo, é alimentada não pelo encarceramento excessivo, mas pela dualização da atividade penal e pela

maior duração das penas, o que atinge particularmente os imigrantes e os jovens das classes populares, de maneira que, mais que o deslocamento da política social para a penal, observa-se na França, como em muitos outros países do continente de forte tradição social-democrata, uma intensificação conjunta do tratamento social e penal (WACQUANT, 2011, p. 113)⁹².

Outro aspecto das transformações recentes do Estado burguês merece atenção: o assombroso agigantamento das privatizações e terceirizações da segurança, conformando um complexo de fronteiras cada vez mais dúbias de monopólio público-privado da violência. Avolumam-se pelo mundo as companhias militares privadas ou *private security contractor* (isto é, exército de mercenários), que nos EUA abarcam cerca de mil empresas e três mil ao redor do mundo, contando com crescimento médio anual de 300% desde 2001. O setor da segurança privada movimenta, segundo estimativas disponíveis, US\$ 100 bilhões ao ano e emprega 19,5 a 25,5 milhões de pessoas (BRITO; VILLAR; BLANK; 2013, p. 224).

Nas guerras neocoloniais contra o Iraque e o Afeganistão, por exemplo, o número de mercenários utilizados foi estimado em 250 mil. A maioria das empresas privadas de segurança foi fundada ou tem em seu quadro de gestão ex-membros das Forças Armadas norte-americanas e de países tradicionalmente aliados da potência hegemônica: como Inglaterra, França e Itália. A tendência de expansão do aparato público-privado do monopólio da violência também se expressa no Brasil (falaremos mais das particularidades do país adiante)⁹³. Segundo dados da Polícia

⁹²É necessário pontuar que Loïc Wacquant considera o Estado de bem-estar social uma forma-política comprometida com os “mais pobres” e com a construção de uma sociedade menos desigual e socialmente mais justa. Evidentemente, não concordamos com essa avaliação do autor. A despeito dessa discordância no diagnóstico do que foi o Estado de bem-estar social, consideramos sua análise do processo de desmonte dos direitos sociais aplicados na contrarrevolução neoliberal fundamentalmente correta.

⁹³ Alguns dados sobre esse fenômeno no Brasil: “São pelo menos 162 empresas de segurança [no Rio de Janeiro], de um total de 638, registradas em nome de 188 policiais militares, policiais civis, federais, agentes penitenciários, bombeiros e inclusive integrantes das Forças Armadas. Só na capital estão 128 delas. Algumas, num aparente esforço de ocultação, estão no nome de familiares próximos, como a mãe ou a esposa. É razoável imaginar que haja outras empresas ligadas a agentes da lei, registradas em nome de laranjas, e que não foram identificadas pela reportagem. A lei permite que eles participem de empresas desse modelo, desde que como acionistas, não administradores. A investigação do The Intercept Brasil também conseguiu mensurar, pela primeira vez, o tamanho da clandestinidade potencial nesse setor. Das 638 empresas de segurança ativas na Receita Federal, apenas 126 possuem autorização da Polícia Federal para operar, conforme dados relativos a março deste ano informados pela instituição para a reportagem. Sem o carimbo da PF — que pede, entre outras coisas, tanto a descrição do uniforme dos vigilantes e fotografias dos profissionais fardados quanto imagens das fachadas identificadas e dos depósitos de armas, — essas empresas de segurança (que representam 80% do total) não podem ter pessoal armado ou cobrar por serviços de

Federal, temos 1.498 empresas legalizadas de segurança privada, mais de 500 mil vigilantes, 240 novas empresas surgindo por ano e uma movimentação de capital na ordem de R\$ 15 bilhões (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 227).

Entre 1987 e 1998 os gastos militares médios dos países centrais do capitalismo, com exceção dos EUA, tiveram um período de estabilidade e baixo crescimento. A tendência se inverte a partir de 2001 com a “guerra ao terror” quando, nesse ano, o gasto dos países europeus mais importantes foi: Reino Unido US\$ 62,7 bilhões, França US\$ 62,5 bilhões e Alemanha US\$ 46,7 bilhões. O gasto militar, longe de dizer respeito apenas ao aparelhamento das Forças Armadas para missões “internacionais” e de fronteiras, tem significativos montantes destinados ao aprimoramento da “segurança interna” e esquemas de vigilância em massa (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 231). Nos EUA, em relação ao tema da espionagem e vigilância em massa existe um robusto conglomerado de espionagem com 1.271 agências estatais e 1.931 empresas privadas, espalhadas por 10 mil pontos do país e empregando 850 mil indivíduos. A rede de vigilância nos EUA chegou a tal magnitude que 1 a cada 350 habitantes do país é espião.

Como é perceptível, sob nenhum prisma de análise e com bases em várias fontes de dados disponíveis, é possível afirmar que houve nas últimas décadas uma redução do papel da violência, controle, repressão e extermínio nas democracias ocidentais ou nos “Estados ampliados” como defendem algumas formulações marxistas. Essas transformações do Estado burguês provocaram nos últimos anos, especialmente fora do marxismo, um resgate das obras dos alemães Carl Schmitt e Walter Benjamin, notadamente a categoria de Estado de exceção, para apreender essa realidade⁹⁴.

segurança”. The Intercept Brasil: O lucrativo exército de segurança privada comandado por militares, milicianos e amigos de Eduardo Cunha no Rio – matéria de 16 de junho de 2018. Disponível no link: <https://theintercept.com/2018/07/16/o-lucrativo-exercito-de-seguranca-privada-comandado-por-militares-milicianos-e-amigos-de-eduardo-cunha-no-rio/> Acesso em 20/06/2018

⁹⁴O mais famoso teórico desse resgate é o italiano Giorgio Agamben. Em seu livro “Estado de exceção” (2004, p. 13) diz: “o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”.

Evidentemente, é um lugar-comum afirmar que na periferia do capitalismo, em comparação com os países centrais, os padrões de democracia política e uso da repressão são piores. Os teóricos que tratam das mudanças no padrão de dominação política nas últimas décadas, ao olharem para a América Latina, como Loïc Wacquant⁹⁵, “invertem” o sinal e dizem que na periferia, a repressão, controle e extermínio são piores, pois, historicamente, esses elementos conhecem maior dilatação em nossa tradição histórica. Essa abordagem histórico-quantitativa, embora indispensável na apreensão de alguns determinantes do Estado burguês na periferia, não é suficiente.

A crítica ao Estado burguês, em qualquer formação social, não pode perder de vista suas origens histórico-genéticas. Na América Latina, e especialmente no Brasil, a formação do modo burguês de dominação política tem sua origem histórica no sistema produtivo centrado no latifúndio de tipo *plantation*, na força de trabalho escravizada e no sistema colonial (SODRÉ, 2010; MARINI, 2014). Como pontua toda obra de Carlos Nelson Coutinho – e nesse ponto o filósofo baiano acertou plenamente – os momentos de transição na história da luta de classes brasileira, a despeito de toda luta dos dominados, aconteceram, predominantemente, através de forma prussiana.

Na formação do Estado burguês no Brasil foi preservado, modernizado e refuncionalizado o mando oligárquico, a dimensão escravista nas técnicas de reprodução e controle da força de trabalho e o papel subordinado do país na divisão internacional do trabalho: agora não mais como país colonial, mas dependente e subdesenvolvido na acumulação mundial monopolista.

Enquanto na Europa, na passagem do XIX para o XX, estava em curso a montagem de um “Estado assistencial” como uma das mediações de controle da classe trabalhadora, no Brasil, como primeira e principal estratégia de dominação, consequência da dinâmica de nossa formação social e do processo histórico-cultural de formação da classe dominante, esteve o extermínio sistemático de uma força de

⁹⁵No prefácio da edição brasileira do seu livro “As Prisões da Miséria”, Wacquant tenta analisar as particularidades do Estado penal no Brasil e a partir disso se detém a citar os elementos que formam um Estado penal majorado em nosso país; são eles: a) posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais; b) altos níveis de letalidade da força estatal entre os maiores níveis do mundo; c) discriminação baseada na cor com forte incidência no judiciário; d) ausência de tradição democrática e herança da ditadura que legou uma cultura política com o “selo do autoritarismo” (WACQUANT, 2007, p. 10-12)

trabalho descartável em ciclos permanentes e sempre mais intensos do “moinho de gastar gente” (RIBEIRO, 2017). Ou, nas palavras de ZACCONE (2015, p. 214) “a partir da uma lei não escrita, viabiliza-se a manutenção e continuação do poder, por meio de uma estratégia de um estado de exceção permanente, como marca da nossa sociabilidade”.

Recebeu muita atenção na literatura sociológica brasileira os momentos de formação da estrutura jurídico-política do Estado burguês, como a abolição da escravidão, a independência nacional e a primeira constituição republicana. Menos atenção, fora do campo da criminologia crítica, teve a estruturação do aparato repressivo brasileiro entre o século XIX e o XX. Zaccone (2015, p. 226) traz apontamentos importantes sobre o tema:

A partir deste momento [independência nacional] ocorre um processo de modernização expresso na regulamentação e padronização do sistema de repressão. Dos castigos às penas, o sistema penal insurgente vai se consolidando no Brasil como uma “máquina mortífera de terror contra a ralé livre” – a reforma policial, que já teria sido iniciada a partir de um decreto imperial de 1825, com a criação dos cargos de comissário, responsáveis por impedir ajuntamentos, reprimir a vadiagem, cadastrar os capitães-do-mato, erradicar os quilombos e açoitar em locais públicos. “É com esses fundamentos que vai-se criando a arquitetura legal e institucional da polícia no Rio de Janeiro, e consequentemente no Brasil”

O padrão de dominação política existente em nosso país nas primeiras décadas de republicanismo, conhecido historicamente como “República Velha”, sancionou esse complexo de dominação-extermínio forjado nas décadas anteriores. Na cidade, o aparato repressivo do Estado garantia uma intensa repressão aos subalternos negando-lhes qualquer direito de organização e participação política (situação patente na famosa frase, de autoria incerta, mas que expressa a ideologia do Estado brasileiro de que a “questão social é caso de polícia”); já no campo, nas pequenas e médias cidades, vivia-se sob uma intrincada fusão entre o poder repressivo público e o privado, exercido pelos chamados “coronéis” (grandes latifundiários): a lógica de combate ao inimigo interno, criada na época da escravidão, foi plenamente mantida na “República Velha” (ARRUDA, 2012, p.119-213; IASI, 2017, p. 241-250).

A criação do Estado burguês moderno no país, um dos produtos da Revolução de 1930, significou uma transformação qualitativa das estruturas de dominação política através de um processo de modernização, centralização,

profissionalização e capacitação da atuação do Estado no controle da classe trabalhadora e na coordenação da acumulação capitalista. O Estado varguista, em seu período de consolidação, enfrentou movimentos populares contestatórios de cunho igualitários e, assim como o Estado imperial e o republicanismo nascente do final do séc. XIX, a resposta foi o massacre; só que desta vez um massacre profissionalizado e moderno, diferentemente do que foi a repressão ao movimento de Canudos, por exemplo⁹⁶.

Da ditadura varguista ao governo semiconstitucional do General Dutra, passando pelo segundo governo Vargas, governo Juscelino Kubitschek até o golpe empresarial-militar de 1964 e a ditadura de 21 anos, o Estado brasileiro manteve seu elemento de uma permanente guerra ao inimigo interno (OSÓRIO, 2014; IASI, 2017). O período da ditadura empresarial-militar apresentou um salto qualitativo nesse processo, visto que foi o momento de transição do capitalismo dependente brasileiro à sua fase monopolista e de maior modernização conservadora da história do país, tendo como legado, nas técnicas de repressão e domínio, um “modelo de guerra sofisticado com elementos teóricos da segurança interna” (ZACCONE, 2015, p. 245).

Como é de notório conhecimento na literatura crítica brasileira, a ditadura empresarial-militar, ao sair de cena para a volta da normalidade constitucional, não teve seu aparato repressivo e de vigilância desmontado ou sequer os agentes do regime punidos e retirados das funções públicas. Florestan Fernandes (2007), em sua análise da saída de cena da ditadura, denominou o momento de “transação conservadora” e mostrou, em seus diversos artigos publicados na efervescência do momento, no jornal Folha de São Paulo, que o poder militar era fiador daquela transição pactuada entre as frações da classe dominante, garantindo, dentre outras coisas, as eleições indiretas em 1985, constituinte derivada e não soberana, e uma

⁹⁶Sobre o episódio do Caldeirão do Diabo “as Forças Armadas são acionadas e, no amanhecer de 11 de maio de 1937, sob a determinação do Ministério da Guerra de Getúlio Vargas, as bênçãos da Igreja Católica e o apoio dos latifundiários nordestinos, mais de 200 soldados fortemente armados, com o apoio de dois aviões militares, trucidam o Caldeirão. Além da invasão por terra, a operação da pacificação da área contou com o bombardeio aéreo da comunidade. Isso mesmo, bombardeio militar aéreo e ações de guerra do Exército Brasileiro contra a população civil brasileira. O episódio de pacificação do Caldeirão, embora omitido em muitos livros de história, é considerado por muitos estudiosos como um dos maiores massacres em nosso país, com mais de mil mortos segundo algumas estimativas” (ZACCONE, 2015, p. 244).

frequente ameaça à continuidade do trabalho constitucional caso interesses fundamentais do poder militar fossem questionados, como a militarização da polícia.

De 1988 até hoje, passados mais de 30 anos de normalidade constitucional e democracia política, o modelo sofisticado de guerra interna só conheceu dinamismo de expansão e aprimoramento. A Onda Punitiva neoliberal também promoveu o “grande encarceramento” no país levando o Brasil a posição de terceira maior população carcerária do mundo com mais de 700 mil presos; a maior letalidade policial do mundo (entre 2001 e 2011, por exemplo, a polícia do Rio de Janeiro matou 10 mil pessoas), o país da América Latina que mais mata defensores dos direitos humanos; desde 1979, ano da Lei da Anistia, foram assassinados por motivos políticos 1345 militantes da esquerda; o número de lideranças indígenas, quilombolas e camponesas assassinadas cresce ano após ano desde a redemocratização e alguns estados da federação, como Rondônia, vivem uma quase guerra civil nos conflitos pela terra; a presença das Forças Armadas em função do que é posto como “segurança interna” cresce em ritmo assustador e alcança um novo patamar com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).⁹⁷ Ademais, entre 1980 e 2010, o Brasil registrou 1.091.125 homicídios, uma média de quatro assassinatos por hora: nível de extermínio maior que a guerra neocolonial dos EUA contra a Síria ou Líbia (BATISTA, 2015; BRITO, OLIVEIRA, 2013; IASI, 2017; ZACCONE, 2015).

Portanto, é um transplante categorial formalista para nossa realidade compreendê-la como “Estado ampliado”. Todavia, essa argumentação não caminha no sentido de negar o papel cada vez maior das mediações culturais e ideológicas nos processos de dominação política. Na atualidade, um trabalhador é bombardeado com mais propaganda e informação em um único dia que um indivíduo que viveu de 1900 a 1960 (LOSURDO, 2004). Além disso, há inegavelmente um papel crescente de redes associativas na sociabilidade burguesa: a sociedade civil é objetivamente cada vez mais complexa (FONTES, 2012).

⁹⁷Sobre o uso das Forças Armadas em função da segurança interna, o episódio expressivo da ocupação militar de Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão que não coincidentemente lembra a repressão à Canudos, Contestado e Caldeirão do Diabo: “Em 23 de novembro [de 2010], todo o efetivo policial do Rio de Janeiro já estava de prontidão, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal já haviam sido acionadas, bem como as Forças Armadas. Ao longo da semana, o efetivo empregado foi de 22 mil policiais e militares das Forças Armadas, o que representa quase o dobro do total de militares empregados na intervenção militar no Haiti (11.449, de 31 países) e um quinto do contingente militar dos Estados Unidos mobilizado na invasão do Afeganistão” (BRITO, 2013, p. 85).

Contudo, esses dados sobre a realidade não legitimam qualquer compreensão de uma relação de proporção inversa entre consenso e coerção ou sequer a leitura da sociedade civil como espaço de uma disputa equilibrada pela hegemonia. Fontes (2012, p. 185) afirma que Coutinho nunca dedicou atenção ao estudo dos aparelhos “privados” da hegemonia burguesa, dada a compreensão do autor do caráter prussiano, dependente e truculento da burguesia, concentrando-se nos aparelhos das classes populares. Todavia, discordamos dessa explicação. Com o crescimento do movimento de massas nos anos de 1980, foi uma tendência majoritária entre intelectuais marxistas – inclusive os que tinham pouca esperança nas potencialidades democráticas de transformação da ordem, como Florestan Fernandes – centrar sua atenção nas novas organizações da classe trabalhadora que surgiam e se consolidavam.

Porém, a despeito desse fundo histórico, a obra de Coutinho também expressa uma tendência mais geral dos “socialistas democráticos” de matriz gramsciana: evitar uma análise histórico-concreta, em reduzido nível de abstração, das condições reais da luta pela hegemonia entre as diferentes classes e frações de classe. Como apontou Losurdo (2004, p. 148), durante boa parte do século XIX “dado o estágio ainda artesanal da editoria e da imprensa e dados os custos relativamente baixos de produção, muito fácil se apresenta o acesso das classes populares a estes instrumentos de agitação e de mobilização”, mas essa dinâmica muda no século XX com a consolidação do capitalismo monopolista. Cresce em ritmo acelerado o capital médio necessário para os empreendimentos da indústria cultural como rádio, TV, cinema, agências de notícias internacionais e mais recentemente, vídeo games, portais de internet, redes sociais e aplicativos de uso de massa.

As classes dominantes, em seu processo de auto-organização, tem disponível o poder econômico para grandes empreendimentos, relações preferenciais com os poderes instituídos para conseguir legislações que garantam seus interesses (como o acesso às concessões públicas de TV e rádio, impedir leis de democratização da comunicação etc.) e, evidentemente, a capacidade de montar seus aparelhos através de assalariamento em processos de acumulação capitalista, sem ter que enfrentar as típicas dificuldades da classe trabalhadora de manter aparelhos ‘privados’ de hegemonia através do trabalho militante e financiado fora da

perspectiva de lucratividade. Caio Navarro de Toledo (1994, p. 32) pergunta, ironicamente, em que país capitalista é possível encontrar “a veiculação, permanente e sistemática, de valores antiburgueses e de uma cultura política de orientação socialista e popular?” E completa respondendo: “Nos regimes democráticos mais avançados nem de longe se pode vislumbrar esta possibilidade”.

Existe uma concentração do poder de direção político-cultural em dois sentidos estratégicos. Em cada país a classe dominante sempre mantém em sua posse o poder de direção político-cultural e no sistema capitalista mundial, os países centrais – sobretudo a única superpotência do mundo - controlam com amplo domínio os meios de luta pela hegemonia⁹⁸. Os exemplos podem ser multiplicados aos montes, desde os lugares-comuns do domínio incontestado da indústria cultural norte-americana no mercado mundial fonográfico e cinematográfico, até exemplos menos perceptíveis como esse:

O mercado da informação é quase monopólio de quatro agências: Associated Press e United Press (Estados Unidos), Reuter (Grã-Bretanha) e France Press. Todas as rádios, todas as cadeias de televisão, todos os jornais do mundo compram os serviços destas agências. 65% das “informações” mundiais partem dos Estados Unidos (LATOUCHE apud Losurdo, 2004, p. 280-281).

Além disso, em qualquer regime burguês, em maior ou menor medida, há uma política de perseguição sistemática aos aparelhos de hegemonia da classe trabalhadora – situação essa, é claro, que não acontece com os aparelhos da classe dominante. Seja em momentos democráticos ou em momentos de ditadura, os processos de auto-organização da classe dominante sofreram pouco ou nenhum constrangimento do poder repressivo do Estado. O mesmo não pode ser dito sobre as classes populares: alvos principais dos processos repressivos nos momentos de ditadura aberta; no período de normalidade democrática, passam longe de uma situação de livre organização. Além dos dados já apresentados acima sobre a repressão, cabem dois exemplos ilustrativos da atualidade.

⁹⁸“O domínio da burguesia não estará suficientemente sólido e garantido enquanto o monopólio da força armada não estiver completado pelo monopólio da produção espiritual, isto é, pela supressão seja dos meios de informação, seja dos partidos que, por causa da sua organização e da sua relação com as classes sociais antagônicas em relação às dominantes, se configuram, ou são suscetíveis de se configurar, em situações de crise, como uma alternativa de poder” (LOSURDO, 2004, p. 157).

Dentre os meios de comunicação em massa, o rádio é um dos que exige um menor volume médio de capital. No Brasil existe uma longa tradição de rádios comunitárias como veículos de informação, entretenimento e luta política – especialmente ligadas às denúncias locais, como precariedades dos serviços básicos de saneamento, água, luz etc. Segundo dados levantados pela organização Intervozes, existe atualmente no país de 10 a 14 mil rádios comunitárias; apenas 4.724 rádios tem permissão legal para funcionar e em consequência disso, o Estado brasileiro opera uma política sistemática de perseguição e fechamento das rádios comunitárias: por ano, são fechadas 700 a 800 rádios comunitárias, uma média de duas por dia. Ainda segundo o Intervozes, a maioria das rádios interditadas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) junto com o Ministério Público e a Polícia Federal são as de perfil mais popular: diretamente ligadas às iniciativas comunitárias locais sem associação com o poder político e econômico instituído⁹⁹.

O segundo exemplo a ser trabalhado é a criminalização, em ritmo crescente, através de práticas de militarização do território, das expressões político-culturais da classe trabalhadora. Em 2011, na Cidade de Deus, centenas de moradores protestaram contra a interferência policial em bailes funks. Apesar do protesto dos trabalhadores, a prática oficial e oficiosa de perseguição aos bailes continuou e contou com amplo apoio da “grande mídia” – aparelho ‘privado’ de hegemonia da classe dominante – que afirmou diuturnamente que os protestos aconteciam “a mando de traficantes” (BRITO, 2013, p. 109). Ainda na temática, o rapper e ativista carioca Fiell retrata a situação do esmagamento das formas de organização da classe trabalhadora sob a regulação armada do território, afirma que:

[...] Tudo é proibido, tudo só pode ser feito mediante autorização prévia da polícia. O funk tá vetado, qualquer festa precisa de aval. Os jovens estão sempre sendo submetidos a revistas vexatórias [...]. Para ter paz, perdemos a liberdade. Naqueles prédios vizinhos [aponta], ninguém diz o que eles podem ou não ouvir, nem a que horas a festa tem de acabar (BRITO, 2013, p. 109).

Continuando com a mesma perspectiva de denúncia, Márcia Honorato (coord. da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência) comenta que:

Além das prisões arbitrárias, das revistas vexatórias, os soldados agem com violência e são capazes de lançar bombas de efeito moral por conta de

⁹⁹Dados completos na biblioteca virtual da Intervozes. Acessado em 19/03/2018. Disponível: <http://intervozes.org.br/> Acesso em 17/05/2018

coisas banais, como o som alto do carro ou uma festa que ultrapassou o horário determinado por eles. É uma ditadura (BRITO, 2013, p. 110).

A conclusão que se impõe é que pensar a luta pela hegemonia, fora da dinâmica de atuação do poder estatal nos processos de dominação política e desconsiderando a capacidade estruturalmente diferencial das classes para organizar e fortalecer seus aparelhos, significa transformar o conceito em fetiche fazendo dele uma neblina de encobrimento da realidade. A sociedade civil¹⁰⁰ está longe de ser um espaço pluralista e democrático: é mais uma arena da luta de classes com toda brutalidade, violência e arbítrio típico¹⁰¹. Como resume Fontes (2012, p. 198 – grifos nossos), “A ampliação do Estado, apontada por Gramsci, expressa não só o aprofundamento da democracia, mas também a complexificação dos meios de dominação de classes na atualidade”.

Por último, cabe abordar um dos pilares da noção do Estado ampliado de Coutinho: a compreensão de que o Estado capitalista, na contemporaneidade, é uma arena de disputas entre classes, onde não é possível considerar o Estado como burguês, mas sim sob a hegemonia da burguesia¹⁰². Carlos Nelson Coutinho faz uma apreensão bastante simplista da teoria do grego Nicos Poulantzas – chamado

¹⁰⁰Carlos Nelson, ao operar com seu conceito de “sociedade civil”, oscila entre uma compreensão que a vê como um espaço plural, democrático e do consenso e como uma arena da luta de classe. A prevalência de uma ou outra perspectiva depende da conjuntura política. Depois de sua ruptura com PT e derrotado o otimismo democrático dos anos de 1980, a segunda concepção foi a que se destacou, como podemos ver em (COUTINHO, 2007, p. 29-50). Ellen Meiksins Wood sintetiza as principais críticas as noções de “sociedade civil” desligadas das condições reais da luta de classe: “essas teorias, é claro, reconhecem que a sociedade civil não é um reino da perfeita liberdade e democracia. Ela é, por exemplo, marcada pela opressão na família, nas relações de gênero, no local de trabalho, por atitudes racistas, homofobia, e assim por diante. Mas essas opressões são tratadas como disfunções na sociedade civil. Em princípio, a coerção pertence ao estado enquanto a sociedade civil é onde a liberdade está enraizada, e a emancipação humana, de acordo com esses argumentos, consiste na autonomia da sociedade civil, sua expansão e enriquecimento, sua liberação do estado e sua proteção pela democracia formal. O que tende a desaparecer de vista, novamente, são as relações de exploração e dominação que irredutivelmente constituem a sociedade civil, não apenas como alguma desordem estranha e corrigível, mas como a própria essência, a estrutura particular de dominação e coerção que é específica ao capitalismo como uma totalidade sistemática”. Acessado em 10/04/2018. Disponível: <https://lavrpalavra.com/2016/01/26/o-recuo-dos-intelectuais/amp/>

¹⁰¹Essa consideração não tem como premissa que é impossível os trabalhadores conquistarem a direção moral e intelectual sobre os explorados e oprimidos antes da conquista do poder político. Pelo contrário, o estabelecimento dessa liderança político-cultural é um pressuposto da revolução, mas a forma de alcançá-la não guarda semelhança com as teorias ditas inspiradas em Antônio Gramsci. Contudo, aprofundar nessa temática foge aos objetivos de nossa pesquisa.

¹⁰²Cabe notar que o conceito de hegemonia em Antônio Gramsci é bem preciso: hegemonia de uma classe ou bloco de classes sobre outras classes (GRAMSCI, 2007). Falar de hegemonia sobre o Estado pressupõe redefinir todo conceito de hegemonia, criando um novo, tarefa não realizada por Carlos Nelson Coutinho.

por Coutinho de o “último Poulantzas”, notadamente no seu último livro “O Estado, o poder, o socialismo” (POULANTZAS, 1981). Em 1976, já na fase de formulação sobre o “socialismo democrático”, Poulantzas, na entrevista concedida à Revista *Dialectiques*, afirma que duvida muito da “eficácia de uma teorização geral do Estado capitalista atual que possa dar conta, mesmo em nível abstrato, das transformações do aparelho do Estado no conjunto desses países [dependentes e imperialistas]”, nesse sentido, afirma o cientista político marxista que está “cada vez mais convencido da necessidade da teorização simultânea do Estado atual dos países dominantes, de um lado, e do Estado atual dos países dominados-dependentes, de outro” (POULANTZAS, 1984, p. 67 – grifos nossos).

Coutinho desconsidera essa advertência fundamental de Nicos Poulantzas. O grego, nas suas reflexões sobre os rumos ao “socialismo democrático”, sempre deixa explícito que está tratando da realidade europeia e especialmente francesa (POULANTZAS, 1984; 1981; 1982). Ignorando esse dado fundamental, a própria apropriação de Carlos Nelson da teoria poulantiana se descola do que realmente defendia o autor. Na nota 57 do II capítulo dessa dissertação citamos essa síntese da teoria do Estado coutiniana diretamente inspirada, segundo o filósofo baiano, na obra do pensador grego

O Estado é a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, com hegemonia de uma delas. É uma bela definição, que me parece valer também para o Estado socialista tal como eu o imagino. Enquanto o Estado capitalista há correlação de forças com hegemonia seja do capital financeiro, como agora, seja do capital industrial, como há algum tempo atrás, o Estado socialista é uma correlação de forças em que há hegemonia dos trabalhadores (COUTINHO, 2012, p. 415).

Poulantzas afirma, realmente, que o Estado é uma “relação, mais exatamente uma como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1981, p. 147). Contudo, essa correlação de forças não se expressava como uma indeterminação estrutural das classes no Estado, sendo sua posição definida pela correlação de forças de cada conjuntura política. Em maior nível de abstração, para Poulantzas, a ossatura material das instituições do Estado está determinada pelas relações de produção e a divisão social do trabalho que reproduzem, no seio do Estado e de forma específica, as relações de dominação-subordinação constitutivas dessa “base econômica” (POULANTZAS, 1981, p. 150).

A partir dessa leitura, o pensador grego critica “certos comunistas italianos” (o autor fala de eurocomunistas ligados a perspectiva defendida pelo dirigente do PCI, Giorgio Amendola) que defendem a falsa teoria com consequências políticas “graves” de que a “presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo deter, sem transformação radical desse Estado”, pois, continua o autor, “as contradição internas do Estado não implicam [...] uma ‘natureza contraditória’ [...] ou que ele apresentaria, atualmente, uma real situação de duplo poder em seu próprio seio” (POULANTZAS, 1981, p. 1964).

A teoria relacional do Estado, para Nicos Poulantzas, não significa deixar de considerar o Estado estruturalmente burguês. Sua crítica ao que chama de concepções de Estado “instrumentalista” (Estado-coisa) ou essencialista (Estado-sujeito), negritando a presença das massas populares no Estado, sendo a luta de classes constitutiva e não exterior ao Estado, não o faz perder de vista o papel necessariamente subalterno dos explorados e oprimidos no centro estratégico de exercício do poder burguês. Diz o autor na famosa entrevista concedida à Henri Weber e publicada na Revista *Critique Communiste* em junho de 1977:

O Estado atual, no seu conjunto, com todos seus aparelhos, tanto a Previdência Social como a Assistência médica, a Escola ou a Administração, corresponde, pela sua própria estrutura, ao poder burguês. Penso que as massas populares não podem, dentro do Estado capitalista, ter posições de poder autônomo, mesmo que sejam subalternas. Elas existem enquanto dispositivos de resistência, como elementos de corrosão ou de acentuação das contradições internas do Estado (POULANTZAS, 1982, p. 133).

Além das massas populares estarem sempre em situação subalterna no aparato estatal, o Estado burguês, segundo Poulantzas, é constituído de uma rede de aparelhos onde se expressa e condensa as contradições de classes e frações de classe, e o aparelho dominante do campo estratégico de exercício do poder que é o Estado não é definido por seu contorno jurídico, mas pela situação da relação de força entre as classes e frações, onde, não custa lembrar, a classe dominante tem sua posição estratégica assegurada. Nesse sentido, a “organização institucional do Estado permite à burguesia, no caso do acesso das massas populares ao poder, permutar os lugares do poder real e poder formal”, logo, “mesmo quando a esquerda no poder consegue controlar, em uma hierarquia formal, os devidos cumes, ou

aparelhos dominantes do Estado, resta saber se ela controla realmente seus núcleos de poder real” (POULANTZAS, 1981, p. 159-161)¹⁰³.

O cientista político grego, porém, rechaça qualquer noção de duplo poder ou ruptura frontal com o Estado. Defende, basicamente, a construção do socialismo democrático através das lutas populares dentro e fora do Estado ampliando ao máximo a democracia representativa combinada com a democracia direta e os focos autogestionários. A contradição entre sua teoria do Estado e a estratégia política é resolvida através de um recurso teórico e político: o movimento de massas. O movimento de massas, na reflexão do autor, aparece como um *deus ex machina* para todas as aporias do seu construto teórico.

O papel subalterno das massas populares no seio do Estado, a posição estratégica da classe dominante no controle dos aparelhos estatais e a capacidade de operar uma reação burguesa – contrarrevolucionária – através do aparato repressivo é “resolvida” através da invocação de um movimento de massas potente, permanente e criador. Quando questionando por Henri Weber sobre as debilidades de sua formulação – no momento em que o entrevistador insistia que o Estado burguês é sempre um “espaço” desfavorável para qualquer ação política dos explorados e oprimidos -, diz Poulantzas: “Mas eu tenho uma análise diferente: ou haverá uma mobilização formidável da base, ou não haverá. Se não houver, está tudo acabado: viveremos uma nova experiência social-democrata” (POULANTZAS, 1982, p. 144).

No último capítulo do seu livro “O Estado, o poder, o socialismo”, intitulado sugestivamente “para um socialismo democrático”, as dificuldades do autor são ainda mais patentes. Formula que a ação política das massas no Estado terá como função, através de um longo processo de “tomada do poder numa via democrática”, desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos que as massas “sempre dispõem no seio das redes estatais [...] de tal maneira que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros do poder real” (POULANTZAS, 1981, p. 296 – grifos nossos). Contudo, como esses centros das massas populares vão se transformar nos centros do “poder real” se

¹⁰³ “As classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no núcleo essencial desse Estado. A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante” (POULANTZAS, 1981, p. 165 – grifos nossos).

segundo o próprio autor, são sempre “subalternos”, sem “poder autônomo” e existem enquanto resistências: podendo existir enquanto tal por não ameaçarem o exercício do poder real nos aparelhos estratégicos do Estado¹⁰⁴.

Quando trata de abordar o papel da transformação socialista democrática nos aparelhos repressivos do Estado, diz, basicamente, seja na entrevista com Henri Weber (1982) ou no seu último livro, que não é certo que o conjunto desse aparelho passe à reação e que eles também são “atravessados pelas lutas das massas populares” e cita o Portugal da Revolução dos Cravos como um exemplo (POULANTZAS, 1981, p. 298). Contudo, temos aqui um truísmo: se o Estado é constituído pelas lutas de classes, todos os seus aparelhos, inclusive os repressivos, são atravessados pela luta de classe. A questão é uma teoria da forma específica de incidência constitutiva da luta de classe e das massas populares nos diversos aparelhos repressivos e o papel da estratégia socialista no enfrentamento da questão. Ou seja, existe uma ausência de uma diferenciação sistemática dos tipos de aparelhos do Estado e a capacidade de transformação constitucional (“democrática”) do seu conteúdo social e estruturação - uma qualificada apreensão teórico-política dessa diferenciação é fundamental para uma estratégia socialista com possibilidades de vitória política.

Novamente a resposta do pensador grego é um grande movimento de massas. A escolha – consciente ou inconsciente – desse recurso teórico com papel de *deus ex machina* se deve, provavelmente, ao impacto que teve no campo do marxismo althusseriano, no qual Nicos Poulantzas fazia parte, o Maio de 1968 na França e o fascínio da esquerda do país pelo maoísmo no período histórico da Revolução Cultural Chinesa.

Por último, está ausente na análise de Poulantzas como a institucionalidade molda os sujeitos políticos que sobre ela atuam. Existe uma tendência de longa duração no movimento operário de considerar o Estado como uma máquina

¹⁰⁴ “Por essa razão, o Estado capitalista não é o melhor nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem forças, já que isso presumiria desconhecer a unidade de classe do Estado e assumir, portanto, a ideia de uma desarticulação que tornaria possível, a coexistência de duplos poderes em seu interior. Esta é uma das razões pelas quais em todas as experiências de transformação das sociedades capitalistas – independentemente da avaliação e do balanço que se tenha dessas experiências – as classes dominadas sempre tiveram que gerar embriões de um novo Estado fora do Estado capitalista – gerando a chamada dualidade de poderes -, que expressaria melhor sua força social e as novas condensações de relações de poder, tais como exércitos revolucionários, conselhos operários e camponeses etc.” (OSÓRIO, 2014, p. 52).

burocrática sem determinações próprias e que atua de acordo com o comando dos ocupantes dos postos centrais. Essa tendência pode assumir várias formas: desde uma concepção abertamente baseada no positivismo jurídico, como no caso da social-democracia no auge do Estado de bem-estar, até as análises mais sofisticadas do austromarxismo como conceber o Estado como uma correlação de forças instável. Ser um “partido de governo” molda, estruturalmente, o funcionamento do partido¹⁰⁵.

Em todo seu livro não existe uma única reflexão por parte de Nicos Poulantzas sobre os perigos do partido com estratégia “democrática” de transição ao socialismo metamorfosear-se em um gestor da ordem. Os poucos e rápidos comentários do autor sobre o tema são resolvidos – há que se insistir nesse tema – com o apelo a um amplo movimento de massas que impediria a social-democratização do projeto político: movimento esse não debatido em seus fundamentos, constituição, limites e possibilidades.

Em suma, e concluindo esse ponto: a compreensão do Estado burguês como uma arena aberta as disputas de classe não se comprovou historicamente a partir da experiência da social-democracia e do eurocomunismo, a apropriação que Coutinho faz da teoria poulantiana é precária e as próprias formulações do pensador grego se perdem em aporias insuperáveis e debilitadoras de qualquer capacidade de apreender realmente a questão da conquista do poder numa estratégia de transição socialista.

4.2.3 Capitalismo brasileiro: dependência e superexploração da força de trabalho

¹⁰⁵“Portanto, a eficácia dos socialdemocratas – ou de qualquer outro partido – em regular a economia e mitigar os efeitos sociais depende da lucratividade do setor privado e da disposição dos capitalistas em cooperar. [...] Essa barreira estrutural que não pode ser transposta: o limite de qualquer política econômica é dado pelo fato de ser necessário proteger o investimento, e, portanto, os lucros, no longo prazo. Como os lucros são privados, as decisões dos capitalistas individuais concernentes ao volume e direção do investimento condicionam a eficácia das intervenções do Estado e devem ser previstas [...] Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural – uma característica do sistema, e não dos ocupantes de cargos governamentais, dos vencedores das eleições. Estar “no poder”, na verdade, confere pouco poder; os socialdemocratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer outro partido” (Przeworski, 1991, p. 60).

Como mencionado durante todos os capítulos dessa dissertação, o debate estratégico sobre a Revolução Brasileira tem que partir dos dilemas da periferia capitalista compreendendo a particularidade de nossa formação social. Entendendo que a história do “subdesenvolvimento latino-americano é a história do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2013, p. 47).

A crise capitalista mundial do entre guerras e a Revolução de 1930, aceleraram o desenvolvimento de relações de produção capitalistas no país e deram início a um longo processo de mudança no padrão de acumulação de capital, passando progressivamente a centrar-se na produção urbano-industrial. Esse processo de longa duração histórica de modernização conservadora consolidada com a ditadura empresarial-militar não reverteu, antes o contrário, o caráter dependente e periférico da economia¹⁰⁶.

Entre 1930 e 1980 o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo capitalista. Essa escala exponencial baseou-se, contudo, em um processo industrializante em que o Brasil reforçou sua posição subordina nas cadeias de valor globais, mantendo o domínio tecnológico e as fases mais avançadas do processo produtivo concentrados nos países centrais do capitalismo. Houve também a manutenção da economia exportadora - em razão da impossibilidade de um ciclo de fechamento do capital centrada no mercado interno -, fortíssima dependência científica e tecnológica, diversos mecanismos de controle da economia mantidos e ampliados pelo capital estrangeiro (como o crescente endividamento do Estado) e também as várias formas de transferência de valor aos países centrais. Em suma, aconteceu o desenvolvimento do subdesenvolvimento¹⁰⁷. Marini sublinha com precisão o sentido desse desenvolvimento capitalista:

¹⁰⁶ Sobre o impulso da industrialização periférica na América Latina a partir dos anos de 1950, no momento da “crise” do processo de substituição de importações: “A segunda razão da integração dos sistemas de produção é dada pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, acompanhado de uma aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo – que passou de uma média de oito anos para quatro anos -, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados” (MARINI, 2013, p. 59).

¹⁰⁷ “Ocorre, contudo, que os desenvolvimentistas haviam confiado demasiado no papel da industrialização para garantir a modernização econômica e a criação de centros nacionais de decisão econômica ou de acumulação capitalista. Eles haviam também identificado a industrialização como a

Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses e o fracasso da política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart demonstra esse fato. Por outro lado, essa burguesia depende, para o desenvolvimento de sua indústria, de uma tecnologia cuja criação é privativa de tais monopólios. Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a esta sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posta que chega à etapa imperialista [monopolista] antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação da dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2013, p. 157).

Marini (2011) e Bambirra (2013) demonstram que existe uma confluência histórica de interesses entre as classes dominantes internas e o imperialismo, havendo conflitos pontuais, mas não antagonismos irreconciliáveis. Na impecável apreensão de Vânia Bambirra, as classes dominantes brasileiras são classes dominantes-dominadas (BAMBIRRA, 2013, p.113). O poder do imperialismo consiste em ter mecanismos de controle, através das mediações dos conflitos internos, sobre o sentido e o padrão da acumulação de capital, as estruturas de poder, a produção cultural e ideopolítica dominante, em suma, ser a fração hegemônica no bloco no poder subordinando as demais frações – desde a burguesia interna industrial até a oligarquia agrária modernizada.

Esse processo de reprodução do capitalismo dependente baseia-se primordialmente no aumento da exploração do trabalhador e não no crescimento da produtividade (o que não significa, importante frisar, a ausência de ganhos de produtividade do trabalho, mas que a produtividade média maior do capital se

criação de condições democráticas, atrás da distribuição de renda e outras características que se consideravam intrínsecas ao capitalismo industrial [...] A teoria da dependência buscou demonstrar que esta industrialização não trazia as consequências esperadas por esta visão desenvolvimentista e nacional-democrática. Ela não trazia autonomia de decisão, por que a industrialização passava a ser comandada pelo investimento externo, baseado na empresa multinacional, cujo centro de poder continuava nos polos centrais da economia mundial. Ela não trazia distribuição de renda, por que se fazia na época do capitalismo oligopólico e financeiro que tende a concentrar em grandes grupos econômicos o poder e a riqueza. Ao mesmo tempo, a tecnologia moderna valorizava o trabalhador qualificado e as atividades gerências em detrimento dos assalariados sem qualificação, provocando uma forte diferenciação de renda no interior do assalariado” (DOS SANTOS, 2015, p. 105).

localiza nos centros do capitalismo e que os ganhos de produtividade, na periferia do sistema, estão ainda mais interligados com a intensificação da exploração da força de trabalho). Tratando-se de especialização produtiva, fabricamos e exportamos produtos que sofrem estagnação ou regressão de preço no mercado mundial; o mecanismo usado pelas classes dominantes nacionais e o capital estrangeiro atuante no Brasil para compensar a transferência de valor para fora atrás das diferenças de produtividade, comércio internacional, remessa de lucros, pagamentos de royalties e dividendos etc., é o aumento da massa total de valor produzido, não se contrapondo à sua transferência, “mas compensando a perda de mais-valia no plano da produção interna” (MARINI, 2011, p. 147).

Marini percebeu que a superexploração da força de trabalho é a forma de compensar a transferência de valor na periferia, articulando três mecanismos de extração de mais-valor: a intensificação da jornada de trabalho, seu prolongamento e a “expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”, esse último método sendo o característico da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011, p. 149). Isso significa que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, expropriando o fundo de vida e de consumo da força de trabalho.

Isto remete à questão do valor da força de trabalho e às especificidades do capitalismo dependente, que levaram Marini a pensar na necessidade de uma nova categoria para dar conta de explicá-lo. A grande descoberta de Marx, escreveu Engels no prefácio ao Livro II de O capital, foi demonstrar que não é o trabalho que é vendido como mercadoria, mas a força de trabalho, e como e por que o trabalho constitui valor. Superando a teoria ricardiana, Marx deu a conhecer que, mesmo sendo a força de trabalho paga pelo seu valor, havia exploração (Engels, 1983). Por outro lado, Marx não desconhecia a possibilidade de o capital remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor ou de consumi-la além das condições normais: ‘a utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes’ (Marx, 1983, p. 189) [...] De acordo com [Jaime] Osorio, o desdobramento ulterior da categoria da superexploração desenvolvida por Marini passa pela reflexão em torno do fato de que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total e que, no capitalismo dependente, ambos tendem a ser violados, transgredidos, de maneira sistemática, como mecanismo praticado nas economias submetidas ao imperialismo para compensar as transferências de valor que são apropriadas por este último. Examinar como se dão as condições de exploração e superexploração em cada momento histórico passa a ser, portanto, um procedimento teórico possível e necessário para a crítica dessa tendência estrutural que marca as relações de produção em economias dependentes, como é o caso do Brasil (SEIBEL, 2013, p. 173).

Ao contrário do que defende Carlos Nelson Coutinho e uma longa tradição da economia política brasileira, as relações de produção no país, isto é, a superexploração da força de trabalho, não é uma contingência do atraso ou produto de conjunturas políticas, mas um elemento constitutivo das relações de produção capitalistas no Brasil, espraiando pela totalidade social, condicionando formas políticas próprias que estão imbricadas ao padrão de dominação política. Como bem coloca Marini (2014, p. 52):

A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

Nesse sentido, ao lado das determinações mais gerais de todo Estado capitalista, sua configuração no capitalismo dependente é atravessada por dois processos que o definem em sua particularidade: a dependência e a superexploração da força de trabalho. O Estado capitalista dependente é caracterizado por uma relação de submissão em relação ao sistema mundial interestatal dominado pelos países centrais do capitalismo. Essa submissão constitui uma subsoberania, isto é, uma soberania nacional estruturalmente restringida com todas as consequências decorrentes disso no plano sociopolítico e da luta de classes¹⁰⁸.

Tal subordinação do Estado e do processo de acumulação ao imperialismo tem como uma de suas principais consequências os processos de modernização periférica que tem como corolário a intensificação da penetração do capital estrangeiro na economia, fortalecendo essa fração no bloco do poder e inviabilizando qualquer projeto nacional autônomo por parte da burguesia interna. O Estado capitalista dependente, portanto, internaliza as relações de poder de Estados e capitais imperialistas, tendendo a atuar com dilatado terrorismo de Estado e regimes constitucionais herméticos de baixíssima participação popular – normalmente denomina-se esse fenômeno como “autoritarismo” – para garantir os

¹⁰⁸ “Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos” (OSÓRIO, 2014, p. 206).

interesses do bloco dominante e principalmente da fração hegemônica, o capital estrangeiro.

Essa dependência ampliada se fundamenta, como vimos acima, em um padrão econômico de produção de excedente baseado na superexploração da força de trabalho. Desse regime de exploração deriva uma dinâmica produtiva que ignora as necessidades de consumo das amplas massas e fundamenta abismos sociais:

A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes (OSÓRIO, 2014, p. 209).

Sem qualquer possibilidade de criar uma rede de compromissos materialmente sólidos, algo próximo de um “Estado de bem-estar”, tendo baixíssima capacidade de suportar um conflito redistributivo de alta intensidade, as soluções “prussianas” e “autoritárias”, são próprias da forma estatal do capitalismo dependente. Os processos políticos conjunturais podem criar um regime político com maior democratização e direitos sociais, como é o regime argentino comparado ao brasileiro (KATZ, 2016), mas não negar as determinações materiais próprias dessa forma de ser do Estado burguês.

Portanto, a conceituação correta para o Estado brasileiro não está em categorizá-lo como um Estado ampliado, mas sim um Estado dependente que assume, a partir dos anos de 1960, a forma política de “Estado de contrainsurgência”. Um Estado que mantém em alguns momentos históricos uma dimensão constitucional com direitos civis e políticos em funcionamento precário, mas nunca dispensa um aparato robusto de terrorismo estatal que opera em uma lógica de extermínio do “inimigo interno” e gerido por um sistema político de participação restrita que se autolegitima entre os membros do bloco do poder e das classes-apoio, atuando como garantidor da dependência e da superexploração no processo de acumulação capitalista dependente¹⁰⁹.

¹⁰⁹ O autor sintetiza suas reflexões nesse trecho: “El Estado de contrainsurgencia, producto de la contrarrevolución latinoamericana, presenta una hipertrofia del poder ejecutivo, a través de sus diversos órganos, respecto de los demás; no se trata, sin embargo, de un rasgo que lo caracterice respecto al moderno Estado capitalista. Más bien esa distinción debe buscarse en la existencia de dos ramas centrales de decisión dentro del poder ejecutivo. De un lado, la rama militar, constituida por el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, que expresa a la institución militar al nivel de la toma

A teoria dos Estados de contrainsurgência, no âmbito da reflexão sobre os Estados capitalistas dependentes, foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini em 1978 para explicar os processos de modernização e dominação capitalista em curso a partir do ciclo de ditaduras militares do grande capital vigentes na época; mas Marini, ao operar o conceito, mostrava que essa forma política atuava também em condições de democracia constitucional, como na Venezuela.

Marini morreu precocemente e não pôde analisar a continuidade dessa forma política nos processos de transição conservadora à democracia. A forma política de contrainsurgência, malgrado sua talhe constitucional, continua plenamente atuante. Ainda que não seja possível aprofundar mais a temática em decorrência dos limites da presente pesquisa, convém finalizar o debate com uma reflexão de Jaime Osório sobre a plena vigência do Estado de contrainsurgência no capitalismo hodierno:

Uma paz social que perduraria por décadas, enquanto os capitais locais criassem as condições de sua reconversão dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, em que a região voltaria a ser grande abastecedora de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial e produtora de partes e/ou montadora de produtos sob a forma de maquila. Em outras palavras, uma paz para conformação de um novo padrão de reprodução – exportador – que reproduzisse a dinâmica das economias dependentes em toda sua ferocidade com uma estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não integrá-la ou integrá-la apenas marginalmente ao mercado e a redobrar os mecanismos de superexploração. Nesse caminho, romper com as alianças sociais e

de decisiones y que reposa sobre la estructura vertical propia a las Fuerzas Armadas; el Consejo de Seguridad Nacional, órgano deliberativo supremo, en el que se entrelazan los representantes de la rama militar con los delegados directos del capital; y los órganos del servicio de inteligencia, que informan, orientan y preparan el proceso de toma de decisiones. De otro lado, la rama económica, representada por los ministerios económicos, así como las empresas estatales de crédito, producción y servicios, cuyos puestos clave se encuentran ocupados por tecnócratas civiles y militares. Así, el Consejo de Seguridad Nacional es el ámbito donde confluyen ambas ramas, entrelazándose, y se constituye en la cúspide, el órgano clave del Estado de contrainsurgencia. Es ésta la estructura real del Estado de contrainsurgencia, que consagra la alianza entre las Fuerzas Armadas y el capital monopólico, y donde se desarrolla el proceso de toma de decisiones fuera de la influencia de las demás instituciones que componen el Estado burgués clásico, como lo son el poder legislativo y judicial. Estos pueden perfectamente mantenerse en el marco de la dictadura militar, como ocurre en Brasil, o configurar incluso un régimen civil, como en Venezuela, sin que ello afecte la estructura y el funcionamiento real del Estado de contrainsurgencia. Recordemos, en este sentido, cómo Venezuela —donde se hizo el primer ensayo de contrainsurgencia en América Latina, a principios de los sesenta— ha evolucionado en el sentido de crear su Consejo de Seguridad Nacional y llegado incluso a la estructuración de un Sistema Nacional de Empresas Públicas, que rige el capitalismo de Estado venezolano fuera de todo control por parte del Congreso y demás órganos estatales. En síntesis, el Estado de contrainsurgencia es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas, independientemente de la forma que asuma ese Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente. Dicho Estado presenta similitudes formales con el Estado fascista, así como con otros tipos de Estado capitalista, pero su especificidad está en su peculiar esencia corporativa y en la estructura y funcionamiento que de allí se generan. Llamarlo fascista no nos hace avanzar un paso en la comprensión de su significado (MARINI, 1978, p. 27).

políticas geradas nas primeiras décadas da industrialização era uma necessidade ineludível. O Estado de contrainsurgência foi a forma política para realizar aquelas fraturas que mais tarde as estenderão sob a dinâmica do mercado e as políticas neoliberais que acompanharam as novas formas de reprodução do capital na região (OSÓRIO, 2014, p. 219).

Em suma, esses são os principais limites teóricos da estratégia socialista de Carlos Nelson. Evidentemente, os pontos apresentados desdobram em uma gama de reflexões sobre, por exemplo, a questão democrática na periferia do capitalismo e a especificidade histórico-concreta da luta por direitos frente ao Estado dependente de contrainsurgência. Cabe, contudo, apenas pontuar essas questões a serem respondidas em futuras pesquisas e partir para as considerações finais da exposição dos resultados da dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015 o mundo todo estava com sua atenção voltada para a Grécia. A Coligação de Esquerda Radical (Syriza) tinha vencido as eleições e prometia acabar com a política de austeridade na Grécia, restaurar o bem-estar social e ativar uma democracia de alta intensidade. O jovem líder do Syriza, o primeiro-ministro eleito Aléxis Tsípras, passou de um ilustre desconhecido fora da Grécia para uma personalidade de esquerda com projeção mundial. O Syriza, partido ideologicamente diverso, com maoístas, trotskistas, eurocomunistas e social-democratas em sua dinâmica interna, se apresentava como um partido “socialista democrático”.

Em julho de 2015, o governo Tsípras chama um plebiscito nacional para o povo grego decidir se aceitaria ou não o novo “acordo” de resgate financeiro imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e União Europeia (UE) – a Troika. O “Oxi” (“não” em grego) foi vencedor com mais de 60% dos votos, enfrentando um gigantesco aparato midiático nacional e mundial de chantagem que afirmava, dentre outras coisas, que dizer não à Troika significava a expulsão da UE e o caos econômico.

Depois do plebiscito, Tsípras e a maioria do seu partido aprovam a continuidade da austeridade: curvam-se à Troika, abandonam o “discurso radical” e o jovem primeiro-ministro circula pelos salões das sedes de poder da Alemanha, EUA e Israel como um filho rebelde que aprendeu a lição e agora promete se comportar de “maneira responsável”. O Syriza, de símbolo anti-austeridade, em questão de meses torna-se o gestor de uma das variantes mais violentas da política neoliberal que destroça a Europa – em ritmo e forma pior que o social-democrata Movimento Socialista Pan-Helênico (PSOK), seu antecessor.

Mais uma vez na história um partido com credenciais socialistas que prometia um caminho democrático ao socialismo termina seus dias como um gestor da ordem dominante¹¹⁰. A grande diferença no caso do Syriza foi a celeridade do processo: o que levou décadas para a social-democracia e partidos socialistas, anos para o PT, PSOE e PSOK, acontece em meses com a “Esquerda Radical”. A maioria dos

¹¹⁰Para um balanço da história em processo do transformismo do Syriza, conferir análise de Edmilson Costa - A crise grega, o desastre da chamada "esquerda radical" e as carpideiras neorreformistas no Brasil. Acessado em 01/04/2018. Disponível: http://resistir.info/brasil/edmilson_grecia_03ago15.html

decepcionados com o Syriza, assim como Carlos Nelson Coutinho em seu processo de saída do PT, falou em abandono e traição do programa. Curiosamente, na história do movimento operário, esse tipo de estratégia é sempre “traída” pelos partidos que a defendem, entretanto, pouquíssimas vezes na história os seus proponentes se perguntam: foi realmente uma traição do programa ou seu desdobramento necessário frente ao real no momento de desmitificação da formulação ideológica?

A hegemonia da ideologia dominante, no processo de intensificação da contrarrevolução neoliberal após a derrubada da União Soviética, retirou do horizonte teórico, simbólico e político a perspectiva revolucionária de tomada do poder. Depois de anos de produção de caricaturas que reduziam o processo revolucionário russo – ou chinês e cubano – a um momento rápido de levante armado, a tomada do “Palácio de Inverno”, com contribuição teórica inestimável de Carlos Nelson no Brasil, tornou-se um pecado mortal de anacronismo histórico pensar em organizações partidárias com estrutura legal e ilegal, tática de conquista do aparato de repressão do Estado para fracionar esse instrumento de dominação, organização de massas com capacidade de transformar-se em braço militar quando necessário, fazer agitação e propaganda sobre a destruição do Estado burguês e a criação da “ditadura do proletariado” – termo excomungado –, e o poder popular.

No circuito fechado da atuação na perspectiva de um socialismo “democrático” e com “liberdade” o problema era “resolvido”, como criticava Louis Althusser, juntando o adjetivo “democrático” a cada aparelho do Estado burguês¹¹¹. Nesse universo ideológico, o sucesso de Antônio Gramsci não pode ser desatrelado de sua domesticação política. Antônio Gramsci foi transformado em liberal, social-democrata, democrata e, conforme Carlos Nelson, socialista democrático e uma alternativa ao leninismo. Na história dos “usos de Gramsci” a tendência majoritária do PT passou a usar versões da categoria de hegemonia¹¹² como a justificativa

¹¹¹“(…) Na verdade, e peço que ponderem bem estas palavras, “destruir” o Estado burguês, para substituí-lo pelo Estado da classe operária e de seus aliados, não é juntar o adjetivo ‘democrático’ a cada aparelho de Estado existente, é muito diferente de uma operação formal e potencialmente reformista, é revolucionar em sua estrutura, em sua prática e em sua ideologia os aparelhos de Estado existentes, suprimir alguns, criar outros, é transformar as formas da divisão do trabalho entre os aparelhos repressivos, políticos e ideológicos, é revolucionar seus métodos de trabalho e a ideologia burguesa que domina suas práticas, é assegurar-lhes novas relações com as massas a partir das iniciativas das massas, na base de uma nova ideologia, proletária” (ALTHUSSER, 1978, p. 52).

¹¹² “Temos reunidos os elementos que nos permitem compreender o deslocamento de significado operado sobre o conceito de hegemonia a que nos referimos na introdução. Os leitores petistas

teórica para os passos de amoldamento à ordem, mostrados como “conquistas de espaço na sociedade civil”, isto é, a guerra de posições.

Desfiguração semelhante, embora sem a mesma fama mundial que Gramsci, sofreu a revolucionária Rosa Luxemburgo¹¹³. Tomada como uma defensora liberal da liberdade, a primeira grande crítica do autoritarismo ou totalitarismo soviético que nascia e símbolo do “socialismo democrático”, a autora que dedicou parte substancial de sua obra e ação política ao combate do reformismo e do cretinismo parlamentar, tornou-se pensadora do “caminho” parlamentar ao socialismo!

Slavoj Žižek em seu *Às Portas da Revolução* (2015) ironiza os círculos políticos e intelectuais atuais da esquerda que buscam recuperar o pensamento de Marx e Engels (retirando-lhes, é claro, de qualquer associação com as experiências revolucionárias do século XX), porém não aceitam, torcem o nariz, para Lênin. Uma das razões que apresenta Žižek é a inviabilidade de uma operação de liberalização de Lênin. O revolucionário bolchevique, dentre todos os nomes do marxismo no Ocidente, talvez seja o que melhor personifique a antítese do que hoje tem preponderância na esquerda mundial: líder dotado de incrível realismo político revolucionário que visava sempre e obstinadamente as melhores táticas, formas de

metamorfoseiam a hegemonia, que perde o caráter socialista e revolucionário e torna-se algo mais difuso, mas, em todo caso, imune à problemática das classes sociais, omissa quanto ao protagonismo da classe trabalhadora e indiferente à questão da revolução socialista. Esta transformação é bem mais radical do que as “metamorfoses da hegemonia” que Perry Anderson apontou no interior dos textos do próprio Gramsci, e abre-se em diferentes perspectivas, como se pode constatar pela variedade das interpretações” (COELHO, 2005, p. 137).

¹¹³ Um exemplo para compreender o nível de distorção teórica em torno de Rosa Luxemburgo é analisar suas críticas aos bolcheviques nos primeiros meses da revolução. Coutinho (1994), Löwy (2015) e Loureiro (2011) citam um famoso trecho do ensaio de Rosa, *A Revolução Russa*, “[...] Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido [...]” como expressão da posição de Rosa em defesa da liberdade e oposição ao leninismo. Esses autores ignoram que na brochura sobre *A Revolução Russa*, Rosa Luxemburgo não questiona a máxima repressão aos exploradores e seus agentes na luta para esmagar a contrarrevolução. Critica os bolcheviques por “não sufocar, com mão de ferro, as tendências separatistas no ovo” (2015, p. 195) se referindo aos movimentos nacionalistas que supostamente estariam sendo manipulados pela burguesia. Ainda falando sobre o combate a reação, diz Rosa “impunham-se todas as medidas de pressão para quebrar com mãos de ferro a resistência contra ele [o governo soviético]: privação dos direitos políticos, dos meios de subsistência etc. Dessa forma, se exprimia, com efeito, a ditadura socialista, *que não deve recuar perante nenhum meio coercitivo para impor ou impedir certas medidas no interesse de todos*” (2015, p. 204 – grifos nossos). A brochura de Rosa é uma crítica às restrições à democracia operária e a liberdade operária, mas uma defesa intransigente, apaixonada, da ditadura do proletariado e o uso de todos os seus meios para conter a reação. Em outro escrito, *A Tragédia Russa* (2015 [1918]), Rosa procura deixar claro que não é antibolchevique ou antileninista e considera que o motivo dos erros dos líderes da revolução reside, principalmente, na falta de apoio do proletariado internacional, notadamente o alemão, à Rússia revolucionária.

organização e atuação com objetivo à conquista do poder político pelo proletariado e a conservação, a qualquer custo, do poder conquistado¹¹⁴.

Voltemos a Carlos Nelson Coutinho. O filósofo baiano afirmava que o marxismo para ser marxismo deve ser revisionista, ou seja, mudar permanentemente as análises, categorias e problemas de pesquisa para acompanhar o real em seu movimento. Evitando o debate sobre esse “conceito” de revisionismo, aspecto marginal na obra coutiniana, a partir dessa compreensão e seguindo sua personalidade e forma de fazer política, sempre avesso ao dogmatismo, Coutinho valorizava a crítica, autocrítica e reflexão, sendo-lhe estranha a canonização de autores e teorias como se fossem dogmas eternos.

Nesse sentido, criticar sem condescendências a obra de Carlos Nelson é a melhor forma de homenageá-lo. Como procuramos mostrar durante toda exposição da pesquisa, Coutinho apresenta uma obra repleta de méritos. Suas contribuições no debate sobre formação social brasileira, teoria política marxista, questão democrática, metodologia marxista, crítica literária, a obra de Antônio Gramsci e György Lukács e a estratégia da Revolução Brasileira são bases incontornáveis do debate crítico em nosso país. Entretanto, correndo o risco de sermos repetitivos, o momento histórico impõe uma radical superação da estratégia socialista coutiniana e uma firme crítica de suas bases teórico-políticas.

Nos últimos anos na América Latina, presenciamos uma série de golpes e tentativas de golpes de Estado: Venezuela em 2002, 2003, 2010 e 2016; na Bolívia em 2008; Equador em 2010; Haiti em 2004; Paraguai em 2012; Honduras em 2009 e 2018; Brasil em 2016. O “caminho democrático” ao socialismo de Carlos Nelson Coutinho embasa em uma teoria do Estado e do processo de dominação política equivocado, ignora a ação do imperialismo na América Latina e vira as costas para uma análise real, histórica, do comportamento sociopolítico das classes dominantes periféricas: seu fundamento é uma dedução abstrata e formalista de uma impossibilidade (ou baixa possibilidade) do terrorismo de Estado aberto, ditaduras militares e fascismos dado o papel da “sociedade civil” na disputa de hegemonia nas “Sociedades Ocidentais” – sociedade civil que, na verdade, é outro nome para se

¹¹⁴O que não significa defender que Lênin era um político sedento por poder e imoral, como afirmam muitos nomes da historiografia da ordem. Para uma completa abordagem da obra de Lênin, a incrível biografia intelectual *Reconstruindo Lênin* do húngaro Tamás Krausz, Boitempo Editorial, 2017.

referir a uma dimensão particular da luta de classe: a disputa pela direção político-cultural como momento do processo global de dominação política¹¹⁵.

Se a crença no caminho democrático ao socialismo é, no melhor dos casos, uma petição de princípios, a teoria da organização política, em especial a forma-partido, deve desenvolver as potencialidades para enfrentar a classe dominante e os aparatos e técnicas de repressão, controle e extermínio dos subalternos¹¹⁶.

Também é impossível pensar a forma-partido desconectada de uma criteriosa análise da formação social sobre o qual se atua politicamente com vistas à revolução socialista. Nesse sentido, como destacamos durante o capítulo I da exposição da pesquisa, a obra coutiniana, embora apresente diversos nortes importantíssimos de análise, é débil ao não apreender a dependência e a superexploração como determinantes centrais do capitalismo periférico brasileiro. Na atualidade, com a crise mundial do capitalismo e a ofensiva burguesa no Brasil, radicalizada com o golpe de Estado de 2016, há um aprofundamento da dependência e da superexploração da força de trabalho. A brutal desnacionalização da economia e entrega das riquezas nacionais, a blindagem constitucional do fundo público às demandas populares com a EC-95/2016, a destruição da CLT com a contrarreforma trabalhista e a terceirização irrestrita e todo um conjunto de outras propostas já aprovadas ou em curso de aprovação – como a contrarreforma da previdência – tornam urgente, uma necessidade revolucionária, o resgate e atualização do programa de pesquisa posto pela Teoria Marxista da Dependência.

Paralela a essa demanda objetiva do movimento revolucionário, o colonialismo cultural, determinante constitutivo de todo capitalismo dependente,

¹¹⁵“Algumas almas cândidas acreditam que, nos novos tempos democráticos, a direita e o imperialismo vão se abster de aplicar métodos violentos para frustrar o projeto transformador. Não mais ‘pinochetismo’, não mais paramilitares... Infelizmente, isso não é assim, e toda essa perspectiva – na verdade, uma simples esperança, mais do que uma perspectiva – está baseada na aceitação de uma série de falsas promessas. Em primeiro lugar, existe a falsa noção de que as mudanças sociais e políticas podem ser realizadas sem despertar fortes resistências. Tal como dissemos em inúmeras ocasiões, as mais moderadas iniciativas reformistas promovidas pelas organizações em geral terminam num banho de sangue, principalmente no Terceiro Mundo. E, em segundo lugar, e ainda mais problemático: não existe nenhuma evidência histórica que demonstre que uma classe dominante, ou uma aliança de classes dominantes, tenha renunciado voluntariamente ao poder, às suas riquezas e aos seus privilégios após ter iniciado um processo radical de transformações sociais” (BORON apud MOTTA, 2014, p. 142).

¹¹⁶“Podemos a partir daí definir com precisão o caráter da discussão mais frutífera sobre o leninismo hoje: não apenas pró ou contra, entendendo que se trata de aceitar ou rejeitar um produto acabado; mas como enfrentar os problemas que ele, na sua formação inicial, não foi capaz de resolver. Não cabe defender uma doutrina, mas uma postura e um método. E é preciso reconhecer que nenhuma concepção estranha ao leninismo foi até hoje capaz de enfrentar as questões que ele colocou de maneira mais coerente” (NETO, 1978, p. 04 – grifos nossos).

mesmo entre o pensamento crítico, impõe uma barreira muito poderosa às formulações que pretendem entender a realidade da periferia a partir da periferia. O universalismo abstrato constringe a percepção teórica e a inventividade política: até as heresias são cativas do status quo. Todos os grandes líderes dos processos revolucionários do século XX, como Lênin na Revolução Russa, Mao Tsé-Tung na Revolução Chinesa, Fidel e “Che” Guevara na Revolução Cubana, Kim Il-sung na Revolução Coreana, Amílcar Cabral no processo revolucionário de libertação nacional de Guiné-Bissau, e os vários outros exemplos possíveis, eram profundamente nacionais – eram, em realidade, líderes que dirigiam organizações enraizadas nas tradições históricas, políticas e culturais dos seus povos.

Julgamos importante salientar que ser profundamente nacional, não significa, em absoluto, negar as contribuições universais da ciência e do marxismo no mundo, antes o contrário. Todos esses nomes citados – e outros como Antônio Gramsci, Samora Marchel e José Carlos Mariátegui – defendiam que os revolucionários devem se apropriar do que de mais avançado existia em suas épocas históricas na ciência e na cultura. Essa apropriação, todavia, obedecia a um critério muito claro: adensar a compreensão da particularidade da formação social na totalidade que é o capitalismo mundial, com vistas a qualificar e enriquecer a análise da realidade vivenciada, objetivando a conquista do poder.

Todas essas questões redimensionam o debate sobre a questão democrática na estratégia dos comunistas. Lênin afirmou que “em geral, democracia política é apenas uma das formas possíveis de superestrutura acima do capitalismo”, porém, prossegue o líder bolchevique, “o capitalismo se desenvolve no contexto de qualquer forma política e subordina a todas. É, portanto, erro teórico elementar falar da ‘impraticabilidade’ de uma das formas e de uma exigência da democracia” (LÊNIN apud KRAUSZ, 2017, p. 237). Nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, como já vimos no capítulo III, acontece um processo de regressão progressiva da democracia política.

Apresenta-se hoje como plenamente correta a tese fundamental de Lênin, derivada de sua teoria do imperialismo, de que o capitalismo tende a se dissociar cada vez mais da democracia política. Infelizmente, não é possível, no espaço dessa conclusão, debater minimamente a questão democrática na Revolução Socialista Brasileira. Pode parecer estranho, à primeira vista, em um estudo sobre a obra de

Carlos Nelson Coutinho, não colocar aparentemente a questão democrática no centro do debate sobre a sua estratégia socialista.

Essa forma de expor os resultados da pesquisa, contudo, não provém de uma predileção pessoal, mas de uma conclusão analítica: é na análise da formação social brasileira, da teoria do Estado e do processo de dominação política e pelo balanço histórico das experiências do movimento operário no século XX que Carlos Nelson Coutinho alicerça sua “opção” pelo caminho democrático ao socialismo. Debatendo esses fundamentos, estamos necessariamente inseridos na discussão da questão democrática na obra do autor - um dos muitos méritos de Coutinho foi nunca ter reduzido a democracia a uma teoria jurídico-formal, considerando-a em sua totalidade: econômica, social, política e cultural.

Acrescentamos que durante toda exposição da pesquisa, evitamos oferecer respostas prontas e acabadas e formulações alternativas a todos os pontos da estratégia socialista de Carlos Nelson. Assumir essa postura não indica uma ausência de perspectivas teórico-políticas consolidadas, mas a compreensão de que é fundamental colocar no centro da reflexão um conjunto de perguntas que devem ser respondidas pelas organizações da classe nos combates diários, conformando respostas teórico-práticas para um real fortalecimento dos debates estratégicos sobre a Revolução Brasileira.

O papel do intelectual das classes exploradas, no cenário brasileiro, é ser participe de uma dupla função: combater as concepções equivocadas e superadas da estratégia revolucionária (retendo, sempre importante frisar, suas melhores contribuições) e as propostas hegemônicas dos diversos setores da classe dominante buscando a construção de um programa revolucionário que tenha como princípio a radicalidade política, a independência de classe e seja norteado pela compreensão crítica da realidade do capitalismo periférico e seu modo particular de dominação de classe.

Por fim, cabe uma última pontuação importante. Em algumas passagens da exposição da pesquisa as críticas para Carlos Nelson podem parecer não considerar o contexto histórico do momento de produção de sua reflexão teórica, assumindo a forma de uma crítica anacrônica. Coutinho é um tipo de intelectual que no seu campo político e teórico conseguiu tornar-se hegemônico, assumiu o papel de intelectual que em muitos momentos pautou o debate das esquerdas e dos intelectuais críticos em torno de sua produção. Com intelectuais desse porte

acontece, normalmente, o fenômeno de autonomização das ideias. Atualmente muitas organizações – partidos, sindicatos, movimentos sociais etc. -, militantes e intelectuais da esquerda usam ideais e teorias de Carlos Nelson mesmo que não tenham lido suas obras ou que não o citem.

Consideramos, por exemplo, que a teoria do Estado ampliado e a concepção de democracia coutiniana são hegemônicas no seio da maioria das organizações da esquerda nacional – ainda que de forma alguma o autor produtor das ideias possa ser responsabilizado inteiramente pelo uso que seus interpretes fazem delas. A leitura da obra de um autor, especialmente no âmbito da luta política, é sempre mediada pelas necessidades do presente. Nesse sentido, a nossa pesquisa é um estudo sobre a obra de Carlos Nelson com a atenção voltada aos debates estratégicos atuais nas organizações populares.

Por isso, durante a pesquisa e sua exposição nessa dissertação, optamos por fazer um debate mais intraconceitual do que uma contextualização histórica de cada momento da produção do autor. A explicitação dessa condicionalidade política e histórica da nossa pesquisa, longe de debilitar os resultados alcançados, mostra a grandeza histórica do pensamento coutiniano e, ao mesmo tempo, as disputas teórico-políticas em torno de sua obra: desde os que defendem a continuidade do seu legado, seja dos que compreendem sua importância, mas consideram que o momento sociopolítico impõe a superação radical de sua estratégia socialista – perspectiva essa no qual nos inserimos.

Carlos Nelson se autodefinia como um militante da Batalha das Ideias. Mesmo ausente fisicamente do mundo, suas ideias e teorias continuarão por muito tempo a exercer influência teórico-política: muitos outros militantes da “batalha das ideias” vão buscar estudar suas obras de diversas formas com os mais diversos fins. Caso o socialismo seja um dia construído – afinal, nunca podemos esquecer que a barbárie também pode ser a alternativa de futuro -, Coutinho, não importa o balanço que se faça de sua obra, será lembrado como um marxista convicto e confesso que ajudou a mudar o mundo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALTHUSSER, Louis. **Crise du marxisme et critique de l'État**. Champagne-Ardenne: Le Clou dans le Fer, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução – 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil *In*: BRAZ, Marcelo (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BRICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2017.
- BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.). Até o último homem. **Coleção Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas *In*: BRITO, Felipe Brito; OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.). Até o último homem. **Coleção Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. Será guerra? *In* BRITO, Felipe Brito; OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.). Até o último homem. **Coleção Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- CALDAS, Camilo Onoda. **A teoria da derivação do Estado e do direito**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes *In* FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Aduff, 2005.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial *In* **Revista Crítica Marxista**, nº 24, p.73-92 São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964 -1994: do golpe militar à crise social**. São Paulo: Editora Ad Hominem, 2000.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Aurelino. Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. **Revista Outubro**, nº 12, 2005, p. 123-141.

COGGIOLA, Osvaldo. **A esquerda e o governo FHC**. São Paulo: Adusp, 1995.

CONHEN, Stephen. **Bukhárin: uma biografia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1990.

COSTA, Sílvio. **Ensinamentos da Comuna de Paris** *In* PINHEIRO, Milton (org.). 140 anos da Comuna de Paris. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

_____. **A democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v.49, n.1, p.117-126, jan-jun, 2012.

_____. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista Em Pauta**, nº22, p. 37-43. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Intelectuais, luta política e hegemonia cultural. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 22 no 2, p. 87-100, Jan-Jun 2013.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. **Literatura e humanismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Mesa redonda: a estratégia da revolução brasileira com participação de Carlos Nelson Coutinho, Francisco Welfort, João Machado e Theotônio dos Santos In **Crítica Marxista**, Editora Jaruês, 1986.

_____. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katál.** Florianópolis v. 12 n. 1 p. 32-40 jan./jun. 2009.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **PT (política): um projeto para o Brasil – socialismo e democracia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político.** 2º edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

_____. A hegemonia da pequena política In OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **A Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativa.** In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CUNHA, Alcemir Paço. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista. Marx e o Marxismo - **Revista do NIEP-Marx**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 201-233, fev. 2017.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história *In: O outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

FONTES, Virgínia. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil *In: BRAZ, Marcelo (org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREDERICO, Celso. “Figura de exceção”: dois momentos de Carlos Nelson Coutinho *In BRAZ, Marcelo (org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GENRO, Tarso. Democracia e socialismo – terceiro comentário *In: PT: um projeto para o Brasil – política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas traves**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Cadernos do cárcere – Maquiavel**: notas sobre o Estado e a política. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAHAM, Stephen. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar *In: Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (vários autores). São Paulo: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio *In STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro *In: STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. As manifestações de massa e a dimensão estratégica *In: Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: ICP, 2015.

JR., Caio Prado. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética**. Lisboa: Editora Avante!, 2008.

KRAUSZ, Tamás. **Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

KUMAR, krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LÊNIN, V. I. **Lenin e a revolução de outubro: textos no calor da hora (1917-1923)** (org.) NETTO, José Paulo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. **O Estado e a revolução: a doutrina marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sergio. **Capital e Estado de bem-estar social: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LOÏC, Wacquant. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos estados unidos**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan e Instituto Carioca de criminologia, 2007.

_____. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

_____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In BASTISTA, Vera Malaguti, (org.) **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.

LOSURDO, Domenico. **Luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. **Fuga da história?** A Revolução russa e a Revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

_____. **Liberalismo**: Entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____. **Democracia ou bonapartismo?** Triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LÖWY, Michel (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Obras escolhidas volume II**. São Paulo: Unesp, 2011.

MANTEGA, Guido. **Economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

_____. Crítica à A Revolução Brasileira, de Caio Prado Jr. In STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária**: o debate nas esquerdas: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. El Estado de Contrainsurgencia. **Cuadernos políticos** n. 18. México: Ediciones Era, 1978.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma-política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia**: PalmiroTogliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MORAES, João Quartim. *Contra a canonização da democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, **Revista Crítica Marxista**, nº12, p.9-40, 2001.

_____. A natureza de classe do Estado brasileiro *In* PINHEIRO, Milton (org.) **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

NETTO, José Paulo. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso *In* BRAZ, Marcelo (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Marxismo impenitente: Contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

_____. **Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Victor. **Carlos Nelson Coutinho, filósofo democrático**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2013.

_____. **Democracia e revolução: um estudo sobre o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e a questão do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais brasileiras**. Florianópolis: Editoria Insular, 2014.

PAULA, Paulo Winícius Teixeira. O PCB e os eurocomunistas: uma estratégia e um partido em disputa *In*: **Revista Novos Temas**, nº11, São Paulo: ICP, 2014.

PAULINO, Robério. **Socialismo no século XX: O que deu errado?** São Paulo: Letras do Brasil, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Editora Graal, 1980.

_____. Entrevista Com Nicos Poulantzas: o Estado e a transição ao socialismo In: **Teoria & Política**, ano 1, nº4, editora Brasil Debates, 182.

_____. Nicos Poulantzas: sociologia. Org. SILVEIRA, Paulo. **Coleção Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RAMOS, Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira 1957-1986 In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2017.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira In: **Jornadas de Junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Volume 1 obras escolhidas. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

SEIBEL, Luce Mathias. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trabalho, educação e saúde** [online]. 2013, vol.11, n.1, pp.169-190.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho In: BRAZ, Marcelo (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil In STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James; WONDJI, Christophe. A África e os países socialistas *In* MAZRUI, Ali A (editor). e WONDJI, Christophe (editor assistente).

História geral da África – VIII: África desde 1935. Brasília, Editora Unesco, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *In: Revista Crítica Marxista*, nº 01, p. 27-38 São Paulo: Boitempo Editorial.

VIANNA, Marly de A. G. Os primeiros anos do PCB – as dificuldades da luta. **Revista Novos Temas**, nº07, São Paulo: ICP, 2012, p. 159-180.

WELLEN, Henrique; CARLI, Ranieri. Carlos Nelson Coutinho: a crítica marxista da literatura *In: BRAZ, Marcelo (org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida:** a forma-jurídica do extermínio dos inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução:** escritos de Lênin de 1917. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.